



**Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Departamento de Letras e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História  
Mestrado em História Social da Cultura Regional**

**WENDELL RODRIGUES COSTA**

**INSTRUIR, DISCIPLINAR E TRABALHAR**  
**A Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco e o Liceu  
de Artes e Ofícios (1880-1908)**

**Recife - 2013**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**  
**MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA REGIONAL**

**WENDELL RODRIGUES COSTA**

**INSTRUIR, DISCIPLINAR E TRABALHAR**  
**A Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco e o Liceu**  
**de Artes e Ofícios (1880-1908)**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura Regional da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.**

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Alcileide Cabral do Nascimento.**

**Recife - 2013**

Ficha catalográfica

C837i Costa, Wendell Rodrigues  
Instruir, disciplinar e trabalhar: a Sociedade dos Artistas  
Mecânicos e Liberais de Pernambuco e o Liceu de Artes e  
Ofícios (1880-1908) / Wendell Rodrigues Costa. – Recife,  
2013.

113 f. : il.

Orientadora: Alcileide Cabral do Nascimento.

Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura  
Regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco,  
Departamento de História, Recife, 2013.

Referências.

1. Ensino de ofícios 2. Instrução 3. Sociedade dos  
Artistas Mecânicos e Liberais 4. Liceu de Artes e Ofícios  
I. Nascimento, Alcileide Cabral do, orientadora II. Título

CDD 981.3

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA  
REGIONAL**

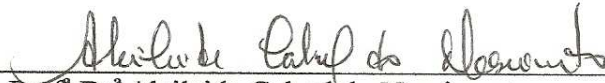
**INSTRUIR, DISCIPLINAR E TRABALHAR: a Sociedade dos Artistas Mecânicos e  
Liberais de Pernambuco e o Liceu de Artes e Ofícios (1880-1908)**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ELABORADA POR**

**WENDELL RODRIGUES COSTA**

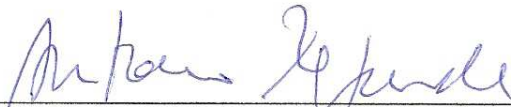
**APROVADA EM 27 / 05 / 2013**

**BANCA EXAMINADORA**



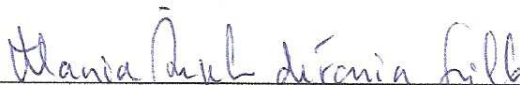
---

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Alcileide Cabral do Nascimento**  
Orientador – Programa Pós-Graduação em História - UFRPE



---

**Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Antonio Paulo de Moraes Rezende**  
Programa Pós-Graduação em História – UFPE



---

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Ângela de Faria Grillo**  
Programa Pós-Graduação em História– UFRPE

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, Luiz Fernandes Costa e Dileuza Rodrigues Costa, pelo grande incentivo que sempre me deram nas decisões que tive de tomar na vida.

A orientação da Prof.<sup>a</sup> *Dr.<sup>a</sup> Alcileide Cabral do Nascimento*, sempre muito solícita em colaborar e incentivar o desenvolvimento deste projeto de pesquisa.

Aos professores das disciplinas do Mestrado de História da Cultura Regional da UFRPE que sempre foram bastante atenciosos nas orientações e sugestões para a confecção deste trabalho: Ângela Grillo, Wellington Barbosa, Suely Almeida, Tiago de Melo Gomes e Graça Ataíde.

Aos professores da banca de qualificação que foram essenciais para o direcionamento da minha pesquisa: Ângela Grillo (UFRPE), Antonio Paulo Rezende (UFPE) e Heloísa Helena Pimenta Rocha (USP). A Alexsandra, secretária do mestrado, por sempre me deixar informado dos compromissos para com o Programa de Pós-graduação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, pela bolsa concedida, durante os dois anos de pesquisa.

Aos funcionários do Arquivo Público Jordão Emereciano, em especial, a Hildo Leal, e aos funcionários do Arquivo da Assembleia Legislativa de Pernambuco.

Aos colegas do mestrado – sempre companheiros nestes anos de estudos –, em especial, a Wandoberto e Iracilda pelo bastante apoio e orientação.

À minha amiga Olívia Tereza, muito importante na coleta de documentos para o desenvolvimento desta dissertação.

À prof.<sup>a</sup> Rosângela Ramos, sempre disponível para me ajudar na correção deste trabalho.

Ao prof.<sup>o</sup> Diógenes Afonso que, gentilmente, prestou um serviço indispensável: transformar um texto truncado em algo possível de ser lido por acadêmicos ou não.

Agradeço, em especial, a Giselly Costa, minha esposa e amiga, por estar presente em todos os momentos, com muita firmeza e compreensão.

## DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado ao meu Deus, pela sua infinita misericórdia na minha vida. Aos meus pais, Luiz e Dileuza, pelo esforço incondicional de me proporcionarem uma boa educação. Ao meu irmão Wagner de sempre ser um exemplo. E à minha esposa Giselly por seu amor e compreensão.

**“O amor é tudo, feliz é quem ama...”**

***Ozéias de Paula***



## RESUMO

Este trabalho objetiva compreender por que e de que forma a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais procurou promover o desenvolvimento do ensino de ofícios em Pernambuco. Para isso, procedeu-se a uma análise da Sociedade dos Artistas, desde a sua formação até o seu empenho em administrar o Liceu de Artes e Ofícios. O percurso analítico revelou ser a Sociedade dos Artistas não só beneficiária de verbas públicas para financiamento das atividades do Liceu, mas também deixou visíveis alguns conflitos surgidos do relacionamento da Sociedade com o governo – na pessoa do fiscal – e com alguns sócios e alunos. A primeira questão foi saber como os dirigentes da Sociedade cuidavam das verbas públicas para administrar o Liceu. Em seguida, procurou-se entender por que, em diversas situações, os diretores pediam ao governo que extinguisse o cargo de fiscal do Liceu de Artes e Ofícios. A presente pesquisa aproxima-se da perspectiva teórica proposta pelo filósofo francês Michel Foucault, em virtude de seu largo estudo sobre o biopoder e, por efeito, sobre a disciplina. Com o conceito foucaultiano de biopoder, foi possível entender a posição do Estado brasileiro como gestor da sociedade. A dissertação foi elaborada a partir da análise de fontes como os documentos da *Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais* e os relatórios referentes à *fiscalização do Liceu de Artes e Ofícios*. O recorte pesquisado se dá entre 1880 a 1908, porquanto abrange o período da inauguração do Liceu de Artes e Ofícios até o final da inspeção do fiscal Francisco Augusto Pereira da Costa. Com a pesquisa realizada, pôde-se compreender que a fiscalização dirigida à Sociedade dos Artistas intencionava fazer com que o Liceu proporcionasse às classes operárias uma formação profissional que atendesse ao mercado de trabalho. A partir dos procedimentos de pesquisa e dos resultados obtidos, fica evidente que, apesar dos conflitos nos quais se viu envolvida, a Sociedade dos Artistas legou ao Brasil da Primeira República, por meio do Liceu de Artes e Ofícios, um estabelecimento educacional que, repousando na pedagogia do trabalho, produziu uma mão de obra capaz de atender aos setores da indústria e do comércio.

**Palavras – chave:** Ensino de ofícios; Instrução; Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais; Liceu de Artes e Ofícios.

## ABSTRACT

This work aims to understand why and how the Society of Mechanical Artists and Liberals sought to promote the development of the teaching of crafts in Pernambuco. To do so, we proceeded to an analysis of the Society of the Artists, from its formation to its commitment to manage the School of Arts and Crafts (Liceu de Artes e Ofícios). The analytical course proved to be the Society of Artists not only the beneficiary of the public funds to finance the activities of the School, but also left some visible conflicts arising from the relationship of Society with the government - in the person of the inspector - and with some partners and students. The first question was to know how the leaders of the Society took care of the public funds to manage the School. Then, we tried to understand why, in many situations, the officers asked the government to extinguish the post of inspector of the School of Arts and Crafts. This present research approaches the theoretical perspective proposed by the French philosopher Michel Foucault, due to his large study on biopower and the effect on the discipline. With the foucauldian concept of biopower, it was possible to understand the position of the Brazilian State as manager of the society. The dissertation was drawn from the analysis of sources such as documents of the Society of the Mechanical Artists and Liberals and reports relating to the supervision of the School of Arts and Crafts. The clipping researched is between 1880 to 1908, covering the period since the inauguration of the School of Arts and Crafts till the end of the inspection of the inspector Francisco Augusto Pereira da Costa. With the survey, we could understand that the inspection directed to the Society of the Artists had the intention to make the School provide to the working classes a vocational training that would meet the labor market. From the research procedures and the results obtained, it is evident that despite the conflicts in which they became involved, the Society of Artists bequeathed to Brazil from the First Republic, through the School of Arts and Crafts, an educational establishment that resting in the pedagogy of work, produced a workforce able to meet the sectors of industry and commerce.

**Key- words:** Teaching crafts; Instruction; Society of Mechanical Artists and Liberals; School of Arts and Crafts.

## LISTA DE IMAGENS

<b>IMAGEM 1:</b>	O Recife do século XIX _____	26
<b>IMAGEM 2:</b>	O Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco _____	53
<b>IMAGEM 3:</b>	Membros da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais _	75

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1-</b>	Estrangeiros que entraram na província de Pernambuco no ano de 1883 _____	43
<b>QUADRO 2-</b>	Quadro comparativo da mortalidade total nas cidades brasileiras por mil habitantes _____	50
<b>QUADRO 3-</b>	Número de alunos que frequentaram as aulas da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais (1871) _____	60
<b>QUADRO 4</b>	Número de alunos que frequentaram as aulas da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais (1872) _____	61
<b>QUADRO 5-</b>	Instrução secundária para a província de Pernambuco _____	62
<b>QUADRO 6-</b>	Quadro numérico das matrículas do Liceu de Artes e Ofícios _____	71
<b>QUADRO 7-</b>	Instruções para a fiscalização do Liceu de Artes e Ofícios _____	77
<b>QUADRO 8-</b>	Orçamento da despesa com o Liceu de Artes e Ofícios para o ano de 1898 _____	86

## **ACERVOS CONSULTADOS E SUAS ABREVIATURAS**

**APEJE** – Arquivo Público Jordão Emerenciano

**AALEPE** – Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco

**FUNDAJ** – Fundação Joaquim Nabuco

**BC/UNICAP** – Biblioteca Central da Universidade Católica de Pernambuco

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> _____	14
<b><u>PRIMEIRO CAPÍTULO</u></b>	
<b>A INSTRUÇÃO E A POLÍTICA DE OFÍCIOS NO OITOCENTOS</b> _____	26
1. A instrução no Império brasileiro: um breve histórico _____	27
2. A instrução pública em Pernambuco e a política dos ofícios mecânicos _____	32
3. Trabalho, saúde pública e educação no Recife: as transformações do espaço urbano _____	42
<b><u>SEGUNDO CAPÍTULO</u></b>	
<b>A SOCIEDADE DOS ARTISTAS MECÂNICOS E LIBERAIS: DA ASSISTÊNCIA AOS SÓCIOS À ADMINISTRAÇÃO DO LICEU DE ARTES E OFÍCIOS</b> _____	53
1. A Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais e a formação do Liceu de Artes e Ofícios _____	54
2. A Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais e sua missão com o ensino profissional na República _____	67
<b><u>TERCEIRO CAPÍTULO</u></b>	
<b>A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE DOS ARTISTAS MECÂNICOS E LIBERAIS E OS ENFRENTAMENTOS DE SUA ADMINISTRAÇÃO</b> _____	75
1. A Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais: Instruções para a fiscalização do Liceu de Artes e Ofícios _____	76
2. A Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais: uma rede de intrigas _____	82
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> _____	103
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> _____	108

## INTRODUÇÃO

*Um grande matemático não será menos grande, suponho, por haver atravessado de olhos fechados o mundo onde vive. Mas o erudito que não tem gosto de olhar a seu redor nem os homens, nem as coisas, nem os acontecimentos, [ele] merecerá talvez, [...] o título de um útil antiquário. E agirá sensatamente renunciando ao de historiador<sup>1</sup>.*

A presente dissertação teve seu início em 2006, quando, no então quarto período de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, apresentei um trabalho para a conclusão da cadeira de Moderna, ministrada pela professora Alcileide Cabral do Nascimento. O trabalho apresentado me colocou diante das primeiras realizações para um projeto de pesquisa e trouxe-me um tema que marcaria a minha vida acadêmica e profissional: a infância. A partir desse momento, ingressei no grupo de pesquisa sobre a Infância em Pernambuco – coordenado pela referida professora – e comecei a dar os primeiros passos para o que hoje se apresenta nesta dissertação. Inicialmente, principiei a pesquisar sobre crianças e jovens pobres como aprendizes de mestres de ofícios para, depois, alargar o meu olhar para as instituições que tinham por objetivo profissionalizar esses jovens.

Enquadrar o olhar no passado dessas instituições muito se deu pelas buscas e inquietações do meu presente. Hoje, presencio, no Estado de Pernambuco, um crescimento de instituições técnicas que têm por objetivo permitir aos jovens emprego e dignidade, além de suprir a falta de várias profissões técnicas que acomete o Estado em decorrência do baixo investimento para este setor nas últimas décadas. Falando academicamente, esta pesquisa objetiva investigar e historicizar como se desenvolveu a política educacional no Brasil e em Pernambuco, entre 1880 e 1908, tendo como parâmetro a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais e o Liceu de Artes e Ofícios.

---

<sup>1</sup> BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 66.

O modelo de educação de cada sociedade, em cada uma de suas etapas de desenvolvimento, é determinado pelos costumes e pelas ideias vigentes [...]<sup>2</sup>. Por isso, a reflexão sobre a educação deve começar pelo questionamento dos fins a que ela serve, levando, assim, à necessidade da observação histórica<sup>3</sup>. De que forma a educação é empregada e os fins para os quais muitos governos a utilizaram e a utilizam têm sido para nós motivo de inquietações. O contato com a educação, mais especificamente como professor, leva-nos a refletir sobre os diversos caminhos e problemas por que passa o ensino no Brasil. A temática de educação escolhida é apenas um olhar, uma perspectiva de ver o passado das instituições profissionais que me proponho a analisar. Na verdade, conscientemente ou não, são sempre as nossas experiências cotidianas que, para nuançá-las onde se deve, atribuímos matizes novos, [...] que nos servem para reconstituir o passado<sup>4</sup>. E é em relação a esse passado que pretendo discorrer, analisando como se construiu o relacionamento da Sociedade dos Artistas e, por consequência, do Liceu de Artes e Ofícios com a sociedade de seu tempo.

## 1. Percurso Historiográfico

Para que construíssemos uma base sólida sobre o tema da dissertação, foi imprescindível ler vários trabalhos – produzidos em nível nacional e relacionados ao tema da educação em geral – para, em sequência, abrir as portas para algumas leituras específicas sobre o ensino dos ofícios. Importantes estudos que mencionaram e discutiram como tema central a educação escolar e/ou educação profissional possibilitaram-nos ter um panorama de como se encontrava a educação e a sociedade na Primeira República. Entre eles, destacam-se os trabalhos de Jorge Nagle, Carlos Monarcha e Silvia Maria Manfredi.

---

<sup>2</sup> DURKHEIM, Émile (1934). **Éducation et sociologie**. Paris: Librairie Félix Alcan. Apud. GINGER, Helena. **República de crianças: sobre experiências escolares de resistência**. Ed. Ver., atual. E ampl. – Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010. p. 27.

<sup>3</sup> GINGER, Helena. **República de crianças: sobre experiências escolares de resistência**. Ed. Ver., atual. E ampl. – Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010. p. 27.

<sup>4</sup> BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 66.



Em *Educação e Sociedade na Primeira República*<sup>5</sup>, Jorge Nagle realiza um trabalho agregando dois polos diferentes: o da educação e o da sociedade brasileira. O livro está dividido em duas partes: os setores da sociedade brasileira e os movimentos político-sociais e correntes de ideias (primeira parte) e o entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico (segunda parte). Na primeira parte do trabalho, Nagle analisa os setores político, econômico e social da República Velha, assim como as correntes de ideias do socialismo e anarquismo, por exemplo. Na segunda parte, prioriza um estudo sobre a educação escolar, ressaltando as iniciativas dos governos estadual e federal. Nesta segunda parte também, Nagle destaca um tópico sobre a remodelação da educação profissional técnica que tem valor para nosso estudo, pois mostra um ensino técnico cuja implantação se sedimenta em um padrão dual de educação que define um caminho educacional para as camadas mais ricas e outro para as camadas mais pobres, como, por exemplo, a classe operária.

Em *Educação da infância brasileira (1875-1983)*<sup>6</sup>, obra organizada por Carlos Monarcha, há uma clara discussão de temas relevantes que ajudaram a escrever a história da educação brasileira. Os oito capítulos do livro são frutos de pesquisas e buscas de fontes variadas. Dois desses capítulos foram essenciais não só para o andamento de nossa pesquisa, mas também para a compreensão do período estudado. O capítulo cinco – “A Associação Protetora da Infância Desvalida e as escolas de São Sebastião e São José: educação e instrução no Rio de Janeiro do século XIX”, de Alessandra F. Martinez de Schueler – foi importante para entendermos que a difusão da instrução primária se constituía em um instrumento político de controle sobre as camadas pobres da sociedade. O capítulo seis – “A experiência educacional de Ulisses Pernambucano”, de Leila de Andrade de Oliveira – nos revelou a meritória influência dos médicos, como Ulisses Pernambucano, no espaço escolar, levantando a seriedade da higiene escolar e do redirecionamento dos métodos de ensino.

Seguindo a temática da educação, mas agora destacando o ensino profissional, a professora Silvia Maria Manfredi, em seu livro *Educação*

---

<sup>5</sup> NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 3 ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

<sup>6</sup> MONARCHA, Carlos (org.) **Educação da infância brasileira: 1875-1983**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

*Profissional no Brasil*<sup>7</sup>, permitiu-nos uma visão geral da educação profissional ontem e hoje. Em sua obra, Manfredi destaca que, desde tempos mais remotos na história das civilizações humanas, o trabalho é uma atividade social central para garantir a sobrevivência de homens e mulheres e para a organização e o funcionamento das sociedades. O trabalho de Silvia Manfredi nos foi relevante, pois nos permitiu entender a trajetória da educação profissional no Brasil e sua regulação desde o período colonial até a atualidade. Além disso, ofereceu-nos, também, um panorama das atuais políticas públicas de financiamento, formulação e gestão da Educação Profissional e dos desafios que essas políticas envolvem.

As pesquisas sobre o tema da educação e, em especial, da educação profissional têm avançado no cenário nacional em decorrência dos crescentes debates entre pedagogos, sociólogos e historiadores. Nesse sentido, uma obra que trouxe contribuições significativas para esse debate foi *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização* (2000)<sup>8</sup>, de Luiz Antônio Cunha. A importância do seu trabalho está no entendimento de que, enquanto as instituições no Império mantidas e administradas pelo governo voltavam-se para a concepção obrigatória da força de trabalho manufatureiro – utilizando-se dos filhos de pais pobres ou das crianças expostas, sem famílias –, as iniciativas privadas se destinavam aos trabalhadores livres que possuíam disposição positiva para receber o ensino ofertado. Os empreendimentos particulares formavam Sociedades, como a dos Artistas Mecânicos e Liberais, cuja manutenção das escolas para os filhos dos trabalhadores se dava com as contribuições governamentais. Quando a República se instaurou, o ensino de ofícios, tanto público quanto das entidades privadas, passou a ser regularizado pelas ideologias que apregoavam um tipo de instrução voltada para uma mão de obra qualificada, motivada e ordeira.

Já em nível regional, dois trabalhos foram essenciais para nossa pesquisa: o de Itacir Marques da Luz – “Compassos letrados: profissionais

---

<sup>7</sup> MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

<sup>8</sup> CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. 2ª Ed. – São Paulo: Editora UNESP. Brasília, DF: FLACSO, 2005.

negros entre instrução e ofício no Recife (1840-1860)<sup>9</sup>”; e o de Marcelo Mac Cord – “Andaimos, casacas, tijolos e livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880<sup>10</sup>”. O trabalho de Itacir Marques apresentou um estudo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, relevando a “participação dos negros na cultura escrita do século XIX”. Nessa obra, o autor faz uma análise da Sociedade dos Artistas mostrando que a sua formação, em meados de 1840, foi importante para os trabalhadores do Recife, porquanto eles puderam participar de um espaço educativo no qual aprendiam as primeiras letras e se especializavam em seus ofícios. Com isso, eles tinham a oportunidade de se valorizar e diminuir o estigma de que o seu trabalho era destinado às “pessoas de cor”. Já Marcelo Mac Cord realiza um trabalho com uma apreciação mais política da Sociedade dos Artistas. O seu estudo analisa os entraves pelos quais a Sociedade teve de passar desde a sua fundação, como os problemas de ordem política e financeira, até o momento em que foi estabelecido, em meados de 1870, o consórcio para a entidade administrar o Liceu de Artes e Ofícios. Com o Liceu, o Estado pretendia, em conjunto com a Sociedade de Artistas, realizar um trabalho cujo alvo fosse a construção de uma força de trabalho confiável e leal.

A pesquisa que ora apresento, aproxima-se da perspectiva foucaultiana. Um livro que traz uma abordagem nessa linha e que serviu de auxílio para nosso estudo foi “Artes de Civilizar: Medicina, Higiene e Educação Escolar na Corte Imperial”, de José Gondra, publicado em 2004<sup>11</sup>. O autor estudou a medicalização à luz do amplo programa de normas para o funcionamento das escolas. Nesses espaços escolares, vigorava uma série de regras a serem seguidas pelos estudantes e qualquer transgressão ou quebra das regras acarretavam severas punições. “O poder disciplinar é, com efeito, um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior adestrar”<sup>12</sup>. E segundo Michel Foucault, a disciplina “fabrica” indivíduos. Assim sendo, o

---

<sup>9</sup> LUZ, Itacir Marques da. **Profissionais negros entre instrução e ofício no Recife (1840-1860)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

<sup>10</sup> MAC CORD, Marcelo. **Andaimos, casacas, tijolos e livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880** / Marcelo Mac Cord. - Campinas, SP: [s. n.], 2009.

<sup>11</sup> GONDRA, José Gonçalves. **Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2004.

<sup>12</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. 37. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 164.

sucesso do poder disciplinar para Foucault se deve, sem dúvida, ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame.

Ainda para Foucault, o momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente ao aumento das habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas à formação de uma relação que, no mesmo mecanismo, torna-o tanto mais obediente quanto é mais útil. Esse pensamento de Foucault nos permitiu relacionar a criação do Liceu de Artes e Ofícios com o momento em que o crescimento da população livre e pobre exigia que fossem estimulados, em Pernambuco, novos projetos pedagógicos que contribuíssem para um disciplinamento social. Uma escola profissionalizante como um Liceu de Artes e Ofícios poderia auxiliar as elites letradas e proprietárias a internalizar mais os processos de normas e práticas dos costumes dos recifenses mais pobres, uma vez que representavam o futuro da nação brasileira decorrente do seu potencial enquanto força de trabalho.

A nossa opção teórica por Foucault se deu pelo seu largo estudo sobre o biopoder e, por efeito, sobre a disciplina. Com o biopoder, Foucault nos possibilitou entender a posição do Estado republicano como gestor da sociedade. Isso porque o biopoder é, então, um dispositivo que assume a função de gerir a vida. São as *biopolíticas*, características da *sociedade de vigilância*, que tratam dos problemas de um conjunto de habitantes relativos à saúde, à higiene, à natalidade, à longevidade etc.<sup>13</sup>

O objetivo deste é compreender por que e de que forma a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais procurou promover o desenvolvimento do ensino de ofícios em Pernambuco. Para isso, faremos uma análise da Sociedade dos Artistas desde a sua formação até o seu empenho em administrar o Liceu de Artes e Ofícios. Entretanto, como a Sociedade recebia verbas públicas para financiar as atividades do Liceu, algumas intrigas surgiram do relacionamento da Sociedade com o governo (na pessoa do fiscal) e com alguns sócios e alunos. Minha primeira questão era saber como os dirigentes da Sociedade cuidavam das verbas públicas para administrar o Liceu

---

<sup>13</sup> FOUCAULT. Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 16ª ed. São Paulo: Graal, 2005.

e, em segundo lugar, entender por que, em diversas situações, os diretores pediam ao governo que se acabasse com o cargo de fiscal do Liceu de Artes e Ofícios.

## 2. Caminhos Metodológicos

Como se sabe, o historiador nunca chega às origens, mas apenas em estágios sucessivos da perda.<sup>14</sup> Sabemos que há muitas interpretações para o mesmo fato, dependendo do escritor e de sua leitura do presente.<sup>15</sup> Entendemos que nunca chegaremos ao “príncipe de fato”, ao real, ao acontecido como bem relata Michel de Certeau, mas pretendemos, a partir de uma leitura do presente, chegar ao “príncipe possível”, aos detalhes secundários e, com isso, montarmos o nosso ‘retrato falado’ do passado estudado.

Para o desenvolvimento da dissertação, foram utilizadas fontes documentais, produzidas por pessoas com diferentes formações e falando de lugares institucionais e sociais diferentes. Contou-se, também, com documentos de domínio público disponíveis para a consulta. A maior parte dessas fontes são manuscritas e se encontram no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, como as séries *Diversos II* e *Miscelânea* nas quais estão os documentos da *Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais* e os relatórios referentes à *fiscalização do Liceu de Artes e Ofícios*. Já para as fontes como os *Relatórios dos Presidentes de Província*, que nos propiciaram uma concepção política sobre o período estudado, foi-nos oportunizada a praticidade de encontrá-los digitalizados na internet. Outra fonte de grande utilidade para se entender o perfil literário e político da Sociedade dos Artistas foi o jornal do Liceu chamado *Brazil Artístico*. Esse jornal nos dá indícios de que os diretores da Sociedade queriam valorizar um discurso patriótico, visto que, mesmo sendo um jornal de caráter regional, o título – *O Brazil Artístico* – denota uma tentativa de afirmação nacional.

---

<sup>14</sup> CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 34.

O recorte pesquisado se dá entre 1880 a 1908, pois abrange o período da inauguração do Liceu de Artes e Ofícios até o final da fiscalização de Francisco Augusto Pereira da Costa. É nesse período que se podem analisar as práticas de ensino e avaliar até que ponto a instituição cumpriu com os seus objetivos pedagógicos e administrativos. Tal recorte pesquisado, no entanto, deixa entrever muitas brechas em relação às fontes, porquanto apresentam documentos soltos e bastante fragmentados. Mas é sabido que essas dificuldades são corriqueiras no ofício do historiador. Ressalte-se ainda que boa parte desses documentos se mostrava em condições precárias de armazenamento, e muitos já se estavam em avançado estado de deterioração. Alguns códices encontrados no Arquivo Público Estadual de Pernambuco – como as séries *Diversos II* e *Miscelânea* – careciam, ainda, de catalogação e sua consulta só nos foi proporcionada devido à dedicação e ao esforço dos seus funcionários, como Hildo Leal. Por outro lado, é necessário dizer que, quando as fontes recebem tratamento “especial” – como no Arquivo de domínio privado da Biblioteca da Universidade Católica de Pernambuco – as dificuldades de acesso<sup>16</sup> se evidenciaram incompreensíveis para uma instituição formadora de docentes e pesquisadores(as). Não obstante as dificuldades, foi possível encontrar alguns relatórios e regulamentos que nos serviram para compreender a postura política e pedagógica da Sociedade dos Artistas. Nesses momentos difíceis, é pontual a criatividade para redirecionar o nosso olhar para outros materiais capazes de nos trazer algumas respostas. Como a nossa pesquisa se concentra na análise da Sociedade dos Artistas, foi imperativo recorrer ao acervo deixado por Pereira da Costa nos *Anais Pernambucanos*.

Para conhecer o Recife, palco de nossas discussões, foram consultados importantes historiadores pernambucanos, como Gilberto Freyre, Manoel Correia de Andrade e Antônio Paulo Rezende. Ao estudo desses pesquisadores acrescentou-se a análise de alguns quadros quantitativos referentes à Sociedade dos Artistas e ao Estado de Pernambuco. Alguns desses quadros quantitativos nos ajudaram na compreensão de como se

---

<sup>16</sup> A maior dificuldade de acesso aos documentos da UNICAP se deu por que uma boa parte do acervo referente a Sociedade dos Artistas e ao Liceu de Artes e Ofícios se encontra na UNICAMP para processo de digitalização. Outras, no entanto, se devem às restrições de acesso a documentos raros.

encontrava a administração da Sociedade dos Artistas. O que se destaca desse procedimento metodológico é a análise quantitativa dos números. Eles nos serviram como indicativo para entender como a Sociedade estava administrando os recursos destinados a ela pelo governo municipal, estadual e federal. Esse procedimento quantitativo foi importante também, haja vista ter-se, por meio dele, a possibilidade de cruzarmos os seus dados com os relatórios da fiscalização do Liceu apresentados pelo fiscal Pereira da Costa. Desse cruzamento, descobrimos irregularidades contábeis cometidas pela Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais e, ao que tudo indica, eram irregularidades costumeiras.

*Instruir, Disciplinar e Trabalhar: a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco e o Liceu de Artes e Ofícios* analisa a importância do ensino de ofícios em Pernambuco, relacionando com o fato de que esse ensino representaria para os filhos das classes operárias um patrimônio econômico e socialmente significativo, graças à sua potencialidade produtiva: eram a matéria-prima de que se construiria uma força de trabalho confiável e leal<sup>17</sup>.

No primeiro capítulo – A INSTRUÇÃO E A POLÍTICA DE OFÍCIOS NO OITOCENTOS –, procuramos entender como foi, no decorrer do século XIX, a organização política e econômica do Brasil imperial, além de buscar compreender como Pernambuco se enquadrou na política de modernização que se processou no Segundo Reinado. Para nos dar uma noção político-econômica do Brasil no século XIX, utilizamos obras importantes que se cristalizaram como marco na historiografia. “O tempo saquarema<sup>18</sup>”, prêmio Literário Nacional, de Ilmar Rohloff de Mattos, foi uma dessas obras. O livro nos possibilitou entender como se deu o processo de construção do Estado imperial a partir da constituição da classe dirigente. Isso foi significativo na condução de nossa pesquisa, pois, para perceber como se desenvolveram as políticas públicas de instrução para as classes pobres, era necessário compreender a formação e os interesses dessa elite dirigente.

---

<sup>17</sup> Esse pensamento de construir através da educação uma mão de obra ordeira e leal é típico do Brasil da Primeira República. Cf. WADSWORTH, James E. **Moncovo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil**. In: Scielo – Eletronic Library On line. Acesso em: 08 mar. 2013.

<sup>18</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff. **O tempo Saquarema: a formação do Estado imperial**. São Paulo: Hucitec, 2004.

Outra obra de grande peso para a historiografia brasileira e que nos foi bastante útil foi “a Construção da Ordem<sup>19</sup>”, de José Murilo de Carvalho. Nela pode-se entender que “o Brasil dispunha, ao tornar-se independente, de uma elite ideologicamente homogênea devido a sua formação jurídica em Portugal, seu treinamento no funcionalismo público e ao isolamento ideológico em relação às doutrinas revolucionárias”. Isso foi essencial para abarcar que muito das práticas políticas utilizadas pelos governos no oitocentos era uma extensão ideológica de Portugal. Assim é que se configuraram muitas das dificuldades para se implementarem, no Brasil, boas políticas educacionais. A análise histórica nos confirma que as primeiras universidades só chegaram aqui depois da família Real<sup>20</sup>, e que foi política sistemática do governo português nunca permitir a instalação de estabelecimentos de ensino superior nas colônias<sup>21</sup>. Isso nos permitirá entender porque as primeiras instituições escolares estavam destinadas principalmente aos filhos de famílias ricas.

Seguindo na construção da temática, um interessante trabalho que nos deu uma boa visibilidade sobre o espaço urbano do Recife oitocentista foi a obra “O Pântano e o Riacho<sup>22</sup>”, de Raimundo Arrais. Nela Arrais compreendeu que o “espaço não é uma matéria inerte, um mero suporte das relações travadas entre indivíduos, mas parte constitutiva das relações sociais”. A cidade do Recife torna-se, no século XIX, um lugar em que os administradores e os médicos se empenham em fazer da capital um meio de instrução e ensinamento dos novos costumes da civilidade. Também nessa linha de pesquisa, destaca-se o trabalho “Recife: entre a sujeira e a falta de

---

<sup>19</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite imperial. Teatro de sombras: a política imperial.** 3ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

<sup>20</sup> Portugal teve uma postura diferente com ensino superior no Brasil em relação à política educacional espanhola para as suas colônias. “A maior difusão da educação superior nas colônias espanholas contribuiu também para a maior propagação das ideias do Iluminismo francês, sinônimo de oposição ao poder absoluto”. In: CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite imperial. Teatro de sombras: a política imperial.** 3ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 72. Preocupado com a entrada desses ideais iluministas no Brasil e com a sua unidade política, Portugal impediu, durante anos, instituições superiores nas colônias. A elite colonial fazia os primeiros estágios de ensino na colônia e depois concluía a formação em universidades europeias, principalmente, em Coimbra.

<sup>21</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite imperial. Teatro de sombras: a política imperial.** 3ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 69.

<sup>22</sup> ARRAIS, Raimundo. **O Pântano e o Riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX.** São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.



(com)postura<sup>23</sup>”, de Manuela Arruda dos Santos. A autora analisa o cotidiano insalubre do Recife no século XIX, destacando que a ideologia da higienização representava os interesses de uma parte da elite imperial, que associava modernidade à higiene. Para Manuela dos Santos, “a ideia de que o Brasil deveria trilhar seu caminho rumo ao progresso e à civilização se legitimou nos discursos da medicina social”.

No segundo capítulo – A SOCIEDADE DOS ARTISTAS MECÂNICOS E LIBERAIS: DA ASSISTÊNCIA AOS SÓCIOS À ADMINISTRAÇÃO DO LICEU DE ARTES E OFÍCIOS –, abordamos como se deu a formação da Sociedade na década de 1840 até a assinatura do consórcio nos anos 1870 em que fica estabelecida a administração do Liceu de Artes e Ofícios por parte da Instituição dos Artistas Mecânicos. Com o consórcio, a grande missão dos Artistas<sup>24</sup> seria promover o ensino dos ofícios tendo como base o desenvolvimento do Liceu. Oficialmente, o Liceu abriu as suas portas em 21 de novembro de 1880, com o objetivo de promover aos filhos das classes operárias um ensino técnico. Começava a funcionar, assim, o Liceu de Artes e Ofícios já inserido na proposta de um Brasil que principiava a realizar sua transição do trabalho escravo para o trabalho livre e para a industrialização, marca das nações modernas.

No terceiro capítulo – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE DOS ARTISTAS MECÂNICOS E LIBERAIS E OS ENFRENTAMENTOS DE SUA ADMINISTRAÇÃO –, procuramos analisar os motivos das desavenças entre o fiscal Pereira da Costa e os dirigentes da Sociedade dos Artistas. A função de fiscal para o Liceu foi criada pelo governo tendo em vista que a instituição mantenedora do Liceu recebia verbas públicas e, como tal, necessitava prestar as devidas contas do dinheiro destinado ao estabelecimento de ensino. Dessa fiscalização, surgiram alguns embates, conflitos e acusações, já que Pereira da Costa não aceitava a forma como a Sociedade gerenciava o Liceu. Entre os anos em que Pereira da Costa atuou como fiscal do Liceu o que se percebeu foram várias intrigas e o forte desejo da Sociedade em abolir o cargo de fiscal cuja formalização ocorreu em 24 de abril de 1871 quando se estabeleceu o

---

<sup>23</sup> SANTOS, Manuela Arruda dos. **Recife: entre a sujeira e a falta de (com)postura (1831-1845)**. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco. DLCH. História, 2009.

<sup>24</sup> Os Artistas a que me refiro são os sócios, dirigentes da Sociedade.

acordo entre o governo e a Sociedade dos Artistas. De acordo com o contrato celebrado, competia também ao fiscal:

inspecionar as aulas do estabelecimento de ensino, sua regularidade e desenvolvimento dados pelos respectivos professores; verificar se os livros de matrícula e ponto diário eram feitos com regularidades; remeter anualmente um mapa demonstrativo da marcha das aulas, número de alunos, nomes, matérias e ofícios quando do funcionamento das oficinas; comunicar ao governo o estado de conservação e limpeza do estabelecimento ensino<sup>25</sup>.

A pesquisa nos indicou que Pereira da Costa começou a atuar como fiscal do Liceu a partir de 1895, pois, de acordo com as fontes analisadas, o primeiro relato em que Pereira da Costa aparece na posição de fiscal data deste ano e, ainda segundo documentação, ele exerceu a função fiscalizadora até o ano de 1908, quando foi substituído por Ernesto da Silva Miranda<sup>26</sup>.

Paralelo a esses embates administrativos em que viveu a instituição nesse período, foi com o espírito de tentar resolver a miserável situação do ensino na província pernambucana que a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais se comprometeu com a instrução das classes populares. Instruir e disciplinar os desfavorecidos se tornou, na República, a causa que a Sociedade dos Artistas buscou abraçar.

---

<sup>25</sup> APEJE. **Miscelânea (1893-1895)**. Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais. p.762.

<sup>26</sup> APEJE. **Miscelânea (1908)**. Fiscalização do Liceu. p.201.

# PRIMEIRO CAPÍTULO

## A INSTRUÇÃO E A POLÍTICA DE OFÍCIOS NO OITOCENTOS

---



IMAGEM 1<sup>27</sup> O Recife no século XIX.

*Neste século, o Recife foi influenciado pelo espírito da modernidade, mesmo guardando resquícios do passado colonial. Na imagem percebe-se o fluxo das pessoas e os sobrados com suas portas largas e altas. Era muito comum nestes sobrados funcionar em baixo o pequeno comércio e em cima a residência do proprietário.*

---

<sup>27</sup> Disponível em: <<http://divulgapernambuco.webnode.com.br/galeria-de-fotos/imagens-antigas/>>. Acesso em 23 fev.2013.

## 1. A instrução no Império brasileiro: um breve histórico

Havia no Brasil, desde o tempo colonial, certo empenho por parte de alguns dirigentes, irmandades e particulares na organização de alguns núcleos de formação profissional. Os colégios e as residências dos jesuítas localizados nas principais áreas urbanas foram os primeiros centros, “escolas-oficinas” de formação de artesãos e demais ofícios, durante o período colonial<sup>28</sup>. Quando organizado, o trabalho artesanal no Brasil, desde o período colonial até o Império, pautou-se pelo modelo corporativo da Metrópole [...]<sup>29</sup>. Com a vinda da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro e depois com a independência do Brasil, algumas preocupações relativas à instrução passaram a ser evidenciadas. Além das preocupações pedagógicas, fizeram-se presentes, principalmente, as que se referiam à política higienista e aos princípios morais. O Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854, que aprovou o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte, revela-nos claramente, entre outras prerrogativas, que em todos os estabelecimentos particulares deveriam ser observados se estavam sendo guardados os preceitos da moral e das regras higiênicas<sup>30</sup>.

Depois de frequentarem as aulas primárias, os meninos seriam enviados aos Arsenais de Marinha e de Guerra ou às oficinas particulares, mediante contrato com o Estado, para a aprendizagem de ofícios que lhes garantissem o sustento e o trabalho<sup>31</sup>. Pelo mesmo regulamento, “aos meninos que se distinguissem mostrando a capacidade para estudos superiores, dar-se-á o destino que parecer mais apropriado a sua inteligência e aptidão”. Isso representa, de modo geral, que seu destino deveria ser a aprendizagem de ofícios por meio dos quais seriam integrados na categoria de trabalhadores livres<sup>32</sup>. O ensino de ofícios era uma preocupação não só das instituições governamentais como também particulares. No Império, as crianças

---

<sup>28</sup> MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 68.

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. 70.

<sup>30</sup> **BRASIL**. Decreto nº 1.331-A, de 17 de Fevereiro de 1854. Coleção de Leis do Brasil, Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1854.

<sup>31</sup> SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. **Crianças e escolas na passagem do Império para a República**. In: SciELO - Scientific Electronic Library Online. Acesso em: 13 abr. 2011. p. 07.

<sup>32</sup> *Ibidem*, p. 07.

começavam a participar cedo do mundo do trabalho, principalmente as negras, mestiças e brancas pobres.

Para as crianças de famílias abastadas, a escola era o caminho natural para um exercício em ocupações privilegiadas<sup>33</sup>. Já para as crianças pobres, o aprendizado dos ofícios podia consistir numa possibilidade de instrução e de inserção no mercado de trabalho, além de ser também uma saída para o combate à criminalidade. Nessa perspectiva, havia uma inquietação das autoridades brasileiras de qualificar desde cedo essa mão de obra infantil. Essa inquietação se instaurava por duas razões: a primeira apontava para o intuito de proporcionar uma ocupação e, dessa maneira, afastar as crianças de famílias pobres da ociosidade e da possível marginalidade; a segunda se constituía na criação de uma forma de adequar esses aprendizes à incipiente industrialização do Império brasileiro e, no caso do Recife, ao setor de serviços e ao setor artesanal e manufatureiro. Para tanto, é importante entender como se desenvolveu a estrutura educacional no Brasil e em Pernambuco no século XIX e verificar como se deram os processos de escolarização. Membros da elite imperial já percebiam que a instrução como meio de desenvolvimento da nação e do povo brasileiro era um canal fundamental para adquirir princípios éticos e morais. Sobre essa temática já comentava um dos presidentes da província do Rio de Janeiro:

não basta que tenhamos homens capazes de reconhecer nossas vitais precisões e de conceber os melhores planos em todo o gênero; é mister, também, que a nação esteja em estado de se convencer dessas precisões e de cooperar para a realização desses planos. A nossa primeira necessidade é a instrução; não a instrução concentrada em poucos, senão derramada por todas as classes<sup>34</sup>.

Como muitos outros administradores imperiais, o presidente de província muito confiava na instrução. É o que fala, em 1857, Pereira da Silva, presidente da província fluminense: “a Instrução Pública é [...] um dos ramos mais

---

<sup>33</sup> DORNELAS, Bruno. **Infância e caixeiragem: ritos de passagem para a idade adulta no mundo do trabalho no Recife do século XIX**. In: MIRANDA, Humberto; VASCONCELOS, Maria Emília. **História da infância em Pernambuco**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007. p. 72.

<sup>34</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff. **O tempo Saquarema: a formação do Estado imperial**. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 269.

difícultosos da administração; entretanto, a instrução pública forma o povo”<sup>35</sup>. Assim, a instrução pública, na visão desses políticos, permitiria ao Império do Brasil se colocar ao lado das “nações civilizadas”. Instruir “todas as classes” era, pois, o ato de difusão das Luzes que possibilitaria romper as trevas que caracterizavam o passado colonial<sup>36</sup>. Mas da Instrução Pública esperava-se também a combinação com o trabalho, pois bons frutos resultariam. Essa educação voltada para o trabalho permitiria aos filhos de pais pobres ou às crianças expostas, sem família, habilitarem-se num ofício mecânico. Isso daria a essa população o hábito do trabalho e um emprego, tornando-os assim cidadãos úteis e pacíficos.

Todavia, para que uma instrução pública viesse a se revestir de qualidade, seria necessária a constituição de um corpo docente com atributos de qualidade. E a escolha de bons professores num país em formação como era o Brasil e com poucas universidades não seria tarefa fácil para os dirigentes do Império. Mesmo porque o Brasil era um país que não possuía, nessa primeira metade do século XIX, instituições superiores que constituíssem de forma específica professores. Por isso, muito foi o esforço dos burocratas do Império para tentar formar um quadro de docentes. Assim é que uma das primeiras medidas importantes veio com a lei normatizadora das regras de criação, funcionamento e provimento das aulas públicas de primeiras letras, promulgada em 15 de outubro de 1827. Podiam candidatar-se ao magistério público todos os cidadãos brasileiros que estivessem exercendo plenamente os seus direitos políticos e civis<sup>37</sup>. Na questão pedagógica, de acordo com a lei, cabia aos professores ensinar a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, as noções mais gerais de geometria prática e a gramática de língua nacional.

Como diz Adriana Maria Paulo da Silva, muito embora fosse majoritariamente exercido por homens pobres, o magistério público de primeiras letras, permitia àqueles que a ele se dedicassem, o desfrute de um cargo público e vitalício. Cabia, dessa forma, ao professor, para se sustentar no

---

<sup>35</sup> Ibidem, p. 269

<sup>36</sup> Ibidem, pp. 271-272.

<sup>37</sup> SILVA, Adriana Maria Paulo da. **Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e a primeira metade do século XIX**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007. p. 171.

emprego, apresentar um bom desempenho e manter sua aula funcionando regularmente durante três horas pela manhã e duas horas à tarde. Entretanto, para receber seus salários e as gratificações, o professor teria de contar com mais de 50 estudantes para o benefício. Competia ao mestre, então, comprovar que os seus alunos estavam frequentando as aulas. Esse fato pode ser confirmado na fala de 1838 do presidente da província de Pernambuco,

alguns professores tem requerido o pagamento dos dois terços da gratificação, que percebem, visto contar a sua aula mais de cinquenta alunos; porém atendendo eu que não era bastante a matricula dos alunos referidos, e sim a sua frequência habitual, tenho exigido dos professores a prova dessa frequência para poderem merecer o favor da lei, e quase todos a tem dado com os atestados dos presidentes das câmaras [...] <sup>38</sup>.

De fato, não era tarefa fácil ser professor no início do XIX. Em muitas escolas, a estrutura física era extremamente precária para a prática do ensino e cabia ao professor, de certa forma, manter a frequência dos alunos, já que sem isso ele teria dificuldades para receber o seu salário. Se, para manter a frequência dos alunos nas escolas, em pleno século XXI, o Estado brasileiro precisa ajudar financeiramente aos pais, o que dizer disso no oitocentos – período em que muitos filhos pobres tinham que trabalhar para ajudar na renda familiar prejudicando, dessa forma, o seu rendimento escolar e a sua permanência na sala de aula? Sem contar que, no Império, a concepção de que os garotos deveriam estar na escola como forma de lhes proporcionar um futuro melhor era praticamente inexistente, porquanto o que prevalecia mesmo era a cultura do trabalho.

Esses garotos – tendo ou não aprendido a ler e a escrever – poderiam ser encaminhados em regime de internato para a Escola de Aprendizizes Menores, vinculada ao Arsenal de Guerra de Pernambuco<sup>39</sup>. Lá, na Escola de

---

<sup>38</sup> Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), **Falla que, na occasião da abertura da Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco no 1º de março de 1838, recitou o Exm. Snr. Francisco do Rego Barros, Presidente da mesma Provincia.** p. 10.

<sup>39</sup> Sobre os meninos que eram enviados ao Arsenal de Guerra em Pernambuco, podem ser encontradas informações mais detalhadas no trabalho de VIEIRA, Hugo Coelho. **Infância, Trabalho e disciplina no Arsenal de Guerra de Pernambuco (1827-1835).** In: Alcileide Cabral do Nascimento; Ângela Grillo. (Org.). **Gênero e Infância nos Labirintos da História Cultural.** Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 2008. Do mesmo autor, **Aprendizes Castigados: a infância sem destino nos labirintos do Arsenal**

Aprendizes, iriam aprender uma profissão, além de se tornarem cidadãos dignos para respeitar as leis vigentes, que passavam pela formação moral e patriótica. Dar uma instrução vinculada à perspectiva do trabalho era uma atitude de o Estado brasileiro “controlar” a vida do cidadão começando pela sua mocidade. Segundo Luiz Vital, o governo de Francisco do Rêgo Barros muito se preocupou com o problema da instrução pública, promulgando, em 1837, a primeira lei orgânica de ensino de Pernambuco, a partir da qual todas as escolas primárias da província ficariam sob a jurisdição do Liceu Provincial<sup>40</sup> (futuro Ginásio Pernambucano). Competia, assim, ao diretor do Liceu a inspeção geral do ensino, cumprindo-lhe visitar pessoalmente, pelo menos quatro vezes ao ano, as escolas da capital, providenciando também para que um seu delegado, com a mesma frequência, inspecionasse as escolas do interior [...]<sup>41</sup>. Um ano depois de promulgada, a lei Rêgo Barros apresentava à Assembleia Provincial uma recomendação em que sugeria novas medidas relativas ao ensino, inclusive a decretação de obrigatoriedade escolar<sup>42</sup>. Essa obrigatoriedade, sugerida por Rêgo Barros, estaria vinculada à necessidade de que os filhos tivessem o mínimo de instrução. Mesmo que não fosse seguida ao pé da letra (e não se seguia), isso era uma grande novidade educacional para a época, visto que representava a antecipação de uma política que só muito depois viria a ser adotada, mesmo entre países politicamente evoluídos<sup>43</sup>. Muito do que foi dito pelo Presidente da Província não se concretizou em virtude das dificuldades estruturais, como por exemplo, a falta de prédios para alocar as crianças para as aulas e da falta de pessoal qualificado a fim de fiscalizar os lugares mais distantes.

É importante destacar nessa discussão sobre o ensino que o espaço escolar para as crianças pobres era permeado de uma série de preconceitos, tanto pela condição social quanto pela cor. Em nenhuma escola pública, por exemplo, era permitida a matrícula de pessoas que não fossem livres<sup>44</sup>. De um

---

**de Guerra de Pernambuco (1827-1835). In: XXV Simpósio Nacional de História, História e Ética, 2009.**

<sup>40</sup> Cf. DUARTE, Luiz Vital. **A educação em Pernambuco: pesquisa histórica**. Recife: Ed. Do Autor, 1986.

<sup>41</sup> BELLO, Ruy. **Subsídios para a história da educação em Pernambuco**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura; Departamento de Cultura, 1978. p. 108.

<sup>42</sup> Ibidem, p. 110.

<sup>43</sup> Ibidem, p. 110

<sup>44</sup> Ibidem, p. 109.



modo geral, tanto os alunos das escolas secundárias como os do ensino superior provinham de famílias de recursos. E as dificuldades para os pobres se dedicarem ao estudo se davam de muitas maneiras, entre elas, a necessidade de ter que trabalhar para ajudar os pais, a falta de recursos a fim de se deslocarem para o ambiente escolar, além do fato de que muitas escolas cobravam taxas de matrículas. Isso fazia com que boa parte das camadas pobres ficasse excluída. Foi diante desses preconceitos sociais e raciais que parte dessas crianças advindas de famílias pobres ou anônimas se inseriu de forma precoce no mundo do trabalho. E o aproveitamento dessa mão de obra infantil, como força de trabalho, é uma das características básicas das sociedades pré-industrializadas<sup>45</sup>.

## **2. A instrução pública em Pernambuco e a política dos ofícios mecânicos**

### **2.1 A instrução e os princípios do biopoder**

Permeou-se – em meados do século XIX, na elite política brasileira – uma preocupação em inserir as crianças pobres em instituições escolares, proporcionando-lhes padrões de hierarquia e disciplina. Uma das instituições de relativa importância que serviu para o recebimento desses meninos pobres foi o Colégio dos Órfãos<sup>46</sup> de Pernambuco. Segundo Pereira da Costa, desde 1823 se vinha indicando a necessidade da criação do Colégio de Órfãos em Pernambuco, intenção manifestada pelo Presidente da Província de Pernambuco Manuel Carvalho Paes de Andrade<sup>47</sup>. Porém, só no decreto imperial de 11 de novembro de 1831, é que se dá legalmente a criação do Colégio. O artigo 1º do decreto declara que “o governo fica autorizado a mandar pôr em execução os estabelecimentos de órfãos de ambos os sexos” [...]<sup>48</sup>. O Colégio, entretanto, só viria a se instalar efetivamente em 16 de fevereiro de 1835<sup>49</sup>. No Colégio, os órfãos recebiam instrução primária e

---

<sup>45</sup> DORNELAS, Bruno. **Infância e caixeiragem: ritos de passagem para a idade adulta no mundo do trabalho no recife do século XIX**. In: MIRANDA, Humberto; VASCONCELOS, Maria Emília. **História da infância em Pernambuco**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007. p. 71.

aprendiam as primeiras letras. Era-lhes ensinado o ofício de sapateiro ou marceneiro e, também, iniciavam-se na música<sup>50</sup>.

De acordo com Bartolomeu Cavalcanti, admitiam-se, no Colégio, órfãos cujos familiares não podiam prover seu sustento e educação, e enjeitados<sup>51</sup>, oriundos da Casa dos Expostos. O Colégio localizava-se na cidade de Olinda, em um lugar bem isolado. Estava defronte para o mar e era quase todo rodeado por um pântano. Esse ambiente acarretava bastante prejuízo para os internos do Colégio, pois, em época de chuva, a umidade dentro do Colégio era muito grande, causando uma série de moléstias: gripes, resfriados e cansaços. Vale registrar que, para a instalação desses colégios, havia uma preocupação de isolá-los da cidade. O afastamento do mundo urbano, a partir da busca de um ar saudável, é tido como um critério para se construir “casas de educação”<sup>52</sup>. No entanto, parece que esse critério não foi respeitado para o Colégio dos Órfãos, pois o mesmo encontrava-se em local bastante insalubre. É fato que, pelo século XIX afora, o ar do Recife possuía uma constituição nociva<sup>53</sup>. Por isso, durante todo o século, a cidade sofreu uma série de intervenções com o objetivo de melhorar a sua funcionalidade e diminuir a insalubridade do ambiente urbano<sup>54</sup>. A ênfase na atmosfera explicava-se pela convicção que vigorava na medicina deste século, apoiada nos princípios

---

<sup>46</sup> Sobre o envio de órfãos para o Colégio, podem ser encontradas mais informações no trabalho de NASCIMENTO, Alcileide Cabral. **A sorte dos enjeitados. O combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789 – 1832)**. São Paulo: Ed. Annablume, 2008. Capítulo VI.

<sup>47</sup> ANJOS, João Alfredo dos. **A Roda dos enjeitados: enjeitados e órfãos em Pernambuco no século XIX**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1997. p. 121.

<sup>48</sup> **Coleção das Leis do Império do Brasil desde a Independência 1830 e 1831, Volume III. Ouro Preto. Tipografia Silva. 1830**. In: Mac Cord, Marcelo. **Andaimos, casacas, tijolos e livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880** / Marcelo Mac Cord. - Campinas, SP: [s. n.], 2009.

<sup>49</sup> ANJOS, João Alfredo dos. **A Roda dos enjeitados: enjeitados e órfãos em Pernambuco no século XIX**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1997. p. 121.

<sup>50</sup> CAVALCANTI, Bartolomeu. **Colégio dos Órfãos**. CLIO, Revista de Pesquisa Histórica, nº 12, 1989. p. 128.

<sup>51</sup> Enjeitado é a pessoa que foi abandonada por seus pais quando nasceu; rejeitado; desprotegido. In: **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa**.

<sup>52</sup> GONDRA, José Gonçalves. **Artes de civilizar: Medicina, Higiene e Educação Escolar no Corte Imperial**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2004.p. 167.

<sup>53</sup> ARRAIS, Raimundo. **O Pântano e o Riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.p. 364.

<sup>54</sup> FARIAS, Rosilene Gomes. **O Khamsin do deserto: cólera e cotidiano no Recife (1856)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História. Recife, 2007. p. 26.

hipocráticos, segundo os quais era na circulação dos elementos da atmosfera que estava a condição necessária à vida humana<sup>55</sup>.

Desde 1841, quando se reuniram na Sociedade de Medicina, os higienistas pernambucanos dirigiram seus esforços para conhecer os problemas de salubridade do Recife, e o primeiro passo que deram nessa direção constituiu em estabelecer a “constituição médica” da cidade<sup>56</sup>.

Através do Conselho Geral de Salubridade Pública, os médicos ocuparam um lugar nas esferas decisórias do Estado [...]<sup>57</sup>. Foi a partir desse Conselho que os médicos passaram a intervir em assuntos importantes na província pernambucana. A tarefa dos doutores era, pois, longa e difícil. No Recife em franco crescimento, praticamente todos os pontos dentro do espaço urbano se constituíam como focos de contaminação em potencial<sup>58</sup>. O olhar do médico denotava uma repulsa ao cenário urbano apresentado e diante dos costumes “bárbaros” de um povo que não parecia se importar com o meio em que vivia<sup>59</sup>.

Partiu desses médicos higienistas a ideia de adotar na Província uma estatística médica.

Eles estudaram os efeitos mortíferos das áreas pantanosas, solicitando reiteradamente à câmara sua drenagem e aterramento; lutaram na linha de frente para prover a cidade de serviço de abastecimento d’água, esgotamento sanitário e calçamento [...].<sup>60</sup>

Embora o Colégio dos Órfãos não se encontrasse num local adequado, como queriam os médicos higienistas, a preocupação de construir esses colégios em lugares ermos advinha não só do fato de proteger das doenças, mas também de proteger os meninos do mundo das ruas, dos vícios e paixões que a vida da rua poderia despertar<sup>61</sup>. Essas eram estratégias de tirar os

---

<sup>55</sup> ARRAIS, Raimundo. op. cit., p. 364.

<sup>56</sup> Ibidem, p. 364.

<sup>57</sup> Ibidem, p. 366.

<sup>58</sup> SANTOS, Manuela Arruda dos. op. cit., p. 96.

<sup>59</sup> Ibidem, p. 96.

<sup>60</sup> ARRAIS, Raimundo. op. cit., p. 366.

<sup>61</sup> GONDRA, José Gonçalves. op. cit., p. 167.

meninos de um mundo miserável no qual viviam para inseri-los num ambiente educativo, para que, com isso, viessem a ser útil à nação. É o que demonstra o relatório do presidente da Província pernambucana Chichorro da Gama,

“quando aquelles infelizes [os órfãos] tiverem de sahir do estabelecimento, por haverem completado a idade de 16 annos, não serão lançados, como até agora, no meio da sociedade, sem a menor habilitação, para conseguirem a subsistencia, e expostos a trilharem a estrada dos vícios, em detrimento seu, e da mesma sociedade; estarão, pelo contrario, acostumados ao trabalho, terão aprendido algum officio, ou, ao menos, adquirido delle boas noções, e achar-se-hão assim encaminhados a uma vida util a si, e ao Paiz<sup>62</sup>.

Essa fala do presidente da Província de Pernambuco se adequa ao princípio foucaultiano do biopoder, em que o cuidado com as crianças se insere numa preocupação mais ampla com a população de torná-los útil ao Estado e longe dos vícios, além de lhe conduzirem a uma vida de trabalho profícuo. Segundo Foucault, essa nova tecnologia se ocuparia da multiplicidade dos homens, preocupando-se com o nascimento, a morte, a produção, a doença etc.<sup>63</sup>. Essa preocupação do Estado em cuidar da população se insere na ideia de que o Brasil deveria percorrer seu caminho rumo ao progresso e à civilização. Nesse momento, a cidade do Recife era influenciada pelo espírito da modernidade, mesmo guardando resquícios do passado colonial. A cidade planejada, livre dos miasmas, da aglomeração e da pobreza garantiria, perante os olhos do mundo, que o Império brasileiro estava inserido no quadro das nações tidas como evoluídas<sup>64</sup>. Nesse contexto, a tentativa de consolidação de uma ideologia da higienização representava os interesses de uma parte da elite imperial, que associava modernidade à higiene<sup>65</sup>. Tal processo resultou em novas distribuições e configurações, assim como interferiu na vida pessoal e

---

<sup>62</sup> Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), **Relatorio que á Assembléa Legislativa de Pernambuco apresentou na sessão ordinaria de 1847, o excellentissimo presidente da mesma provincia, Antonio Pinto Chichôrro da Gama**. Pernambuco, Typ. Imp., 1847. p. 9, 10.

<sup>63</sup> FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade**. São Paulo; Martins Fontes, 2000. p. 289.

<sup>64</sup> SANTOS, Manuela Arruda dos. **A cidade em desordem: O cotidiano insalubre no Recife Oitocentista (1831-1845)**. In: SILVA, Giselda Brito; SCHURSTER, Karl. **Histórias do Recife: entre narrativas do passado e interpretações do presente**. Rio de Janeiro, Editora Multifoco, 2011. p. 133.

<sup>65</sup> *Ibidem*, p. 133.

coletiva dos indivíduos, ao suscitar novas formas de comportamento<sup>66</sup>. Seria, portanto, praticamente impossível neste momento no Brasil falar de instrução e não associar aos preceitos higienistas. Para se desenvolver e pertencer às nações modernas e civilizadas, o país precisaria investir em instrução e, por conseguinte, na higiene. Pois formar o indivíduo e não cuidar do corpo, seria desenvolver uma educação deficitária em um país que passava por sucessivas crises de saúde pública.

É a partir desse pensamento que se teve todo um cuidado para com os educandos. Cuidados esses, que iam desde a preocupação com a escolha dos tecidos para o vestuário dos alunos, até o disciplinamento do corpo, como a higiene pessoal e a privação de alguns desejos como as necessidades sexuais. Dessa forma é que se radicalizou a defesa dos exercícios corporais como expressão do combate àquele que era considerado o mais grave e terrível dos vícios: o onanismo [masturbação masculina]<sup>67</sup>.

Exaurir fisicamente o corpo e entorpecer o espírito de aconselhamento moral consubstanciavam-se em estratégias para interditar as práticas masturbatórias dos meninos que, de acordo com a perspectiva da ordem médico-higiênica, concorriam para impedir a constituição de um corpo forte e robusto, de uma boa moral e da sabedoria desejada. No cumprimento desse roteiro estaria [...] o remédio contra o raquitismo e a fraqueza, contra o demônio dos vícios e da ignorância.<sup>68</sup>.

As preocupações com o modelo higiênico e a forma da educação escolar partiram de discursos médicos, notadamente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Esses discursos tinham como um dos objetivos descreverem lugares adequados à vida moral, intelectual e física dos alunos, porquanto “abrigar os educandos em colégios onde a influência geográfica e climática era tida como perniciosa era desaconselhável às organizações que iriam cuidar dos frutos e do futuro da nação”<sup>69</sup>. O discurso médico-higienista define uma localização para a escola na cidade, propõe modos de organização do espaço escolar e, ao mesmo tempo, define uma dimensão educativa para esse espaço<sup>70</sup>. Longe dos ruídos e das exalações do mundo do trabalho, da

---

<sup>66</sup> Ibidem, p. 133.

doença e da morte, a escola vai sendo pensada enquanto lugar de silêncio, atenção e, sobretudo, enquanto lugar de saúde<sup>71</sup>.

Nestes espaços escolares, vigoravam uma série de normas a serem seguidas pelos estudantes e qualquer transgressão ou quebra das regras acarretavam para os estudantes severas punições. O poder disciplinar é, com efeito, um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem a função maior de “adestrar”<sup>72</sup>. De acordo com Michel Foucault, a disciplina “fabrica” indivíduos. Assim sendo, o sucesso do poder disciplinar para Foucault se deve, sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame. A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação<sup>73</sup>. Portanto, para Foucault, esse poder se incumbiu tanto do corpo quanto da vida e se incumbiu, também, da vida em geral, com o polo do corpo e o polo da população. Assim, o regulamento de muitas instituições educacionais tinha como objetivo disciplinar o comportamento dos educandos, de modo a ajustá-los à sociedade e às necessidades da província<sup>74</sup>.

A manutenção da escola no interior do discurso médico pode ser explicada menos como uma decorrência mecânica das transformações ocorridas em outras esferas da vida social e mais como um zelo estratégico e calculado desse campo disciplinar que vê aí um modo de manter e expandir sua legitimidade para cuidar dos indivíduos e da sociedade<sup>75</sup>.

Percebe-se claramente a prática dessa política disciplinar nas informações de César Augusto Castro, em seu livro sobre a ‘Casa dos Educandos Artífices do Maranhão’. Segundo Castro, dependendo da gravidade

---

<sup>67</sup> ROCHA, Heloísa H. P.; GONDRA, José G. **A escola e a produção de sujeitos higienizados**. Perspectiva, Florianópolis, V. 20, n. 2. p. 497.

<sup>68</sup> Ibidem, p. 497.

<sup>69</sup> GONDRA, José Gonçalves. op. cit., pp. 165-166.

<sup>70</sup> ROCHA, Heloísa H. P.; GONDRA, José G. op. cit., pp. 501-502.

<sup>71</sup> Ibidem, p. 502.

<sup>72</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. 37. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 164.

<sup>73</sup> FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade**. São Paulo; Martins Fontes, 2000. p. 302.

<sup>74</sup> CASTRO, César Augusto. **Infância e Trabalho no Maranhão Provincial: uma história da Casa dos Educandos Artífices (1841-1889)**. São Luís: EDFUNC, 2007. p. 231.

<sup>75</sup> ROCHA, Heloísa H. P.; GONDRA, José G. op. cit., p. 510.

da contravenção, os meninos podiam sofrer exposição diante dos demais, servir às mesas alunos como se serviçais fossem, terem o corte de uma das refeições e, em casos de certa gravidade, receberem prisão por dez dias no xadrez da casa<sup>76</sup>. Esta última punição, a prisão, constituía-se num espaço para garantir a ordem e a moralidade dos educandos, servindo para intimidá-los. Essa é uma atitude muito utilizada nas organizações militares para o disciplinamento dos seus contraventores. No entanto, apesar das severas regras de disciplinamento, eram frequentes as infrações da ordem cometidas pelos alunos. Por isso, como lembra Foucault, quando se procura corrigir um transgressor, procura-se corrigi-lo em função dos riscos de reincidência que ele apresenta e em função de sua ameaça. Nos casos mais graves, ocorria a expulsão ou o envio do contraventor para arsenais da Marinha e de Guerra. Ainda conforme César Castro, com o aval da diretoria, os mestres e professores podiam embutir outras penalidades, como o uso da palmatória, repetir exercícios inúmeras vezes e outras formas que julgassem convenientes ao processo de aprendizagem.

## **2.2 Ocupar as crianças pobres: uma forma de integração social**

Mesmo a classe dirigente interessada em ocupar as crianças pobres e de lhes oferecer uma educação, na prática a situação era bem diferente. Constata-se o descaso político, por parte dos dirigentes, com as instituições educacionais que serviam de atendimento aos jovens necessitados. No relatório que o Barão da Boa Vista, então presidente da Província de Pernambuco, apresentou à Assembleia Legislativa na sessão ordinária de 1843, percebe-se que

“a instrução pública uma das mais imperiosas necessidades dos Paizes nascentes, marcha nesta província com a mesma lentidão, de que vos falei o anno passado. Pôsto que se note um augmento de alumnos na freqüência das aulas, não ha todavia prova alguma de seu adiantamento. De 2139 meninos que freqüentarão as aulas publicas de Primeiras Letras forão apenas examinados e aprovados 55 desta Cidade, e 59 do interior”.<sup>77</sup>

---

<sup>76</sup> CASTRO, César Augusto. **Infância e Trabalho no Maranhão Provincial: uma história da Casa dos Educandos Artífices (1841-1889)**. São Luís: EDFUNC, 2007. p. 47.

<sup>77</sup> Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), **Relatório que á Assembléa Legislativa de Pernambuco, apresentou na sessão ordinaria de 1843 o excellentissimo**

A instrução pública no governo do Barão da Boa Vista foi bastante deficitária, mesmo com o esforço de tentar promover o progresso e o aprimoramento educacional na Província. Contudo, no que tange à modernização e à ética do progresso, o seu governo foi um marco inegável da expansão urbana e da remodelação do Recife<sup>78</sup>. Mas é preciso cuidado em pensar a modernização empreendida nesse momento<sup>79</sup>. Se de fato houve um avanço nos chamados ‘melhoramentos materiais’ no meio urbano da capital, não se pode entusiasticamente dizer que houve uma ‘*revolução nos costumes*’ da população, nem que a cidade do Recife tomou um aspecto de limpeza higiênica<sup>80</sup>.

O Colégio dos Órfãos, comentado acima, foi um exemplo desse descaso de instrução pública. Em 1850, por falta de recursos, foi solicitado pelo diretor do Colégio o fechamento de alguns cursos de desenho e oficinas de marcenaria e sapataria<sup>81</sup>. Isso ocasionou para muitos meninos um obstáculo à profissionalização, pois segundo Alessandra Schueler

a instrução primária foi entendida como a instrução popular por excelência destinada a toda a população livre. Incluindo as crianças provenientes das famílias pobres, a escola primária pretendia constituir um espaço de integração e inclusão social, preparando-as para a aquisição futura de uma instrução profissional.<sup>82</sup>

Sabe-se, porém, que o encargo com essas crianças provenientes das famílias pobres ou com crianças sem família era uma tarefa pesada, custosa e difícil para os estabelecimentos particulares, públicos e instituições religiosas. As verbas destinadas para essas instituições sempre foram muito abaixo das reais necessidades e, muitas vezes, os desvios desses recursos eram práticas corriqueiras. Isso pôde ser verificado na análise documental que fala da

---

**barão de Boa-Vista, presidente da mesma provincia.** Recife, Typ. de M.F. de Faria, 1843. p. 12.

<sup>78</sup> SILVA, Maciel Henrique. **Pretas de honra : trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do Século XIX (1840-1870).** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2004.p. 44.

<sup>79</sup> Ibidem, p. 44.

<sup>80</sup> Ibidem, p. 44.

<sup>81</sup> APEJE, **Colégio dos órfãos**, Códice 1, 1849-1850, p.32-33.

<sup>82</sup> Cf. SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. **Crianças e escolas na passagem do Império para a República.** In: **SciELO - Scientific Electronic Library Online.** Acesso em: 13 abr. 2011.



situação precária do Colégio dos Órfãos de Olinda. Há relatos sobre o descaso com a estrutura física do prédio e da má qualidade de vida dos órfãos (falta de vestuário, calçados, péssimos dormitórios, péssima enfermaria etc.).<sup>83</sup>

Apesar de todas as dificuldades por que passavam, esses estabelecimentos educacionais conseguiam dar uma instrução profissional às crianças pobres. Como exemplo, temos o caso de um órfão de nome Francisco de Britto Guerra, que frequentou o Colégio dos Órfãos de Olinda, em 1851, e possuía habilidades para exercer qualquer tipo de ofício a que fosse aplicado<sup>84</sup>. Também havia, para esses aprendizes, a possibilidade de emprego no ensino público da Província ou no próprio Colégio. Foi o caso de Benjamim Martiniano dos Anjos que, educado no Colégio, foi contratado aos 16 anos para ser mestre de sapataria nas oficinas de Santa Teresa com ordenado mensal de 10\$000 réis. Contudo, de um modo geral, podemos observar a desvalorização de educadores, pois o cozinheiro do próprio Colégio dos Órfãos recebia um ordenado mensal de 25\$000<sup>85</sup>, bem maior que o do referido professor. A questão não é trazer nenhum demérito à profissão de cozinheiro, já que tem o seu valor, mas mostrar o quanto a carreira dos professores era tratada com pouco interesse pelo Estado Imperial, mesmo se tratando de um lente em início de carreira. Esse desprestígio dos professores é evidenciado nas fontes do arquivo da Assembleia Legislativa de Pernambuco. Lá, encontravam-se várias petições nas quais muitos mestres recorriam à Assembleia para ajustes salariais. Um caso ilustrativo é o do senhor Januário Alexandrino da Silva Rabelo Caneca, professor de desenho do Liceu Provincial, que pede à Assembleia revisão de salário<sup>86</sup>.

A preocupação fundamental do envio dos desvalidos<sup>87</sup> para essas instituições de perfil mais filantrópico (como o Colégio dos Órfãos) era evitar

---

<sup>83</sup> APEJE, **Colégio dos órfãos**, Códice 2, 1851, p.34.

<sup>84</sup> APEJE, **Colégio dos órfãos**, Códice 2, 1851, p.195.

<sup>85</sup> ANJOS, João Alfredo dos. **Enjeitados e órfãos em Pernambuco no século XIX**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1997. p. 128.

<sup>86</sup> ALEPE, Recife, Divisão de Arquivo, Série Petições, Caixa: 036.118p.

<sup>87</sup> Segundo Alessandra Schuller, no seu artigo "**A Associação Protetora da Infância Desvalida e as Escolas de São Sebastião e São José**", ser um desvalido correspondia a "viver num estado de pobreza" e de "ausência de valor". Desvalido, assim como pobre, era todo aquele que, com poucas posses ou sem o necessário para viver, não dispunha de proteção de alguém que lhe garantisse um valimento. A noção de "infância desvalida",

que ingressassem nas fileiras da desclassificação social e permitir que, de alguma forma, eles viessem a se integrar no seio da sociedade. A concepção de filantropia<sup>88</sup>, em termos etimológicos, vem do grego e, segundo o dicionário Aurélio, filantropia significa “Amor à humanidade, Caridade”. No entanto, no bojo dessa discussão, faz-se necessário esclarecer as diferenças entre filantropia e caridade.

De modo geral, a filantropia se distingue da caridade na escolha de seus objetivos, por essa preocupação de pragmatismo. Em vez de dom, conselho, pois este não custa nada. Assistência às crianças em vez de assistência aos velhos, às mulheres e não aos homens pois, a longo prazo, esse tipo de assistência pode, senão render, pelo menos evitar gastos futuros. A caridade desconhece esse investimento pois só pode arder ao fogo de uma extremada miséria, com a visão de um sofrimento espetacular, a fim de receber, em troca, através do consolo imediato que fornece, o sentimento de engrandecimento do doador<sup>89</sup>.

Para L. de Guizart, a caridade

“comporta, sem dúvida, mais abnegação, pois se mostra sempre sob traços vivos e personificados, ao passo que a filantropia, que encara de um ponto de vista mais amplo os males que combate ou o bem-estar que proporciona, é menos auxiliada pelas emoções da simpatia e da piedade”<sup>90</sup>.

Entre a caridade e a filantropia se estabelece, no decorrer de todo o século XIX, uma competição, cuja beneficiária é a segunda<sup>91</sup>. Assim, mesmo sendo assistencialista, não se pode conceber a filantropia como uma fórmula apolítica de intervenção privada na esfera dos problemas ditos sociais, mas sim como uma estratégia deliberadamente sem caráter político face à instauração dos equipamentos coletivos, ocupando uma posição equidistante da iniciativa

---

portanto, remetia aos meninos e meninas despossuídos, ou seja, àqueles provenientes dos segmentos mais pobres da cidade.

<sup>88</sup> *Filo = amor + Anthrōpos = Homem*. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. 1<sup>a</sup>. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. p. 221.

<sup>89</sup> L. de Guizart, Rapport sur lés travaux de La Societé de morale chrétinne pendant l’année 1823-1824, p. 22-23. apud. Donzelot, Jacques. **A Polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2<sup>a</sup> ed., 1986. p. 65.

<sup>90</sup> Ibidem, pp. 65-66.

<sup>91</sup> Ibidem, p. 66.

privada e do Estado. E foi nesse sentido que, aliado à Igreja<sup>92</sup>, o poder público incrementou a assistência social, representada pelos hospitais, pelos hospícios, pelas Casas de Expostos, pela atuação da Santa Casa de Misericórdia, pelas atividades das ordens terceiras e confrarias<sup>93</sup>. Portanto, a assistência social atuou como um segmento da sociedade civil que buscou construir um sistema alternativo para a situação de exclusão desses desvalidos. Nessa abordagem social, a filantropia utilizou o recurso privado para o benefício público, buscando transformar a sociedade através de iniciativas que proporcionassem a melhoria de vida das pessoas.

### **3. Trabalho, saúde pública e educação no Recife: as transformações do espaço urbano**

Com o despertar do dia ficam vazios todos os mocambos, saindo os homens para trabalhar nas fábricas, carregar e descarregar os navios, as mulheres para cozinhar e lavar nas casas ricas, os meninos pra vagabundagem, tomar contas das ruas, entrar de lama adentro para pegar caranguejo<sup>94</sup>.

[...]

Dentre toda uma ampla série de inventos que se estende desde o último quartel do século XIX até meados da década de 1910, é o automóvel aquele que aparece melhor exemplificar as transformações da vida cotidiana engendrada pela modernidade e sua máquina maravilhosa. Nem os aviões, nem os navios transatlânticos, nem o telefone adentraram com tanta proficuidade<sup>95</sup>.

O texto de Josué de Castro e de Jaílson Pereira retrata bem como se encontrava o nível das transformações urbanas e sociais por que passava o Recife no final do século XIX e início do XX. Como bem descreve os trechos destacados, foi um período de intenso movimento de trabalhadores nas fábricas e de uma série de inovações tecnológicas, como a presença do

---

<sup>92</sup> É importante destacar que o Estado imperial, por diversas vezes, rompeu com a Igreja e que ao longo do século XIX, com os novos preceitos higiênicos, os médicos vão tomando o lugar dos padres.

<sup>93</sup> Cf. FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 15ª ed. – São Paulo: Global, 2004.

<sup>94</sup> CASTRO, Josué de. **Documentário do Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1965. p. 20.

<sup>95</sup> SILVA, Jaílson Pereira. **O encanto da velocidade: automóveis, aviões e outras maravilhas no Recife dos anos 20**. 2002. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Recife: 2002.

automóvel. As construções urbanas iam crescendo no centro das cidades sem nenhum tipo de planejamento, fábricas surgiam e, com elas, a presença de trabalhadores, além da chegada de muitos imigrantes. Estes se concentravam, principalmente, no setor industrial devido ao fato de que a indústria precisava de mão de obra mais qualificada para esse trabalho e, por isso, deu preferência, num primeiro momento, a trabalhadores com alguma qualificação<sup>96</sup>. É o que mostra o quadro 1 abaixo. É preciso observar no quadro que outras profissões, além das industriais, tinham um grande destaque, como, por exemplo, o comércio e a agricultura. No que diz respeito à questão das mulheres, elas ainda eram minoria, pois compunham o número de 23 contra 461 da força de trabalho masculina. Isso se evidencia em virtude de vários fatores, entre os quais, a ideia de que as mulheres possuíam poucos direitos que lhes permitissem ter as mesmas oportunidades que os homens. Por isso, pode-se supor pelo quadro que a maioria ficava no serviço doméstico, já que o trabalho feminino era tido como invisível e desqualificado.

**Quadro 1: Estrangeiros que entraram na província de Pernambuco no ano de 1883**

Nacionalidade	Números	Homens	Mulheres	Com família	Quantas pessoas	Profissão								Destino	
						Agricultura	Comércio	Artes	Letras	Clero	Serviço doméstico	Indústria	Náutico	transitoriamente	Residir
Portugal	389	369	20	15		106	73	29	2	4	20	133	22		
Espanha	25	25					22	1				2			
França	8	7	1	1			7				1				
Inglaterra	6	6					4						2		
Itália	50	49	1	1			8	16		8	1	16			
Estados Unidos	2	2					2								
Alemanha	4	3	1	1			3								
<b>Soma</b>	<b>484</b>	<b>461</b>	<b>23</b>	<b>18</b>		<b>106</b>	<b>119</b>	<b>46</b>	<b>2</b>	<b>12</b>	<b>22</b>	<b>151</b>	<b>24</b>		

Fonte: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), **Falla com que o exm. sr. conselheiro Francisco Maria Sodré Pereira abriu no 1.º dia de março de 1883 a Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco**. Pernambuco, Typ. de Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, 1883. Mapa 16.

<sup>96</sup> É importante destacar que a industrialização nesse momento é pequena e concentrada principalmente nas capitais mais importantes do país. O maior investimento neste setor se dará sobretudo a partir de 1930.

Esses imigrantes, de algum modo, deram à cidade do Recife uma nova roupagem. Esses trabalhadores internacionais são parte de uma política de Estado para modificar a fisionomia das cidades brasileiras, tanto na questão trabalhista como na racial. Na década de 1880, já estava em grande debate discussões de como se daria a abolição dos escravos e de como seria a transição dos mesmos para o mercado de trabalho. Como muitos políticos e intelectuais não chegavam a um consenso sobre se deveriam usar a mão de obra dos ex-escravos, imigrantes eram trazidos como uma solução mais confiável de mão de obra e como estratégia de embranquecimento da sociedade. Junto com essa questão racial e trabalhista, crescia também, nas cidades brasileiras – e, no nosso caso, o Recife –, a necessidade de novas reformas urbanísticas. A cidade do Recife já havia enfrentado várias reformas urbanas iniciadas na segunda metade dos oitocentos e intensificada durante a Primeira República<sup>97</sup>. Durante o primeiro triênio do século XX, os projetos urbanistas construídos para a cidade se propunham a fazer do Recife uma cidade modelo, quando uma série de melhoramentos materiais influenciou significativas mudanças no cotidiano da população. O historiador Flávio Weinstein Teixeira, ao estudar as transformações urbanísticas da cidade do Recife, afirma que

são realmente de uma extraordinária riqueza e variedade os contornos que vieram a ganhar as demandas por ser moderno. A modernidade impunha desde a necessidade de se ter um porto modernamente aparelhado e ampliado na suas dimensões, de dispor de uma ampla rede de esgotos sanitários e fornecimento de água encanada, de se poder trafegar por ruas largas, calçadas e iluminadas, até o desejo de se mostrar elegante, ou frequentar os cinemas – que por essa época começam a proliferar – e, mais tarde, reunidos nos cafés e confeitarias, comentar sobre a admirável interpretação dos atores ou sobre a extraordinária produção ora em cartaz<sup>98</sup>.

Essas mudanças na cidade proporcionaram grandes repercussões para a vida das pessoas. Estreitamente ligada à modernização técnico-científica, a

---

<sup>97</sup> MIRANDA, Humberto da Silva. **Meninos, moleques, menores: Faces da infância no Recife (1927 – 1937)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco. DLCH. História, 2008. p. 41.

<sup>98</sup> TEIXEIRA, Flávio W. **As cidades enquanto palco da modernidade: o Recife de princípios do século**. 1994. Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Recife, 1994. p. 54.

modernidade chegava e começava a expandir-se por várias partes do mundo<sup>99</sup>. A modernidade, com suas invenções, causa realmente espanto e deslumbramento, medos e desejos, e a cidade é o espaço de maior dimensão<sup>100</sup>. Segundo Antônio Paulo Rezende, nem todos se sentiram seduzidos pelas invenções modernas, pela renovação dos hábitos, por uma concepção de tempo que exigiria mais pressa, pela ruptura com práticas de convivência social enraizadas<sup>101</sup>. Neste período, a capital pernambucana caracterizava-se economicamente como uma cidade da indústria e do comércio<sup>102</sup>. Segundo as pesquisas de Catia Lubambo, a década de 1910 foi marcada por uma reestruturação da área urbana, quando o melhoramento do Porto do Recife, a instalação de linhas férreas, o alargamento das avenidas e o investimento em saneamento se efetivaram<sup>103</sup>. O governo coloca-se claramente como criador da infraestrutura básica necessária da modernização<sup>104</sup>. Esses investimentos foram realizados por meio do pagamento de impostos advindos das primeiras indústrias e do comércio<sup>105</sup>. E isso se realizou com o objetivo de não se perder de vista os caminhos da modernização.

Esse momento econômico pelo qual passava o Estado de Pernambuco ocasionou a vinda de muitas pessoas para a área urbana. Esse crescimento populacional fez com que a maioria dessas famílias viesse a se instalar em lugares precários. O Recife do “progresso”, dos sobrados também era a cidade que convivía com o “atraso” dos mocambos, que se espalhavam pela cidade e se localizavam nas margens dos rios Capibaribe, Tejipió, Beberibe, entre outros<sup>106</sup>. Mesmo sendo uma das cidades onde o “progresso” econômico se apresenta na consolidação das indústrias e do comércio, Recife era, à época,

---

<sup>99</sup> COUCEIRO, Sylvia Costa. **Artes de viver a cidade: conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos 1920**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. p. 60.

<sup>100</sup> REZENDE, Antônio Paulo. **Desencantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX**. Recife: Fundarpe, 1997. p. 30.

<sup>101</sup> Ibidem, p. 57.

<sup>102</sup> MIRANDA, Humberto da Silva. op. cit., p. 52.

<sup>103</sup> Ibidem, p. 59.

<sup>104</sup> REZENDE, Antônio Paulo. op. cit., p. 56.

<sup>105</sup> LUBAMBO, Catia Wanderley. **O bairro do Recife no início do século: uma experiência de modernização urbana**. Mestrado e Ciências do Desenvolvimento urbano e regional – Departamento de Arquitetura e urbanismo. Recife: UFPE, 1988.

<sup>106</sup> MIRANDA, Humberto da Silva., op. cit., p. 53.

uma das cidades onde a pobreza e a miséria se deparam de forma mais expressiva<sup>107</sup>.

Em 1904, em decorrência do péssimo saneamento nos morros e alagados, o Estado de Pernambuco passou por uma grave crise de saúde pública. Segundo as autoridades locais, registrou-se o aparecimento da peste bubônica<sup>108</sup>, cuja atuação sanitária diretamente refletiu e para combatê-la foi solicitado do Governo da União, remessa periódica de vacina e soro<sup>109</sup>. Foi também ao mesmo tempo aparelhada a *polícia sanitária* de material de expurgo e de pessoal extranumerário que se fazia necessário, a fim de agir convenientemente na defesa da comunidade<sup>110</sup>. Apesar de todos os esforços, a ação combinada de elementos higiênicos de defesa e agressão praticados pela respectiva repartição não foi possível circunscrever a ação do *tifo levantino*, surgindo temeroso foco no povoado de S. João dos Pombos do município de Vitória [...] <sup>111</sup>.

O *tifo levantino* afligiu Pernambuco em março de 1902, após a escala em Recife do vapor austríaco Gundilic, procedente da Itália, e que seguiu para o Rio de Janeiro, percurso no qual morreram dois tripulantes. Octávio de Freitas, o cronista da peste e responsável pela identificação da “moléstia estranha” em Pernambuco, registrou a inevitabilidade da invasão diante da “carência absoluta dos meios de defeza de nossa capital, com uma organização sanitária das mais defeituosas, actualmente; de outro lado, observando-se uma constituição médica das mais deploráveis, péssimas se apresentando as nossas condições de salubridade, accusando os boletins demographicos uma excessiva mortalidade [...]” <sup>112</sup>. A preocupação com as

---

<sup>107</sup> Ibidem, p. 53.

<sup>108</sup> Relativo a bubão ou que se manifesta por bubões. Que se caracteriza pela formação de bubões ou caracterizada por bubões ou tumefações ganglionares dolorosas. A peste, doença primariamente de roedores, é causada pela *Yersinia pestis* e transmitida principalmente por pulgas. In: **Dicionário on-line Priberam da Língua Portuguesa**. Acesso em 03 jul.2012.

<sup>109</sup> **Mensagem apresentada ao Congresso Estadual na abertura da Terceira sessão da Quarta legislatura pelo governador do Estado, Dr. Antonio Gonçalves Ferreira**. PERNAMBUCO, 1904. p. 12.

<sup>110</sup> Ibidem, p. 12.

<sup>111</sup> Ibidem, p. 13.

<sup>112</sup> TAVARES, Celso. **Análise do contexto, estrutura e processos que caracterizaram o Plano Piloto de Peste em Exu e sua contribuição ao controle da peste no Brasil**. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, 2007. p. 32.

notícias vindas da Capital Federal levou a 'Inspectoria de Hygiene' a adotar uma série de medidas emergenciais, tais como a contratação de pessoal e visitas domiciliares e

“não se pode negar que algum tanto melhoramos sanitariamente: - as ruas apresentavam-se mais limpas, o lixo era incinerado mais regularmente e nas casas notava-se um movimento de acceio muito apreciável. Tudo isto durou muito pouco. Tendo declinado a peste no Rio, cessaram aqui, por ordem do governo, as medidas de saneamento e a cidade começou de novo a apresentar-se no seu habitual estado de limpeza!”<sup>113</sup>.

O Recife, igualmente, sofreu as consequências de uma má higienização. Os benefícios que se poderiam auferir da aplicação das medidas profiláticas ficaram muito aquém da boa vontade, energia e vigilância das autoridades sanitárias [...] <sup>114</sup>. Segundo as autoridades públicas, esses problemas poderiam ter sido mais bem sanados se a população não tivesse visto a 'vacinação com certo preconceito' <sup>115</sup>, pelo receio de ficarem impossibilitados de trabalhar durante alguns dias em consequência da febre que por ventura a evolução da vacina pudesse trazer <sup>116</sup>.

A respeito da condição de vida dos operários, em 1909, o Dr. Octavio de Freitas, médico e palestrante do 1º Congresso Médico de Pernambuco, discutiu a problemática das casas operárias no Recife, classificando-as em duas categorias: os *cortiços* e os *mucambos* <sup>117</sup>. Informava o referido médico que a

---

<sup>113</sup> Ibidem, p. 32.

<sup>114</sup> **Mensagem apresentada ao Congresso Estadual na abertura da Terceira sessão da Quarta legislatura pelo governador do Estado, Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.** PERNAMBUCO, 1904. p. 13.

<sup>115</sup> Segundo José Murilo de Carvalho, diferentemente do que aconteceu no Recife, ou seja, “o certo preconceito” tido pela população, no Rio de Janeiro, a vacinação e modernização provocaram uma série de manifestações por parte da população. Foi neste ambiente tumultuado que estourou, em 1904, a Revolta da Vacina. Tal problema de saneamento fez o prefeito Pereira Passos baixar várias leis municipais que interferiram no cotidiano das pessoas. Proibiu cães vadios e vacas leiteiras nas ruas; mandou recolher a asilos os mendigos; proibiu a cultura de hortas e capinzais, a criação de suínos, a venda ambulante de bilhetes de loteria. Mandou também que não se cuspiasse nas ruas e dentro dos veículos, que não se urinasse fora dos mictórios, que não se soltassem pipas. Cf. CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.p. 95.

<sup>116</sup> **Mensagem apresentada ao Congresso Estadual na abertura da Terceira sessão da Quarta legislatura pelo governador do Estado, Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.** PERNAMBUCO, 1904. p. 12.

<sup>117</sup> **Anais do 1º Congresso Médico de Pernambuco.** Abril a maio de 1909. Primórdios, sessões, memórias e trabalho. Recife: OFF. Typ. Do Diário de Pernambuco. 1910. p. 54.



prefeitura do Recife, atendendo a uma nova cláusula do regulamento de higiene, publicou edital de desapropriação de trezentas e quarenta casas. Dizia ainda, em sua palestra, que todas as plantas das novas edificações estariam sujeitas à repartição sanitária, de modo que estas casas seriam construídas com “conforto e higiene”. Desejando higienizar as moradias, foi sugerida a instalação de registro sanitário nas habitações seguindo o modelo de Paris e do Rio de Janeiro, pretendendo melhorar as condições das casas mal edificadas e insalubres do Recife<sup>118</sup>. Toda essa preocupação era uma forma de o Estado cuidar da população baseando-se no ideal modernizador de seu tempo.

A “educação integral” – assentada no tripé: saúde, moral e trabalho – era uma das respostas políticas ensaiadas por setores da intelectualidade brasileira na redefinição dos esquemas de dominação vigentes<sup>119</sup>. Tratava-se, fundamentalmente, de estruturar dispositivos mais modernos de disciplinarização social, que viabilizassem o que era proposto como progresso<sup>120</sup>. Nesse projeto, a educação era especialmente valorizada enquanto dispositivo capaz de garantir a “ordem sem a necessidade do emprego da força e de medidas restritivas ou supressivas da liberdade”, e a “disciplina consciente e voluntária e não apenas automática e apavorada”<sup>121</sup>.

Em todos os aspectos, a sociedade e o Estado repensavam a si mesmos, buscando solucionar impasses e imprimir novos rumos e direções ao país<sup>122</sup>. O forjar de um ideal nacional, em detrimento dos interesses regionais e das diferenças sociais [...] estavam presentes nos diversos projetos e medidas educacionais propostos para a instrução e a formação moral das crianças<sup>123</sup>. Pernambuco, neste sentido, pensou a educação de forma que pudesse ‘satisfazer as necessidades dos alunos’. Foi o que indicou a lei nº 1140 de 11 de junho de 1911, que reorganizou a instrução no Estado. Com o advento dessa lei, foi criada a Inspeção Geral, cuja função seria a de produzir conforto

---

<sup>118</sup> Ibidem, p. 56.

<sup>119</sup> CARVALHO, Marta Maria Chagas. **Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas**. In: História social da infância no Brasil. Marcos Cezar de Freitas (org.). 6ª ed. – São Paulo: Cortez, 2006. p. 303.

<sup>120</sup> Ibidem, p. 303.

<sup>121</sup> Ibidem, p. 303.

<sup>122</sup> SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. **Crianças e escolas na passagem do Império para a República**. In: Scielo - Scientific Electronic Library Online. Acesso em: 13 abr. 2011.

<sup>123</sup> Ibidem, p. 15.

aos alunos, à higienização das escolas, além de procurar cumprir as exigências da moderna pedagogia<sup>124</sup>. Todavia, cabe destacar que o próprio governo reconhecia o atraso em que se encontrava a instrução quando afirmava na pessoa do seu governador Dantas Barreto que “tudo quanto se ha feito nada é, comparado ao que ainda é preciso fazer, attendendo ao estado que chegou a instrucção pública em Pernambuco”<sup>125</sup>. E completava dizendo que “a reforma operada pela referida lei não satisfaz ainda, e muito é necessário realizar, para o que convém habiliteis o governo com os meios e as medidas tendentes a ser alcançado o resultado que almejamos”<sup>126</sup>. E, a fim de que a educação pudesse ser alavancada, uma das primeiras atitudes, segundo o governo, deveria ser a instalação de escolas em prédios confortáveis e higiênicos, providos de todo o material necessário para elevar o nível de instrução no Estado<sup>127</sup>. Era importante, como ficou claro no texto, que as escolas fossem ambientes saudáveis e limpos. Essa preocupação do Estado em gerir a vida da população já era algo que vinha desde o século XIX. Ao longo deste século, a medicina no Brasil [...] avançou em seu processo de legitimação social<sup>128</sup>.

A chamada medicalização da sociedade, identificada por estudiosos do período, sugere-nos uma intervenção social intensa, autoritária e sem fronteiras, acrescentando que o saber médico procurava se tornar cada vez mais complexo e abrangente, o que pode ser percebido pelo fato de haver uma diversificação de suas linhas de atuação, o que criou especializações tais como a criminologia, medicina legal, saúde, psicologia e higiene. Como já indicado, é nos domínios desta que o debate em torno do tema educacional se encontra sediado<sup>129</sup>.

A partir de então, interessava ao poder estatal estabelecer políticas higienistas por meio das quais se pudessem sanear o corpo da população,

---

<sup>124</sup> Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), **Mensagem do Exm. Snr. General Emygdio Dantas Barreto, governador do Estado. Lida por ocasião de instalação da 1ª sessão da 8ª legislatura do Congresso Legislativo do Estado aos 6 de março de 1913**. Recife, Typographia do Tempo, 1913. p. 07.

<sup>125</sup> Ibidem, p. 07.

<sup>126</sup> Ibidem, p. 07.

<sup>127</sup> Ibidem, p. 08.

<sup>128</sup> GONDRA, José Gonçalves. op. cit., p. 87.

<sup>129</sup> Ibidem, p. 88.

depurando-o de suas infecções internas<sup>130</sup>. O Recife, em fins do século XIX e começo do XX, como debatido, passava por graves problemas de saúde pública. Com uma população de aproximadamente 200 mil habitantes, a cidade era uma das capitais com maior índice de mortalidade do país, possuindo um coeficiente de mortalidade (51,17) bem superior ao dos outros Estados da federação<sup>131</sup>. É o que mostra, de forma alarmante, o quadro 2 abaixo.

**Quadro 2: Quadro comparativo da mortalidade total nas cidades brasileiras por mil habitantes**

Cidade	Ano	Coeficiente de mortalidade	Óbitos
<b>Recife</b>	<b>1911</b>	<b>51,17</b>	Óbitos
Florianópolis	1909	32,20	Óbitos
Manaus	1908	31,47	Óbitos
Aracajú	1909	29,56	Óbitos
Porto Alegre	1909	28,81	Óbitos
Niterói	1909	26,53	Óbitos
Fortaleza	1909	25,36	Óbitos
Paraíba	1909	25,28	Óbitos
Belém	1909	20,82	Óbitos
Salvador	1909	20,38	Óbitos
São Paulo	1910	19,89	Óbitos
Rio de Janeiro	1909	19,53	Óbitos
Curitiba	1909	15,51	Óbitos

Fonte: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), **Mensagem do Exm. Snr. General Emygdio Dantas Barreto, governador do Estado. Lida por ocasião de instalação da 3ª sessão da 7ª legislatura do Congresso Legislativo do Estado aos 6 de março de 1912.** Recife, Typographia do Jornal do Recife, 1912. p. 07.

Esse quadro mostra o porquê da preocupação do governo em instalar os alunos em prédios confortáveis e higiênicos, já que o número de óbitos<sup>132</sup> para cada mil habitantes era de 51,17, ou seja, um número de preocupante relevância. O serviço sanitário em Pernambuco, em 1912, era feito pelas

<sup>130</sup> DUARTE, André. **Biopolítica e resistência: o legado de Michel Foucault.** In: **Regras de Foucault.** Margareth Rago e Alfredo Veiga-Neto (organizadores). 2. Ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 50.

<sup>131</sup> Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), **Mensagem do Exm. Snr. General Emygdio Dantas Barreto, governador do Estado. Lida por ocasião de instalação da 3ª sessão da 7ª legislatura do Congresso Legislativo do Estado aos 6 de março de 1912.** Recife, Typographia do Jornal do Recife, 1912. p. 07.

<sup>132</sup> Para o Brasil, dados de 2011, a taxa de mortalidade se encontra em: 6,38 mortes/1.000 habitantes. In: [http://www.indexmundi.com/pt/brasil/taxa\\_de\\_mortalidade.html](http://www.indexmundi.com/pt/brasil/taxa_de_mortalidade.html). Acesso em: 16 ago. 2012.

seguintes seções da Inspetoria de Higiene: “Repartição Geral, Desinfectorio, Instituto Vaccinogenico, Demographia e Estatistica e Laboratório Chimico”<sup>133</sup>. Todas essas seções, segundo relata o governo estadual, funcionavam mal, não só pela insuficiência de material e pessoal, mas também pela falta de regulamento sanitário que compõe a ação complexa da Higiene Pública.

O governo do Sr. Dantas Barreto seguiu investindo tanto na instrução como na higiene e obteve, com isso, alguns resultados. Em Recife, nova feição é observada no ensino primário. Segundo a Secretaria da Justiça e Negócios Interiores, órgão que regulava a educação, a formação de sete grupos escolares que funcionavam em prédios confortáveis e higiênicos, com capacidade para grande número de crianças, providos de mobiliário apropriado e com material escolar conveniente foi de suma importância para a propagação da instrução pública. Entretanto, a aquisição do material escolar sempre se mostrou um problema para o governo.

A dificuldade em adquirir no país, mediante preço razoável, material escolar em condições favoráveis e também a grande despesa que acarreta a sua condução para localidades distantes, tem ocorrido muito para que não sejam ainda modelares as instalações dos estabelecimentos de ensino distantes da capital<sup>134</sup>.

Ulisses Pernambucano, já por esse tempo, levantava a importância da higiene escolar e do redirecionamento dos métodos de ensino [...] <sup>135</sup>. Com preocupações higiênicas, Ulisses Pernambucano apontava as vantagens da presença do médico na escola, propondo a instituição da inspeção médica escolar. Nesse cenário de avanços e retrocessos, muitos governadores reconheciam a relevância da instrução para o Estado e para a nação, pelo menos em seus discursos. Foi o que destacou o Sr. Manoel Antonio Pereira

---

<sup>133</sup> Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), **Mensagem do Exm. Snr. General Emygdio Dantas Barreto, governador do Estado. Lida por ocasião de instalação da 3ª sessão da 7ª legislatura do Congresso Legislativo do Estado aos 6 de março de 1912.** Recife, Typographia do Jornal do Recife, 1912. p. 07.

<sup>134</sup> Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), **Mensagem do Exm. Snr. General Emygdio Dantas Barreto, governador do Estado. Lida por ocasião de instalação da 3ª sessão da 8ª legislatura do Congresso Legislativo do Estado aos 6 de março de 1915.** Recife, Typographia do Jornal do Recife, 1915. p. 19.

<sup>135</sup> OLIVEIRA, Leila de Andrade. **A Experiência Educacional de Ulisses Pernambucano.** In: **Educação da infância brasileira: 1875-1983.** Carlos Monarcha (org.). Campinas, SP: Autores Associados, 2001. p. 188.

Borba afirmando que a instrução pública primária continuava a ser objeto precípuo das preocupações do seu governo. E acrescentava que

“tudo quanto ainda se disser sobre a inadiável necessidade do desenvolvimento da instrução popular será tarefa dispensável, tão arraigada já se acha no espírito de todos a convicção de que é pela educação do povo, numa obra harmonica em que cooperem, dominados pelos mesmos intuitos superiores, governos e particulares, que se começará a resolver a grave crise que o paiz atravessa”<sup>136</sup>.

Fica claro que muito da fala desses líderes políticos não passava de discursos retóricos e eleitoreiros, pois, mesmo reconhecendo a importância da educação para o crescimento da nação e tendo o aparato político nas mãos para fazer as mudanças, pouco faziam. Quando se trata de política, o homem apela para os mais variados recursos de convencimento [...] <sup>137</sup>. Os discursos pretendem ditar ao homem o papel que ele precisa desempenhar na sociedade. E como políticos, os seus discursos, de alguma forma, deveriam estar de acordo com o seu lugar social, institucional. Foucault entende que “a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos números de procedimentos [...]” <sup>138</sup>; não se pode falar tudo, em qualquer circunstância.

No capítulo seguinte, continuaremos a discutir sobre política educacional, porém voltada para a história de uma instituição, a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais. Este estabelecimento contribuiu para o desenvolvimento do ensino dos ofícios em Pernambuco, por isso, analisaremos a Sociedade dos Artistas desde a sua formação institucional, na década de 1840, até o seu comprometimento em administrar o Liceu de Artes e Ofícios no início dos anos 1880.

---

<sup>136</sup> Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), **Mensagem do Exm. Snr. Manoel Antonio Pereira Borba, governador do Estado. Lida por ocasião de instalação da 3ª sessão da 9ª legislatura do Congresso Legislativo do Estado aos 6 de março de 1917.** Recife, Typ. Da Imprensa Oficial, 1917. p. 39.

<sup>137</sup> TAVARES, Olga. **Fernando Collor: o discurso messiânico, o clamor do sagrado.** Ed. Annablume. p. 26.

<sup>138</sup> FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de novembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

## SEGUNDO CAPÍTULO

### **A SOCIEDADE DOS ARTISTAS MECÂNICOS E LIBERAIS: DA ASSISTÊNCIA AOS SÓCIOS À ADMINISTRAÇÃO DO LICEU DE ARTES E OFÍCIOS**

---



Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco – década de 1910<sup>139</sup>

*Integrado no Sítio Histórico da Praça da República, o prédio foi construído para acolher a "Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco", e inaugurado em 1880. Sua arquitetura, de influência eclética, inspira-se no neoclassicismo francês, e seu autor é desconhecido, sendo o projeto oriundo da própria Sociedade<sup>140</sup>.*

---

<sup>139</sup> Disponível em: < [http://www.ibamendes.com/2012/06/fotos-antigas-da-cidade-do-recife\\_26.html](http://www.ibamendes.com/2012/06/fotos-antigas-da-cidade-do-recife_26.html) >. Acesso em: 10 mar. 2013.

<sup>140</sup> Disponível em: < [http://www.cultura.pe.gov.br/patrimonio10\\_liceu.html](http://www.cultura.pe.gov.br/patrimonio10_liceu.html) >. Acesso em: 10 mar. 2013.

## 1. A Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais e a formação do Liceu de Artes e Ofícios

Apesar de a constituição de 1824 extinguir as corporações de ofício, muitos costumes corporativos sobreviveram no Recife oitocentista. Conforme bem relata Itacir Marques da Luz em “Profissionais negros entre instrução e ofício no Recife (1840-1860)”, valores como trabalho bem feito, honra, treinamento, perícia e inteligência continuaram a ser cultivados pelos mestres de ofício. Para escapar dos estigmas da escravidão e do “defeito mecânico”, um grupo de artífices de pele escura criou uma associação que lhes proporcionaria o desejado aperfeiçoamento artístico e socorros mútuos. Além de suprir necessidades cotidianas, a nova entidade também visava ao reconhecimento dos talentos e virtudes de seus membros. Adotando um discurso modernizador, esses artífices especializados conseguiram transformar sua associação em um importante agente político e pedagógico. Tentava-se também controlar alguns setores do mercado da construção civil no Recife e garantir importantes conquistas pessoais e ascender socialmente. Essa associação de artífices teve grande impulso principalmente depois que o governo do Barão da Boa Vista tomou duas decisões pontuais<sup>141</sup>:

a primeira delas foi arremeter uma Companhia de Operários na Europa. Ela desembarcou no porto do Recife em 1839, contando com 195 alemães. Entre eles, encontramos Mestres, Contramestres e Oficiais de diversas artes mecânicas. Além de labutarem nos “melhoramentos materiais” da cidade, eles deveriam treinar e “moralizar” a mão-de-obra local. A outra decisão do Presidente da Província, tomada em 1840, foi contratar o engenheiro francês Louis Léger Vauthier para conduzir as obras<sup>142</sup>.

Pode-se notar que essas medidas do Presidente da Província agregaram um teor muito grande de preconceito, pois, como a maioria dos operários locais eram pessoas de cor e alguns ex-escravos, decidiu o Barão contratar estrangeiros para os serviços de melhoramento da cidade. Com efeito, essa mão de obra estrangeira veio para o Recife não apenas com a

---

<sup>141</sup> MAC CORD, Marcelo. **Andaimes, casacas, tijolos e livros**: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880 / Marcelo Mac Cord. - Campinas, SP: [s. n.], 2009. pp. 19-20.

<sup>142</sup> Ibidem, p. 19-20.

intenção de melhorar a estrutura física, mas também com o objetivo de moralizar a mão de obra local. Em virtude desse fato, é possível afirmar que a decisão de um grupo de artífices de criar, em 1841, uma instituição que pudesse lhes dar um suporte profissional possuía um objetivo bastante definido: competir com os operários estrangeiros. Surge, então, a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais<sup>143</sup> que passava a prestar assistência aos associados quando doentes, presos e em situação de indigência; ao mesmo tempo em que proporcionava o ensino de primeiras letras. Segundo Itacir Marques da Luz, os trabalhadores locais

havam perdido espaço significativo nos postos de trabalho para os estrangeiros, principalmente depois que o Presidente da Província de Pernambuco, Francisco do Rêgo Barros, e seu projeto de modernização e adequação da capital pernambucana à nova ordem de um país independente, resolveu que os trabalhadores locais não eram suficientes - para não dizer, qualificados<sup>144</sup>.

Por isso, a união dos operários locais em uma Sociedade serviu para que eles se fortalecessem profissionalmente diante das propostas modernizadoras do Barão da Boa Vista, visto que, neste projeto de “modernização e adequação da capital à nova ordem”, a classe operária local não se enquadrava. Assim, para crescerem no aspecto técnico e social tais trabalhadores decidiram investir na sua instrução. Essa foi a grande missão da Sociedade dos Artistas (prestar assistência aos associados e proporcionar o ensino das primeiras letras) antes de gerenciar o Liceu de Artes e Ofícios na década de 1880.

---

<sup>143</sup> Inicialmente, segundo Pereira da Costa, a Sociedade tinha o título de Sociedade Auxiliadora da Indústria em Pernambuco. Somente depois de sua instalação, em 1843, foi que passou a se chamar de Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais. Cf. PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. **Anais Pernambucanos (1834-1850)**. Arquivo Público Estadual, Recife-PE, 1966. Vol. 10. p. 249. Outra observação importante é que, de acordo com Luiz Duarte, a ideia de criar a Sociedade dos Artistas Mecânicos vem desde 1836, quando as escolas da província de Pernambuco não excediam de 63. Daí, um grupo de 10 operários todos carpinteiros, decidiram organizar uma sociedade de instrução e auxílio mútuo no Recife. Entretanto, não se sabe ao certo o porquê a Sociedade só teve a sua criação oficial em 1841. Cf. LUIZ, Duarte. **Educação em Pernambuco: pesquisa histórica**. Recife, ed. do Autor, 1986.

<sup>144</sup> LUZ, Itacir Marques da. **Profissionais negros entre instrução e ofício no Recife (1840-1860)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008. p. 136.



Entretanto, a comunicação de criação da Sociedade dos Artistas ao grande público, como relata o Diário de Pernambuco, só aconteceria dois anos depois, em 1843. O anúncio mostra que

a Sociedade das artes mecânicas desta cidade tem a honra de participar ao respeitável público, que tem de breve abrir o curso de geometria e mecânica aplicada as artes, no consistório de S. Jose, aquelle que pretender seguir ao dito curso haja quanto antes de comparecer a mesma sociedade para ser contemplado <sup>145</sup>.

A demora de dois anos para informar ao público sobre os cursos pode se dever ao fato de a Sociedade das artes mecânicas não possuir ainda um local propício para a realização de suas funções<sup>146</sup>. E esse espaço só teria surgido a partir da concessão de um dos consistórios da Irmandade São José de Ribamar. Essa Irmandade, sediada no Recife, era uma importante confraria que reunia profissionais das artes mecânicas. Além dos representantes da carpintaria, a confraria recifense foi um espaço devocional que também congregou marceneiros, tanoeiros e pedreiros<sup>147</sup>. Um ponto importante ressaltado por Marcelo Mac Cord foi que somente homens e mulheres livres poderiam fazer parte da Irmandade de São José do Ribamar. Ao eliminar o cativo de sua vida social, a Irmandade deu um contundente recado aos recifenses, atestando à sociedade pernambucana que seus irmãos constituíam uma mão de obra qualificada, ordeira, apta e livre<sup>148</sup>.

Tentava-se a qualquer custo se livrar de um estigma que “manchava” a honra dos homens livres, pois qualquer semelhança com um ofício realizado por escravos era tudo que os livres não queriam, mesmo sendo pobres. De tal modo que, nesta sociedade escravocrata, prevaleceu uma discriminação nítida que impunha ao trabalho regular de caráter físico uma condição depreciativa que relegava sua prática a um patamar de indignidade e de desvalorização<sup>149</sup>. Assim, comprometido o desempenho das ocupações manuais, muitos indivíduos livres buscavam fugir do peso que tais ofícios causavam e

---

<sup>145</sup> Diário de Pernambuco, 09 de junho de 1843, Recife.

<sup>146</sup> LUZ, Itacir Marques da. op. cit., p. 124.

<sup>147</sup> MAC CORD, Marcelo. op. cit., p. 24.

<sup>148</sup> Ibidem, p. 37.

<sup>149</sup> SILVA FILHO. Paulo Alexandre da. **Desvalorização do Trabalho e Consumo Honorífico em Recife (1837-1844)**. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. p. 48.

esforçavam-se, inclusive, em deixar evidente que o emprego de esforço físico em atividades tidas como vis não era algo que fazia parte de suas rotinas<sup>150</sup>. Não ter ligação com o “ofício de escravos” era importante mesmo na hora da morte. Foi o que relatou um testamento

datado de 1841, no qual um certo morador de Recife, de nome Antonio Justiniano de Ramos, confessou em suas derradeiras vontades, conforme registradas pelo tabelião público, que tivera uma vida plácida de homem honesto, respeitador da Santíssima Trindade e de Nossa Senhora, sendo fiel à Santa Madre Igreja Católica Apostólica Romana – credenciais de bom e devotado cristão – e, além dos já citados autoelogios, vangloriava-se do fato de que em sua não muito longa vida (o testador estava moribundo já aos 34 anos de idade) não havia sido jamais maculado pela vergonha do exercício de algum “officio manual indigno a esta minha pessoa”<sup>151</sup>.

Segundo consta, a Sociedade de artistas mecânicos teve certa facilidade para obter a concessão da Irmandade São José pelo fato de alguns integrantes da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais pertencerem à Irmandade<sup>152</sup>. Contava a Sociedade com apenas dois anos de existência e já gozava de tanto prestígio que a Câmara Municipal do Recife – no seu Relatório apresentado ao presidente da província em 1843 – faz honrosa menção de sua existência e dos seus serviços que concede a Sociedade de Artistas uma verba anual de 500\$000 anuais<sup>153</sup>. Com os anos, a missão civilizadora da Sociedade, segundo Pereira da Costa, tinha ultrapassado os limites dos seus tempos originários e não mais atendia apenas aos seus associados, mas sim a todos quantos quisessem<sup>154</sup>. É bem verdade que essa “missão civilizadora” dita por Pereira da Costa foi um tanto exagerada, pois, se pensarmos que por anos a Sociedade ficou sem sede própria e passou por vários problemas políticos e financeiros, entenderemos que o progresso relatado por ele é bem ufanista.

Fato memorável para a história da Sociedade aconteceu em 29 de novembro de 1859 quando o imperador D. Pedro II visitou a instituição. Aproveitando toda essa “popularidade” inicial, a Sociedade apostava em criar

---

<sup>150</sup> Ibidem, p. 52.

<sup>151</sup> Ibidem, p. 55.

<sup>152</sup> LUZ, Itacir Marques da. op. cit., p. 126.

<sup>153</sup> PEREIRA DA COSTA. Francisco Augusto. **Anais Pernambucanos (1834-1850)**. Arquivo Público Estadual, Recife-PE, 1966. Vol. 10. p. 250.

<sup>154</sup> Ibidem, p. 250.

uma imagem que, embora se caracterizasse como uma entidade de ensino de ofícios e, portanto, manual, tentava agregar à instituição a ideia de progresso pelo qual passava o Recife. Para isso, contou com nomes importantes da política pernambucana.

A Sociedade encontrou alguns aliados de peso para tentar reverter esta pretensa sujeição ao “devir histórico”. Em 1857, o Diretor Geral da Instrução Pública procurou motivar uma mudança de rumo no projeto provincial de ensino das artes e ofícios. Em relatório ao Presidente da Província, Joaquim Pires Machado Portella comunicou sua inquietação com o papel que estava sendo atribuído à Sociedade. Se as nações mais “modernas” do mundo têm “procurado desenvolver e enobrecer a indústria artística”, por que a Província não vinha se esforçando convenientemente “por fazer aperfeiçoar as artes mecânicas favorecendo e animando a Associação dos Artistas?”. Criticando a pequena verba que os associados recebiam anualmente do governo pernambucano, o Diretor Geral da Instrução Pública dizia ser “preciso não deixar esmorecer, e talvez morrer, essa associação”<sup>155</sup>.

Entretanto, ao longo dos anos, sem o devido apoio de parte de alguns setores da província, a Sociedade foi encontrando diversas dificuldades para se manter atuante. Já não era aquela instituição que outrora possuiu em seus quadros o entorno de 155 sócios<sup>156</sup>. Nos fins dos anos de 1870, eram apenas 36 sócios. Para piorar a situação, relata Pereira da Costa que, em 1866, em virtude de sérios desentendimentos com a irmandade de São José de Ribamar, viu-se a Sociedade obrigada a deixar as dependências que por tantos anos ocupava na sua igreja. Transferiu-se a Sociedade, provisoriamente, para um prédio na Rua Direita, até que em 1871 se mudou para a Rua da Imperatriz<sup>157</sup>.

Neste mesmo ano [1871], o conselheiro Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, presidente da província, na sua fala de abertura da Assembleia Provincial, avança e enaltece a generosa ideia da instituição de um estabelecimento especialmente consagrado à instrução artístico-operária entre nós, vindo daí a fundação do Liceu de Artes e Ofícios, por ele próprio, em ato solene, celebrado no dia 23 de abril<sup>158</sup>.

---

<sup>155</sup> MAC CORD, Marcelo. op. cit., pp. 85-86.

<sup>156</sup> LUZ, Itacir Marques da. op. cit., p. 131.

<sup>157</sup> PEREIRA DA COSTA. Francisco Augusto. op. cit., p. 251.

<sup>158</sup> Ibidem, p. 251.

A Sociedade vivia a sua maior crise principalmente num período em que as elites letradas e proprietárias discutiam novas estratégias de fomento à “instrução popular”<sup>159</sup>. Em sua fala aos Deputados Provinciais, o Presidente da Província, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, afirma que a propagação dos conhecimentos úteis entre os artistas e operários no duplo interesse de sua elevação moral e adiantamento profissional tem merecido os cuidados dos que amam o progresso<sup>160</sup>. O Presidente da Província pernambucana compreende ainda que, não somente para o artista e o operário, mas também para o comerciante e o agricultor, é de máxima vantagem tirá-los do hábito inveterado, dos processos coimbrãos, a inspirar-lhes o gosto pelo estudo do que concerne ao aperfeiçoamento da sua arte, ou profissão, e a atraí-los ao progresso econômico, que é o progresso social. Segundo o Presidente, além do Arsenal de Marinha, do Arsenal de Guerra e do Colégio de Órfãos, era digna de elogios a “Associação dos Artistas Mecânicos e Liberais” em grande desalento [e] à míngua de proteção”<sup>161</sup>. Talvez por isso Diogo Velho, confiando no civismo da “Associação Commercial Beneficente”, solicita da mesma uma cooperação para a Sociedade. E informa que com os 2:000\$000 da subvenção que a Sociedade recebe do erário público consegue manter escolas noturnas de: primeiras letras, gramática nacional, língua francesa, geometria, arquitetura e desenho<sup>162</sup>.

Mas, como as dificuldades da Sociedade vinham se acumulando e estavam à míngua de proteção, segundo informou Diogo Velho, algumas disciplinas vinham sendo fechadas por falta de professor ou mesmo por não atingir o número necessário de alunos. Foi o caso da aula de desenho que, no ano de 1871, não foi ministrada por falta de lentes<sup>163</sup>. No quadro 3, abaixo, já se percebe a ausência da disciplina de desenho para o ano de 1871. Percebe-se no quadro também uma noção geral da distribuição dos alunos por

---

<sup>159</sup> MAC CORD, Marcelo. op. cit., p. 268.

<sup>160</sup> Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), **Falla recitada na abertura da Assemblêa Legislativa Provincial de Pernambuco pelo excellentissimo presidente da provincia, conselheiro Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque no dia 1º de março de 1871**. Recife, Typ. de M. Figueiroa de Faria & Filhos, 1871. p.18.

<sup>161</sup> Ibidem, p. 18.

<sup>162</sup> Ibidem, p. 18..

<sup>163</sup> Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), **Falla com que o exm. presidente da provincia, conselheiro João José de Oliveira Junqueira, abriu a Assemblêa Legislativa Provincial de Pernambuco no dia 1.o de março de 1872**. Pernambuco, Typ. de M. Figueiroa de Faria & Filhos, 1872. p. 29.

disciplinas, além de que juntas as disciplinas de primeiras letras e gramática nacional compõem cerca de 70% dos alunos. Esse enfoque da Sociedade na difusão do ensino primário se deve ao fato de que este na época era bastante restrito. No que diz respeito à disciplina de desenho, a sua supressão foi um retrocesso considerável, visto que a Sociedade tinha na seção de artes<sup>164</sup> um dos pontos principais da instituição, levando inclusive no nome o termo ‘artistas’.

**Quadro 3: Número de alunos que frequentaram as aulas da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais em 1871**

Disciplinas	Quantidade de alunos	%
Primeiras Letras	32	41,02%
Gramática nacional	23	29,48%
Francês	6	7,69%
Geometria	11	14,10%
Arquitetura	6	7,69%
Total	78	100%

Fonte: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), **Falla com que o exm. presidente da provincia, conselheiro João José de Oliveira Junqueira, abriu a Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco no dia 1º de março de 1872**. Pernambuco, Typ. de M. Figueiroa de Faria & Filhos, 1872. p. 29.

Entretanto, uma pergunta cabe neste momento: por que uma instituição de ensino profissional como a Sociedade dos Artistas investia mais no ensino primário do que no ensino técnico? Para responder a essa pergunta, algumas análises são imprescindíveis: acreditamos, em primeiro lugar, que a Sociedade tentava nesta investida ao ensino primário suprir uma defasagem educacional por que passava a província pernambucana. No entanto, é preciso destacar que essa defasagem se dava mais por falta de vontade política dos dirigentes do que por falta de recursos financeiros<sup>165</sup>. Em segundo lugar, a pesquisa nos

<sup>164</sup> Segundo Luiz Antônio Cunha, as ‘artes’ envolviam: desenho da figura humana, desenho geométrico, desenho ornamental, desenho de máquinas, desenho de arquitetura civil e regras de construção, desenho de arquitetura naval e regras de construção, escultura de ornatos e arte cerâmica, estatuária, gravura, talho-doce, água-forte, xilogravura e pintura. In: CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília: Flacso, 2000. p. 124-125.

<sup>165</sup> A verba votada, em 1872, foi de 408:861\$200, quando há três anos era de 250:216\$665. Ou seja, houve um aumento financeiro na área educacional na província, sem, no entanto, existir uma melhoria no ensino. Com base nisto, afirmamos que faltavam mais vontade e empenho político do que meramente mais dinheiro. In: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), **Falla com que o exm. presidente da provincia, conselheiro João**

levou a entender que era menos oneroso para a Sociedade dos Artistas custear, com as verbas públicas, o ensino de primeiras letras do que manter cursos técnicos que demandariam um gasto maior com equipamentos, salas de aulas adequadas e professores. O trecho do documento abaixo nos deixa perceber que esse pouco investimento levava a Sociedade por vezes a se utilizar de equipamentos de outros estabelecimentos de ensino para poder criar seus cursos técnicos.

Esta Sociedade, pretendendo estabelecer a cadeira de física e química industrial e como lhe faltam alguns aparelhos indispensáveis a referida cadeira, vem respeitosamente solicitar de Vossa Excelência que lhe conceda a faculdade de servir-se dos aparelhos do Ginásio Pernambucano [...] <sup>166</sup>.

Por isso, tanto nos cursos mantidos pela Sociedade dos Artistas (antes da criação do Liceu de Artes e Ofícios) como nos cursos do Liceu observa-se um maior destaque no ensino de primeiras letras em relação aos cursos técnicos. Essa “artimanha” poderia ser uma estratégia da Sociedade para que sobrassem mais verbas e, com isso, pudessem manter o seu compromisso com os associados e pensionistas, visto que só com as mensalidades dos sócios não era possível. Sabe-se que essa provável medida tomada pela Sociedade era ilegal, pois as verbas que a Sociedade recebia eram para manter cursos voltados, principalmente, para o ensino dos ofícios. Todavia, os Artistas se utilizavam deste “recurso” para poder custear suas responsabilidades administrativas. Tal atitude fez a Sociedade dos Artistas sofrer fortes críticas por parte do fiscal do Liceu Pereira da Costa <sup>167</sup>.

**Quadro 4: Número de alunos que frequentaram as aulas da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais em 1872**

Disciplinas	Quantidade de alunos	%
Primeiras Letras	74	42,04%

**José de Oliveira Junqueira, abriu a Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco no dia 1º de março de 1872.** Pernambuco, Typ. de M. Figueiroa de Faria & Filhos, 1872. p. 24.

<sup>166</sup> APEJE. **Diversos II-54, (1901-1903).** Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 28 de janeiro de 1903. p. 202.

<sup>167</sup> Os entraves entre a Sociedade dos Artistas e o fiscal Pereira da Costa serão analisados no terceiro capítulo.

Gramática Portuguesa	39	22,15%
Francês	16	9,09
Geometria	19	10,79%
Desenho	10	5,68%
Taquigrafia	18	10,22%
Total	176	100%

Fonte: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), **Relatório com que o Exm. Sr. Desembargador Francisco de Faria Lemos passou a administração desta província ao Exm. Sr. Dr. Henrique Pereira de Lucena. 25 de novembro de 1872.** Pernambuco. Typ. De Figueiroa de F. L. Filhos. 1872. p.09.

No quadro 4, nota-se um aumento considerável no número total de alunos para Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais que passou de 78 para 176 em apenas um ano. Essa oscilação no número de estudantes se deve muito provavelmente não só aos problemas financeiros por que passava a Sociedade, mas também à falta de uma sede própria. Neste quadro 4, observa-se ainda um aumento em todas as disciplinas, além da inclusão de desenho (havia ficado de fora em 1871) e de taquigrafia. O ponto negativo ficou com a saída de arquitetura devido à falta de alunos<sup>168</sup>.

Abaixo, no quadro 5, verifica-se uma noção geral da instrução secundária em Pernambuco.

<b>Quadro 5: Instrução secundária para a província de Pernambuco</b>			
	<b>1870</b>		<b>1871</b>
<b>Ginásio</b>	96		86
<b>Aulas avulsas de latim</b>	3		16
<b>Escola Normal</b>	57		52
<b>Estabelecimentos particulares:</b>			
Sexo masculino	792	Sexo masculino	627
Sexo feminino	110	Sexo feminino	85
<b>Arsenal de Marinha</b>	3		8
<b>Arsenal de Guerra</b>	12		22
<b>Associação dos Artistas Mecânicos</b>	5		46
<b>Colégio das Artes</b>	273		241
<b>Faculdade de Direito</b>	434		348

<sup>168</sup> Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), **Relatório com que o Exm. Sr. Desembargador Francisco de Faria Lemos passou a administração desta província ao Exm. Sr. Dr. Henrique Pereira de Lucena. 25 de novembro de 1872.** Pernambuco. Typ. De Figueiroa de F. L. Filhos. 1872. p.09.

<b>Seminário de Olinda</b>			61
<b>Total</b>	1.785		1.592

Fonte: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), **Falla com que o exm. presidente da provincia, conselheiro João José de Oliveira Junqueira, abriu a Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco no dia 1º de março de 1872**. Pernambuco, Typ. de M. Figueiroa de Faria & Filhos, 1872. p. 30.

O quadro 5 revela-nos que a instrução secundária na província apresenta uma situação bem diferente, porquanto, no âmbito geral, o número de alunos neste segmento era bem menor se comparado à instrução primária<sup>169</sup>. No entanto, isso se deve a alguns fatores, entre eles, a proposta do governo de incentivar o ensino secundário para as elites, porque esse era um caminho natural para o ensino superior. Era muito comum para a época que os estudantes do setor primário, normalmente os mais humildes, frequentassem suas aulas durante o turno da noite em decorrência do labor diurno. Por isso, percebe-se neste quadro que não são oferecidas aulas noturnas para o referido ensino. É claro que nenhuma autoridade iria querer que os ‘futuros da nação’ passassem por situações “desagradáveis” como ser assaltado ou mesmo andar sozinhos à noite.

A historiadora Alessandra Frota Martinez afirma que a temática da instrução popular foi intensamente discutida a partir dessa época<sup>170</sup>. Para Alessandra Martinez, além das questões relativas ao ensino dos rudimentos da escrita e da matemática para aqueles que estavam na base da pirâmide social, as elites letradas e proprietárias queriam enfim fortalecer a “moralidade” deste público por meio da sistemática aprendizagem de ofícios artesanais e agrícolas. Desde a segunda metade de 1860, uma profunda preocupação com a ordem pública passou a existir: os debates sobre a emancipação dos cativos haviam deixado a esfera legislativa para ganhar os principais jornais<sup>171</sup>. O

<sup>169</sup> Os dados para o ano de 1871 mostram um número total de 13.677 alunos para o ensino primário na província, em comparação aos 1.592 alunos para o ensino secundário. In: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), **Falla com que o exm. presidente da provincia, conselheiro João José de Oliveira Junqueira, abriu a Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco no dia 1º de março de 1872**. Pernambuco, Typ. de M. Figueiroa de Faria & Filhos, 1872. p. 30.

<sup>170</sup> MARTINEZ, Alessandra Frota. **Educar e Instruir: a instrução popular na Corte Imperial – 1870 a 1889**, Niterói, UFF, 1997, Dissertação de Mestrado em História, pp. 8-11; 50-83.

<sup>171</sup> MAC CORD, Marcelo. op., cit., p. 267.



crescimento da população livre e pobre exigia que fossem estimulados novos projetos que contribuíssem para o controle social<sup>172</sup>.

O novo projeto das elites letradas e proprietárias pernambucanas, que pretendia acelerar e generalizar a “instrução popular” com a abertura de um Liceu de Artes e Ofícios, seduziu diversos cidadãos e entidades provinciais<sup>173</sup>. Uma escola de ensino técnico como um Liceu de Artes e Ofícios poderia auxiliar as elites cultas e proprietárias a internalizar mais os processos de normas e práticas dos costumes dos recifenses mais pobres, porquanto sabiam que representavam o futuro da nação brasileira em decorrência do seu potencial enquanto força de trabalho. Mas, para que isso acontecesse, um esforço precisava ser feito pela elite política. Assim, quando terminou a Guerra do Paraguai, o Imperador D. Pedro II manifestou o desejo de que os esforços dos cidadãos<sup>174</sup>, em vez de se destinar à edificação de uma estátua em sua homenagem, fossem destinados à construção de edifícios apropriados ao ensino de escolas primárias<sup>175</sup>.

Tomando por base essa aspiração do imperador, os primeiros resultados, em Pernambuco, vieram com a Associação Comercial Beneficente que, dominada pelo desejo de prosperidade da província, declarou ter resolvido a edificação de uma casa apropriada para nela estabelecer as escolas de instrução de adultos das classes operárias<sup>176</sup>. A presidência, então, acolhendo a ideia da Associação Beneficente, manifestou o anseio de serem as escolas extensivas a todos que dela precisassem, pertencessem ou não às classes operárias<sup>177</sup>. Dessa forma, contando com a importância de 10:090\$ promovida pela a Associação e com a doação de 14:535\$157 feita pelo Barão do Livramento<sup>178</sup> em benefício do ensino profissional das classes operárias, a

---

<sup>172</sup> CUNHA, Luiz Antônio. **O Ensino de Ofícios Artesanais e Manufatureiros no Brasil Escravocrata**. 2ª edição, São Paulo/Brasília, Editora Unesp/FLACSO, 2005, pp. 138-142.

<sup>173</sup> MAC CORD, Marcelo. op., cit., p. 275.

<sup>174</sup> O documento não descreve quem seriam esses ‘cidadãos’, mas entendemos que seriam homens de prestígio na sociedade (políticos, barões, empresários etc.) e que poderiam fazer boas doações em dinheiro.

<sup>175</sup> Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), **Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Manoel do Nascimento Machado Portela passou a administração desta província ao Exm. Sr. Conselheiro João José de Oliveira Junqueira, à 27 de outubro de 1871**. Pernambuco. Typ. De M. Figueiroa de faria & Filhos. 1872. p. 12.

<sup>176</sup> Ibidem, p. 12.

<sup>177</sup> Ibidem, p. 12.

<sup>178</sup> José Antônio de Araújo, primeiro e único barão e visconde de Livramento (1824-1884), foi um diplomata brasileiro. Casado com Maria Ursulina Moreira. Filantropo, auxiliou a

presidência resolveu aplicar a verba na construção de um palacete para o Liceu de Artes e Ofícios<sup>179</sup>.

O resultado foi que, por ata no dia 15 de abril 1871, foram estabelecidas as cláusulas em que contratou para a administração do Liceu a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, lavrando-se na tesouraria provincial o acordo para a aquisição do terreno na Rua de Santa Isabel, e sendo no dia 21 do mesmo mês assentada com aplausos a primeira pedra do edifício<sup>180</sup>. Por diversos fatores políticos e dificuldades de meios, a construção se prolongou por nove longos anos, até que superadas as dificuldades no dia 21 de novembro de 1880, quando a Sociedade dos Artistas festejou o aniversário da sua instalação, celebrou-se também a festa solene da inauguração do edifício do Liceu. Esse ato – descreveu Pereira da Costa – foi uma das mais belas manifestações públicas que se tenha visto na capital recifense. Na mesma época, o ensino do mencionado Liceu compreendia não só uma parte teórica, mas também uma parte prática de preparação profissional e artística. Essa parte prática estava dividida em dois grupos: seção de ciências aplicadas e seção de artes. Segundo Luiz Antônio Cunha, as ciências aplicadas envolviam as seguintes matérias: aritmética, álgebra, geometria plana e no espaço, física, química e mecânica aplicadas<sup>181</sup>. Começando as atividades escolares em 1881, foi bastante animadora a matrícula de alunos para as suas diversas aulas, uma vez que atingiu o número de 871 inscritos<sup>182</sup>.

Porém, para que se mantivesse a estrutura de uma boa instituição de ensino, fez-se imprescindível preparar alguns documentos para a administração tanto pedagógica quanto fiscal do Liceu: o *Regulamento do Liceu de Artes e Ofícios* e a *Instrução para a fiscalização do Liceu de Artes e*

---

população do Recife durante crises, oferecendo casa, dinheiro e remédios. Este tipo de comportamento chegou ao conhecimento de D. Pedro II, que imediatamente o agraciou com o título de barão. Alguns anos depois, quando D. Pedro II e a imperatriz visitaram o Recife, hospedaram-se na casa do barão. Ao regressar à corte, o imperador o elevou a visconde.

<sup>179</sup> Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), **Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Manoel do Nascimento Machado Portela passou a administração desta província ao Exm. Sr. Conselheiro João José de Oliveira Junqueira, à 27 de outubro de 1871**. Pernambuco. Typ. De M. Figueiroa de faria & Filhos. 1872. p. 12.

<sup>180</sup> Ibidem, p. 12.

<sup>181</sup> CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília: Flacso, 2000. pp. 124-125.

<sup>182</sup> PEREIRA DA COSTA. Francisco Augusto. op., cit., p. 251.

*Ofícios*<sup>183</sup>. Ambos os documentos foram importantes, pois serviram de orientação para a condução e fiscalização do corpo diretivo (da Sociedade e do Liceu) e do corpo docente e discente do Liceu. Entretanto, para o nosso trabalho, focaremos a análise apenas no documento referente à Instrução do Liceu – objeto de discussão no terceiro capítulo. Isso se deve, sobretudo, ao fato de muito pouco se saber do Regulamento de 1881, visto que, em nossa pesquisa, não foi possível realizar sua consulta, pois o mesmo se encontra extraviado ou mesmo já não exista. No entanto, algumas observações sobre este documento podem ser feitas.

Esse primeiro Regulamento teve uma importância bastante significativa, já que se constitui como documento-modelo que pôde trazer para o Liceu o conjunto de regras que o ajudaria no funcionamento da instituição e garantiria a participação de todos os elementos da comunidade escolar. Esse Regulamento para a administração pedagógica do Liceu de Artes e Ofícios foi aprovado pela Sociedade dos Artistas, no dia 31 janeiro de 1881, por uma comissão especial de professores<sup>184</sup>. O programa de ensino consignado no Regulamento constava de um curso preparatório de três anos, de um curso geral de dois anos e de três cursos especiais divididos da seguinte forma<sup>185</sup>: de construtor civil ou mestre de obras, em dois anos; de mecânico ou mestre de fundição, oficina de ferreiro, serralheiro, caldeireiro etc., em dois anos; e de industrial ou mestre de fábrica de produtos cerâmicos, tinturarias etc., em dois anos<sup>186</sup>. Contudo, não podendo pôr em prática este programa, instalou-se apenas o curso preparatório que se manteve no seu início com muita frequência e regularidade, assim como as aulas de desenho e música.

Começava a funcionar, assim, o Liceu de Artes e Ofícios já inserido na proposta de um Brasil que principiava a realizar sua transição para o trabalho livre e para a industrialização, marca das nações modernas. Entretanto, ressalte-se que o início da industrialização no Brasil se caracterizou pela ausência de um modelo econômico definido: o capitalismo industrial aqui

---

<sup>183</sup> Por critérios de organização decidimos colocar a análise da *Instrução para a fiscalização do Liceu de Artes e Ofícios* no terceiro capítulo.

<sup>184</sup> Os professores responsáveis pela organização deste primeiro Regulamento foram: Monsenhor Joaquim Arco-Verde de Albuquerque Cavalcanti, Dr. Antonio Pereira Simões, José Pereira da Cruz Vieira e João dos Santos Ferreira Barros.

<sup>185</sup> APEJE. **Catálogo de Folhetos Raros III (400/900)**. Recife, 1985. Cx 30. pp. 29-30.

<sup>186</sup> *Ibidem*, pp. 29-30.

implantado teve mais a forma de políticas pontuais de intervenção na economia do que propriamente um projeto econômico definido<sup>187</sup>. Porém, como visto desde o início do século XX, a indústria brasileira foi se tornando um importante setor na economia, e os operários que nela trabalhavam, direta ou indiretamente, formaram uma nova classe numa nova perspectiva social<sup>188</sup>.

## **2. A Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais e sua missão com o ensino profissional na República**

Uma das mais expressivas formas do padrão de pensamento educacional no início da República foi a de avaliar a escolarização como fator de desenvolvimento nacional. Contudo, o que se pode observar ainda é o grande descaso com a instrução. Os entraves ao desenvolvimento de uma sociedade que se queria esclarecida esbarravam basicamente na grande massa de analfabetos da população brasileira. Foi de acordo com essa banalização do problema que se operou a luta pela reconstrução nacional, cujo ponto de partida se liga a esta constatação mais significativa: a miserável situação do ensino no Brasil<sup>189</sup>. E mesmo passado muitos anos esse problema ainda persiste com muita nitidez na sociedade brasileira. É o que podemos chamar de permanências ou como disse Fernand Braudel: a longa duração. Para Braudel, a “Longa duração, conjuntura, evento, articulam-se sem dificuldade, partilhar em espírito de um destes tempos é partilhar de todos”<sup>190</sup>. Assim os fenômenos, nessa longa duração, duram séculos, os seus movimentos só se revelam se o campo cronológico de observação for extremamente alargado<sup>191</sup>. Deste modo, o tempo histórico é feito de modificações, mas também de continuações de fatos históricos cujo ritmo de transformação é mais lento.

---

<sup>187</sup> TOZONI-REIS, Marília Freitas de campos. **Infância, escola e pobreza: ficção e realidade**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. p. 34.

<sup>188</sup> Ibidem, p. 34.

<sup>189</sup> NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 3ª ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p. 126.

<sup>190</sup> BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico**. Lisboa: Livraria Martins Fontes, v. I e II, 1984. p. 118.

<sup>191</sup> Ibidem, 33 e 119.

Com frequência se afirmava na Primeira República que: sem educação do povo não há estabilidade nem solidez em nada<sup>192</sup>. E

resolvido o problema da educação do povo, todos os mais se resolverão automática e espontaneamente, pela ação natural das inteligências. [...] Sempre consideramos a instrução pública o primeiro problema nacional. Sempre o consideramos a chave para a solução de todos os problemas sociais, econômicos, políticos e outros<sup>193</sup>.

Foi nesse espírito de tentar resolver a miserável situação do ensino na província pernambucana que a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais se comprometeu com a instrução das classes populares. Instruir e também disciplinar os desfavorecidos se tornou, na República, o lema que a Sociedade dos Artistas tentaria cumprir. Mas é imperativo compreender que esse projeto educacional republicano de que 'a educação era a salvação da nação' vinha embutido de outros sentidos e preconceitos: moralizar uma massa de escravos e operários que começavam a se concentrar nas grandes cidades. O papel da Sociedade dos Artistas e do Liceu de Artes e Ofícios se enquadrou neste projeto de instruir os filhos das camadas operárias. Foi o que expôs, em 1902, o diretor do Liceu, Cyrillo Augusto da Silva Santiago, para a Sociedade dos Artistas. A preocupação do diretor Cyrillo Augusto era a de deixar notório o empenho do Liceu perante a disciplina e a moralização dos alunos.

As principais cadeiras de ensino secundário, bem como, as de música, as de desenho e a de escrituração mercantil apresentaram alunos vantajosamente habilitados: o que deu lugar a numerosas e bem merecidas aprovações plenas e distintas. Além da capacidade científica, que reconheço em meus dignos companheiros do corpo docente, tenho tido a satisfação de notar-lhes o modo brando e delicado com que tratam os alunos, os quais, diga-se a verdade, não desmerecem esse tratamento, tal é o modo correto com que se portam. A prova do que digo, temo-la no fato altamente significativo de cursarem o estabelecimento moças<sup>194</sup> e rapazes, há mais de quatro anos, sem que tenhamos ocasiões de registrar incidente algum desagradável em referencia à moralidade. A digna comissão fiscalizadora de nomeação do Conselho Diretor da Sociedade empregou a máxima atividade

---

<sup>192</sup> NAGLE, Jorge. op., cit., p. 126.

<sup>193</sup> Ibidem, p. 126.

<sup>194</sup> As aulas primárias para as moças no Liceu haviam sido criadas, segundo o documento, há pouco tempo. Entretanto, o documento não informa o tempo exato de criação das aulas.

e criteriosa energia em reprimir a insubordinação de alguns alunos, dos quais uns foram suspensos e outros, expulsos; conseguindo assim manter ileso a disciplina e a ordem tão reclamadas em um estabelecimento de instrução e educação<sup>195</sup>.

A diretoria do Liceu, como bem mostra o documento, era bem rígida no trato com os alunos. Exigia-se o comprometimento dos estudantes tanto no estudo quanto no aspecto moral. E isso ficou expresso no fato de existir uma comissão fiscalizadora com a missão de reprimir os insubordinados ou mesmo suspendê-los. A diretoria se vangloriava também de manter a ordem e a disciplina no Liceu que, segundo eles, não eram eficazes em outros estabelecimentos de educação. Esse foi um dos objetivos das elites letradas apoiarem a construção do Liceu – esperava-se que a instituição contribuísse no projeto de moralização e disciplinamento das classes populares. A missão da Sociedade dos Artistas, desde a sua fundação, sempre esteve associada ao auxílio dos sócios e ao ensino de primeiras letras. Mas, a partir da década de 1880, com a responsabilidade de administrar o Liceu, a Sociedade ampliou o seu projeto inicial. Além de proporcionar assistência aos seus associados, a instituição de artistas deveria se comprometer com o ensino do Liceu. E isso deveria repercutir no âmbito do projeto de educação que a República propunha para as classes operárias.

Desse modo e nesse momento, foi-se ampliando, gradativamente, a premente discussão sobre o analfabetismo. Era necessário não só ensinar a população a ler, a escrever e a contar, mas também se mostrava imprescindível fornecer a esses desafortunados um elemento de produção, necessário à vida econômica do país e importante para a elevação dos padrões individuais: o ensino técnico-profissional<sup>196</sup>. O ensino profissional para os desvalidos era visto por liberalistas e positivistas como uma pedagogia tanto preventiva quanto corretiva. Como destaca Antonio Basílio Menezes a

disciplina descreve a função de adestramento como objeto de uma analítica do poder estruturado em torno da vigilância hierárquica, do registro, do julgamento e da classificação permanentes, perpassando os efeitos de poder, uns sobre os

---

<sup>195</sup> APEJE. **Diversos II-54, (1901-1902)**. Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 6 de janeiro de 1902. p. 92.

<sup>196</sup> NAGLE, Jorge. op., cit., p. 131.

outros, num processo interminável de controle sobre a própria produção do controle<sup>197</sup>.

Essa produção do controle, como destaca Antonio Menezes, serviu para que as instituições disciplinares (como instituições destinadas a manter e educar jovens) se configurassem, de certa forma, como base para a manutenção da ordem social. Fica claro que tanto o ensino normal como o profissional estavam condicionados a uma política de fiscalização, principalmente, as escolas técnico-profissionais que, na maioria dos casos, eram voltadas para os desfavorecidos. E os desfavorecidos (desvalidos), de acordo com o decreto n. 439/1890 do Governo Provisório que estabelecia as bases para a organização da assistência à infância desvalida, eram [...], os menores [...] que não tivessem pessoa alguma que os devia e poderia manter convenientemente <sup>198</sup>. Assim sendo, a República iria se utilizar bem de um poder disciplinador e normalizador que já não se exercia sobre os corpos dos indivíduos (como no período colonial), mas sim na vida da sociedade.

Todo esse ímpeto republicano educacional estava enquadrado no espírito do capitalismo que o Brasil precisava se modelar; consistia numa clara evidência do desejo de prosperidade nacional. E isso se traduziu sob a forma de preocupação com o ensino técnico-profissional, capaz de formar a mão-de-obra nacional e fazer, da civilização brasileira, uma civilização eminentemente “prática”, como “práticas” eram as mais modernas e avançadas civilizações do mundo contemporâneo<sup>199</sup>. Como afirma Jorge Nagle, a tentativa de ampliar, quantitativamente e qualitativamente, a influência da escola primária “integral” e o esforço para disseminar o ensino técnico-profissional representam os dois principais núcleos do entusiasmo educacional. Vale lembrar que esse entusiasmo pelo ensino técnico não era compartilhado por muitos dirigentes republicanos, visto que

---

<sup>197</sup> MENEZES, Antonio Basílio Novaes Thomaz. **Foucault e as novas tecnologias educacionais: espaços e dispositivos de normalização na sociedade de controle**. In: **Cartografias de Foucault**. Durval Muniz de Albuquerque Júnior, Alfredo Veiga-Neto, Alípio de Souza Filho, (organizadores). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. – (Coleção de Estudos foucaultinanos). p. 29.

<sup>198</sup> BRASIL. **Decreto n. 439, de 31 de maio 1890**. Coleção de Leis do Brasil, Rio de Janeiro, 31 de maio 1890.

<sup>199</sup> NAGLE, Jorge. op., cit., p. 131.

profissionalizar a escola primária e disseminar o ensino técnico-profissional significa restringir as possibilidades de uma escolarização mais “formadora”, de acordo com os padrões dominantes na escola secundária; adotar essas posições, independentemente do modo de ligação existente entre a escola primária, a técnico-profissional e a secundária, significa aumentar a distância entre os quadros de formação da “elite” e os de formação do “povo”<sup>200</sup>.

Essas disposições, em benefício do ensino técnico ou a favor do ensino mais formador, estenderam-se por todo o período da Primeira República. De certo modo, esse embate de ideias foi importante para, sobretudo, fortalecer a perspectiva de que a construção de uma grandiosa nação se daria através de vários caminhos importantes, e um deles seria a educação para as classes populares. Durante as primeiras décadas do século XX, o lema era eliminar o analfabetismo e disseminar a instrução primária e profissional entre a população que ainda se encontrava inculta e analfabeta. Porém, a organização educacional que foi criada durante os anos de Primeira República nada mais foi que uma forma de proporcionar a maior elitização da classe dominante<sup>201</sup>. Os filhos dos patrões não poderiam receber uma educação igual à dos filhos dos empregados, posto que não teriam o mesmo modo de vida e, conseqüentemente, não deveriam pensar da mesma forma<sup>202</sup>. Dessa maneira, a disposição para a instrução no período republicano permitiria aos dirigentes a formação de uma classe pensante e uma classe trabalhadora.

Voltando à Sociedade dos Artistas, o que podemos afirmar é que ela tentou se adequar a essa proposta de industrialização, criando, inclusive, disciplinas que pudessem contribuir na formação dos futuros trabalhadores. É o que se percebe no quadro numérico das matrículas do Liceu de Artes e Ofícios.

**Quadro 6: Quadro numérico das matrículas do Liceu de Artes e Ofícios**

Primeiras letras (adultos)	196
Primeiras letras (crianças)	297
Primeiras letras (sexo feminino)	184
Português	117
Francês	123
Inglês	97

<sup>200</sup> Ibidem, p. 133.

<sup>201</sup> BARROS, Fernanda. **Lyceu de Goyas: elitização endossada pelas oligarquias goianas 1906-1937**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, 2006. pp. 73-74.

<sup>202</sup> Ibidem, pp. 73-74.



Aritmética	129
Álgebra	75
Geometria	37
Trigonometria	12
Escrituração Mercantil	18
Desenho de figuras e Ornatos	225
Desenho Linear	35
Música	341
Pintura decorativa	10
Física e química	16
Arquitetura	15
Chorographia do Brasil	19
Italiano	12
<b>Total</b>	<b>1958</b>

Fonte: APEJE. **Miscelânea** (1908). Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 21 de julho de 1908. p. 226.

Como se pode notar, a Sociedade dos Artistas continuou desenvolvendo, no Liceu, as disciplinas (*primeiras letras, português, aritmética*) que eram importantes para a formação básica do aluno, ou seja, aquelas que eram necessárias para que o Brasil saísse da condição de um país eminentemente analfabeto. Se compararmos os quadros 3 e 4 da Sociedade dos Artistas antes da formação do Liceu com este quadro 6 (depois da formação do Liceu de Artes e Ofícios), constataremos que essas disciplinas destacadas permaneceram sendo ainda as mais frequentadas, embora com algumas diferenças. Percebe-se um dado novo neste quadro 6 que é o fato de a cadeira de primeiras letras estar dividida em duas categorias: uma para adultos e outra para crianças. Essa informação parece importante, pois tanto a Sociedade dos Artistas (no seu quadro 4) quanto o governo provincial (no seu quadro 5) não tiveram, para aquele momento, a preocupação de um ensino específico voltado para adultos e crianças. E o Liceu, nesse quadro 6, revela-nos uma proposta do ensino de primeiras letras que poderia minimizar os problemas educacionais (uma grande massa de analfabetos adultos) vividos pelo Brasil neste período da Primeira República. Não só educar os filhos dos operários, como também educar os próprios pais foi uma boa alternativa de ensino desenvolvida pelo Liceu de Artes e Ofícios, porquanto pôde se adaptar às dificuldades e particularidades dos estudantes (crianças ou adultos).

Outro ponto que queremos destacar desse quadro 6 foi o aparecimento das disciplinas de física e química industrial. Em documento de 28 de janeiro

de 1903, a Sociedade dos Artistas solicitou ao governador do Estado a criação da cadeira de Física e Química Industrial<sup>203</sup>. O problema, entretanto, residia no fato de a instituição não ter os aparelhos necessários para as referidas cadeiras<sup>204</sup>. Por isso, a Sociedade se dirigiu ao governo no intento de conseguir a concessão de uso dos aparelhos do Ginásio Pernambucano. Acreditamos que o pedido não encontrou resistência para ser aceito, visto que o professor Dr. Arcíolio Marques, que era professor da cadeira de Física no Liceu, ser também o lente da mesma cadeira no Ginásio Pernambucano. Percebe-se que, com a criação dessas cadeiras, a Sociedade dos Artistas estava “preocupada” em fazer do Liceu uma instituição que se adequasse ao tempo de modernização pelo qual passava o Estado de Pernambuco. A cadeira de Química Industrial, por exemplo, trouxe para o Estado a possibilidade de formar alunos para atuar em indústrias que transformassem a matéria-prima em produtos industrializados. Intentava-se, de fato, inserir Pernambuco em um desenvolvimento que proporcionasse benefícios para a sociedade. Essa era ou pelo menos deveria ser a essência do Liceu: adequar os jovens às necessidades da produção artesanal e fabril, formando, desde cedo, a futura mão de obra da indústria.

Neste capítulo, pudemos observar como foi construído, no século XIX, o perfil social e educacional da Sociedade dos Artistas e sua contratação para administrar o Liceu de Artes e Ofícios. No terceiro capítulo, propomo-nos a analisar como se constituiu institucionalmente, na Primeira República, a Sociedade que ficou responsável pela administração do Liceu e, em nível mais interno, procuraremos abordar como se relacionou a Sociedade com o Estado, sócios e alunos. Ainda neste terceiro capítulo, alguns questionamentos se levantarão, tais como: por que tantos encontros surgiram entre a Sociedade dos Artistas e o fiscal do Liceu, Pereira da Costa? Qual era, de fato, a função do fiscal? O que fez a Sociedade para superar as dificuldades financeiras enfrentadas na Primeira República e continuar dando assistência aos seus associados? As respostas a esses questionamentos permitirão lançar outros olhares sobre a Sociedade dos Artistas e sobre a sua forma de

---

<sup>203</sup> APEJE. **Diversos II-54, (1901-1903)**. Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 28 de janeiro de 1903. p. 202.

<sup>204</sup> Tal problema de falta de equipamentos já foi analisado por nós em discussão acima.

administrar o Liceu, provocando novas reflexões sobre a instituição e sobre a política educacional adotada pela Província pernambucana neste período.

## TERCEIRO CAPÍTULO

### A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE DOS ARTISTAS MECÂNICOS E LIBERAIS E OS ENFRENTAMENTOS DE SUA ADMINISTRAÇÃO

---



IMAGEM 3<sup>205</sup> – Liceu de Artes e Ofício, PE, 1880: membros da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais.

*A Sociedade foi criada com o objetivo de proporcionar o ambicionado aperfeiçoamento artístico e auxílios financeiros. Percebe-se pela imagem um número razoável de sócios pretos e pardos, fato social que se mantém desde os primeiros artífices que fundaram a Sociedade na década de 1840.*

---

<sup>205</sup> Palacete do Liceu de Artes e Ofícios do Recife. Biblioteca Nacional (BN), Rio de Janeiro, FOTOS, Armário 8.2.2. (7), negativo 04470. In: Mac Cord, Marcelo. **Andaimes, casacas, tijolos e livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880** / Marcelo Mac Cord. - Campinas, SP: [s. n.], 2009. p. 337.

## 1. A Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais: Instruções para a fiscalização do Liceu de Artes e Ofícios

Uma instituição, como a Sociedade dos Artistas, seja ela com fins educacionais, econômicos, políticos ou com outros ideais, é concebida dentro de uma sociedade a partir de conceitos intrínsecos à cultura do povo deste lugar<sup>206</sup>. E como a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais era uma instituição privada e recebia subvenções tanto municipal, estadual como federal, coube ao governo a criação de meios para fiscalizar essa entidade propagadora do ensino. Um fiscal que ficou um tempo expressivo como responsável pela inspeção da Sociedade e, conseqüentemente do Liceu, foi o diretor da secretaria da Câmara dos Deputados e também bacharel em direito Francisco Augusto Pereira da Costa. Pereira da Costa foi um importante fiscal do Liceu de Artes e Ofícios e atuou na confecção de documentos como as 'Instruções para o Liceu' e se comprometeu em analisar, contabilmente, a administração da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais. A ele coube a missão de fiscalizar a Sociedade de 1895<sup>207</sup> até o dia 2 de julho de 1908, quando foi substituído por Ernesto da Silva Miranda<sup>208</sup>. Francisco Augusto Pereira da Costa nasceu a 16 de dezembro de 1851 de uma família humilde, na rua bela, nº 10, bairro de Santo Antônio, no Recife. Era filho de um modesto professor de música, Manoel Augusto de Menezes Costa, e de dona Maria Augusta Pereira da Costa<sup>209</sup>. Pereira da Costa fez seus estudos primários no Colégio N. Sra. Do Bom Conselho e pretendia estudar Direito no Recife. Entretanto, por ser de família humilde, teve que adiar seu sonho da advocacia e se empregar numa livraria na Rua do Imperador, um ponto de encontro dos intelectuais da época. Neste seu trabalho, foi oportunizado o acesso a livros e às conversas de pessoas altamente qualificadas no mundo do conhecimento<sup>210</sup>. Uma curiosidade de sua biografia foi que seu apego e interesse pelos livros e a sua dedicação à leitura levou seu patrão a censurá-lo, dizendo que ele deveria abandonar essas leituras e dedicar-se aos livros da

<sup>206</sup> BARROS, Fernanda. op. cit., p. 37.

<sup>207</sup> Como já dito anteriormente, é a partir de 1895 que Pereira da Costa aparece como fiscal na documentação analisada.

<sup>208</sup> APEJE. **Miscelânea (1908)**. Fiscalização do Liceu. p.201.

<sup>209</sup> ANDRADE, Manoel Correia de. **Pereira da Costa: o homem e a obra**. Recife: CEPE, 2001. p. 23.

<sup>210</sup> *Ibidem*, p. 24.

escrituração mercantil<sup>211</sup>. Para o abastado comerciante, era preferível que seu empregado se tornasse, no futuro, um guarda-livros<sup>212</sup> em vez de um historiador<sup>213</sup>.

Mas, mesmo sendo o Liceu uma instituição privada, competiu ao governo, na pessoa de seu fiscal, criar um documento que organizasse a relação entre a Sociedade e o Estado. Esse documento já era um acordo firmado desde 20 de abril de 1871<sup>214</sup>, quando da aquisição do terreno para a construção do Liceu. O documento “Instruções para a fiscalização do Lyceo de Artes e Offícios” constituía-se de 15 artigos. Abaixo segue o quadro com alguns deles.

<b>Quadro 7: Instruções para a fiscalização do Liceu de Artes e Ofícios</b>
---

Art. I – As verbas de subvenção votadas pelo Congresso Federal e pelo Estadual, em auxílio do Liceu de Artes e Ofícios, serão exclusivamente aplicadas no que disser respeito ao custeio do estabelecimento, como sejam: compra de móveis, livros, objetos de expediente para o ensino, encadernações, assinaturas de jornais e revistas para a biblioteca, iluminação ordinária das aulas, honorário dos professores, enquanto não houver quem ensine gratuitamente, empregados e outros que faz sua natureza, estejam de acordo com os fins especiais da instituição.
---

Art. II – As verbas votadas ficarão depositadas no tesouro do Estado, em caixa especial, a fim de satisfazer a toda a despesa efetuada pela Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, para a manutenção do Liceu, para o que remeterá a Sociedade no fim de cada mês, as competentes contas a secretaria da justiça por intermédio do fiscal, que as processará, julgando da sua procedência e legalidade.
---

Art. III – As contas serão pagas diretamente aos respectivos credores, satisfeitas as prescrições do Art. antecedente.
--

Art. IV – A falha dos professores e empregados será remetida a Secretaria de Justiça no princípio de cada mês, para os fins convenientes, de acordo com as prescrições dos Arts. II e XII.
--

Art. V – A Sociedade remeterá de três em três meses ao governo do Estado, uma relação de toda despesa feita dentro do período, logo que fizer a remessa das últimas contas e folhas de pagamento.
---

Art. VI – O saldo que restar no fim de cada ano das subvenções votadas, e outras verbas de receita, deduzidas as despesas efetuadas, será depositado pelo tesouro em um estabelecimento de crédito bancário, a fim de acumulados os juros e capitais, formar-se em fundo de reserva para a montagem das oficinas e despesas extraordinárias.
--

Art. VII – Todas as obras que se tiver de fazer no estabelecimento, bem como reparos e concertos e compras notáveis, serão feitas mediante concorrência pública perante a Secretaria da Indústria, que previamente organizará os competentes orçamentos, sendo as obras de natureza técnica fiscalizados por um agente daquela secretaria.
--

<sup>211</sup> Idem., 26.

<sup>212</sup> Espécie de contador. Mais a frente será feito uma análise dessa profissão.

<sup>213</sup> ANDRADE, Manoel Correia de. **Pereira da Costa: o homem e a obra**. Recife: CEPE, 2001. p. 26.

<sup>214</sup> APEJE. **Miscelânea** (1893-1895). Fiscalização do Liceu. p.744.

Art. XI – Toda a receita extraordinária, constante do art. 49 dos estatutos da Sociedade, com exclusão das joias e mensalidades dos sócios que ficam reservados para o seu custeio particular, será, depois de arrecadada, depositada no Tesouro, com a aplicação ao disposto no art. VI.

Art. XII – Toda a correspondência da Sociedade com o governo e repartições públicas, que disser respeito a economia do estabelecimento, será encaminhada pelo fiscal, que no respectivo ofício de remessa dará o seu parecer a respeito.

Art. XIII – A admissão e exoneração dos professores e empregados serão feitas pela Sociedade, mediante consulta prévia do fiscal, que terá voto deliberativo a respeito: no 1º caso para conhecer das habilitações profissionais dos candidatos, sua conduta e moralidade; e no 2º caso da procedência e motivos que militarem dos fatos arguidos.

Art. XIV – O fiscal superintendente sobre todos os assuntos econômicos, literários e administrativos do estabelecimento, e as suas reclamações, pedidos de informações e outras quaisquer requisições, serão imediatamente satisfeitas.

Fonte: APEJE. **Miscelânea** (1893-1895). Fiscalização do Liceu. p. 742-744.

Embora o documento para a regulamentação literária e econômica do Liceu de Artes e Ofícios fosse feito por um encarregado do governo, o fiscal Pereira da Costa, a Sociedade foi relutante em não aceitar muitos pontos da instrução para a fiscalização. Isso ficou claro na notificação que o fiscal fez para o governo em 10 de setembro de 1896:

“de parecer meu as instruções formuladas pela diretoria da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, para o regime literário e econômico do Liceu de Artes e Ofícios, em contraposição as que foram organizadas por esta fiscalização, e aprovadas pelo governo [...] que a Sociedade não aceita se não com a retirada de alguns artigos e modificação de outros”<sup>215</sup>.

A Sociedade não aceitou na íntegra o documento para a instrução do Liceu, pois entendeu que, da forma como ele se encontrava, a mesma teria pouca autonomia na administração, e o fiscal, ao contrário, estaria com muito mais poder. Por isso, depois de longas discussões entre fiscal e Sociedade, alguns artigos foram mudados e outros suprimidos. O resultado final foi que a Sociedade dos Artistas aceitou em sua íntegra o artigo I e recusou os artigos II, III, IV, V, VI e VII. Para a organização do II, a Sociedade propôs o seguinte:

“remeter anualmente ao governo um balanço da receita e despesas ocorridas, ficando o saldo restante depositado em um estabelecimento bancário, a fim de, acumulados os juros e

<sup>215</sup> APEJE. **Diversos II- 52, (1896-1897)**. Fiscalização do Liceu de Artes e Ofícios, 10 de setembro de 1896. p. 105.

capitais em depósito, forma-se um fundo de reserva para a montagem de oficinas, e decorrência de despesas extraordinárias”<sup>216</sup>.

Da forma como se encontrava o artigo II, a Sociedade teria que prestar contas ao governo ao fim de cada mês e com a vistoria do fiscal. A Sociedade quis fazer mudanças neste artigo, pois entendia que a prestação mensal era inviável e não atendia de forma satisfatória às suas propostas de administração. Entretanto, percebemos que o motivo era que os Artistas não queriam estar sob a estreita vigilância mensal do fiscal. O que, de fato, a Sociedade pretendia mesmo era ter mais liberdade, porque administrar os seus recursos e os do Liceu em um mês demandaria uma estrutura administrativa que talvez a instituição de Artistas não possuísse. Por isso, propôs que o balanço fosse feito anualmente sem, no entanto, deixar claro no artigo se o fiscal Pereira da Costa participaria deste processo diretamente. Um ponto curioso deste artigo II foi o fato dos Artistas compreenderem que as subvenções poderiam ser utilizadas como investimentos financeiros. Assim é que um dos fatores de a Sociedade preferir remeter as despesas anualmente estava diretamente relacionado à possibilidade de se poder aproveitar o dinheiro das subvenções (o saldo restante), a fim de fazer aplicações financeiras em um banco (em vez de estar depositada no caixa da Sociedade). A justificativa da Sociedade para o governo intencionava afirmar que, dessa forma, mais recursos ficariam à disposição dos Artistas, já que se formaria, com os juros acumulados, um fundo de reserva para se investir na montagem de novas oficinas ou para alguma outra eventualidade.

Para o III artigo propôs: “todas as obras de reparos, concertos e compras naturais serão feitas pela Sociedade, mediante prévia consulta e parecer a respeito do fiscal”<sup>217</sup>. A autonomia de administrar livremente os recursos se expressa muito bem neste artigo quando a Sociedade queria ter o pleno direito de se responsabilizar pelas obras de manutenção do Liceu. Não desejavam, por exemplo, os sócios que o governo indicasse alguma empresa que se encarregasse das obras de reparo, mas sim que eles, em nome da Sociedade, fossem responsáveis por tal obrigação. O que se analisa é que a

---

<sup>216</sup> Ibidem, p. 105.

<sup>217</sup> Ibidem, p. 105.



Sociedade de Artistas almejava gerir, a qualquer custo, todo o empreendimento financeiro do Liceu, deixando transparecer, em vários momentos, o seu excessivo interesse pelas subvenções do governo. Foi esse interesse que fez com que a Sociedade tivesse vários críticos, que iam de sócios a alunos.

Ao artigo XI propõe o seguinte substitutivo, passando a ter a numeração de IV:

“O excedente de toda a receita extraordinária da sociedade, constante no artigo 49 dos seus estatutos de 7 de maio de 1895, que fica reservada para a manutenção do Liceu de Artes e Ofícios, com exclusão das joias e mensalidades dos sócios, destinadas para o custeio particular da Sociedade e respectivo fundo de socorro, será igualmente depositado em um estabelecimento bancário conforme o preceito do artigo II”<sup>218</sup>.

Neste novo artigo, como no antigo, fica elucidado que a Sociedade possuía uma receita que vinha da mensalidade dos associados. Essas mensalidades, como deixam claro os Artistas, eram de uso exclusivo para manter a Sociedade. E que, da mesma forma que o excedente das subvenções do Liceu era colocado em uma instituição financeira para gerar lucros, a receita extraordinária da Sociedade também iria para um estabelecimento bancário. Isso se constituía numa forma, numa manobra para que os Artistas aumentassem a sua receita, visto que as mensalidades não se mostravam suficientes para suprir as obrigações que havia com os sócios e pensionistas. Em balanço de 1906, a própria direção da Sociedade relata que seis pensionistas estavam com suas verbas atrasadas há três anos<sup>219</sup>. Esta insuficiência de prover a necessidade dos associados e pensionistas fez com que, algumas vezes, a Sociedade fosse acusada de usar as subvenções do Liceu em uso próprio.

O artigo XII foi excluído. Se observarmos bem este artigo no quadro acima, veremos que foi interessante para a Sociedade tirá-lo, porquanto o referido artigo determinava que todas as correspondências econômicas fossem encaminhadas pelo fiscal e com o seu parecer. Ficaria, dessa forma, então, a Sociedade dos Artistas sempre à mercê da ‘boa vontade do fiscal’ para relatar as notificações financeiras ao governo. Ou seja, mesmo sendo obrigada a dar

---

<sup>218</sup> Ibidem, p. 105.

<sup>219</sup> APEJE. **Catálogo de Folhetos Raros III (400/900)**. Relatório apresentado à Assembleia Geral da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco (1906). Recife, 1985. Cx 30. p. 7.

parecer das suas contas financeiras ao governo, a Sociedade não queria estar nas mãos do fiscal, pois qualquer discórdia que pudesse ocorrer o fiscal poderia “prejudicar” a Sociedade. Ao longo da pesquisa, foi possível identificar que a Sociedade, desde a sua fundação, buscou meios de se manter independente. E que o fiscal com “plenos poderes” poderia extrair a autonomia adquirida pela Sociedade ao longo dos anos.

O Artigo XIII ficou com a numeração V. A exclusão deste artigo V se enquadra no mesmo raciocínio do Artigo II: tempo pouco hábil para a Sociedade ter de remeter ao governo toda a despesa do período, neste caso, trimestralmente. E foi assim redigido: “A sociedade terá em vista e particular respeito às habilitações profissionais dos candidatos a regência de qualquer cadeira, ou ensinamento técnico, bem como da sua conduta e moralidade, servindo a respeito o fiscal”<sup>220</sup>. A preocupação da Sociedade com a conduta e moralidade dos professores foi aceitável, pois os lentes estariam tendo uma participação decisiva na formação dos futuros cidadãos. Dar uma profissão, mas também um controle moral, era necessário para que este novo regime, a República, pudesse inculcar valores, normas de um mundo burguês como o trabalho disciplinar, a ordem, a higiene etc. E isso relacionado com o fato de que estes estudantes representariam um patrimônio econômico e socialmente significativo, graças à sua potencialidade produtiva: eram a matéria-prima de que se construiria uma força de trabalho confiável e leal<sup>221</sup>. O dinheiro dado pelo governo para auxiliar a manutenção do Liceu vinha acompanhado de um duplo objetivo: ajudar a propagar a instrução técnica em um momento no qual Pernambuco passava por transformações industriais e fiscalizar essa massa de futuros trabalhadores.

O artigo XIV ficara na sua íntegra. Percebe-se que esse artigo XIV pouco beneficiou a Sociedade, pois cabia ao fiscal a direção sobre os assuntos econômicos, pedagógicos e administrativos. Ou seja, mesmo a Sociedade lutando para ter uma autonomia financeira, o Estado entendia ser de sua competência manter o mínimo de controle. E que qualquer solicitação que o

---

<sup>220</sup> Ibidem, p. 105.

<sup>221</sup> Cf. WADSWORTH, James E. **Moncovo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil**. In: Scielo – Eletronic Library on line. Acesso em: 08 mar. 2013.

fiscal fizesse deveria prontamente ser atendida. Muito deve ter sido o embate entre a Sociedade e o fiscal Pereira da Costa sobre este artigo. Mas, como o governo teve que abrir mão de alguns artigos pedidos pelos Artistas, o mesmo aconteceu com o governo, no sentido de deixar os artigos que lhe fossem pertinentes. É importante esta análise das “Instruções para a fiscalização do Lyceo”, pois ela serviu para regulamentar a relação entre a Sociedade dos Artistas Mecânicos e o governo. E, portanto, uma análise adequada dessa instituição não lograria êxito, se não nos apoiássemos em um documento que evidenciasse seus direitos e deveres. O fato é que, de um modo geral, a Sociedade não deixou revelar o porquê das exclusões dos artigos. Acreditamos que esses artigos deixavam um grau de intimidação e preocupação para os diretores. Mas isso, a nosso ver, mostra-se conflitante, pois o fato de a Sociedade administrar dinheiro público já a obrigaria a assumir uma postura de procurar ser o mais transparente possível, e disso desconfiamos.

## **2. A Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais: uma rede de intrigas**

### **2.1 A Sociedade dos Artistas e as desavenças financeiras com o fiscal Pereira da Costa**

O documento para as instruções do Liceu, analisado acima, parece ter sido um motivador para uma rede de intrigas que se deu entre a Sociedade e o fiscal Pereira da Costa. O Sr. Pereira da Costa estava certo de que a Sociedade dos Artistas não dava a importância devida a esse documento. Foi o que se verificou em sua análise sobre assunto: “Destarte, foram as instruções letras mortas para a Sociedade, que somente se referiu a elas quando por duas vezes solicitou a sua suspensão para receber as subvenções do governo [...]”<sup>222</sup>. E as denúncias do fiscal não pararam por aí. Nesse mesmo documento, ele ainda relatou uma série de descumprimentos realizados por parte da Sociedade:

para isso tem se dirigido [a Sociedade] como se não existissem tais instruções, em respeito ao poder publico que as decretou, fazendo compras de objetos alheios à instituição, em que avulta uma alcatifa de perto de conto de reis; criando aulas e provendo-as de professores, bem como admitindo a outros em

---

<sup>222</sup> Ibidem, p. 106.

vagas que se darão; celebrando uma sessão fúnebre solene, precedida de atos religiosos, em que se gastaram não pequenas quantias tiradas das verbas de subvenção do governo; suprimindo a cadeira de História do Brasil, gratuitamente regida [e], muito frequentada, cujo bom resultado comprova três conferências públicas feitas pelos próprios alunos, com louvores de toda a imprensa [...]; eliminando a um empregado do serviço literário do estabelecimento, o bibliotecário, sobre cujo fato dei ciência ao governo [...] e cuja comunicação faço a vossa excelência rogo se digne de examinar, para apreciar o que de mesquinho, e pequenino houve para ditar semelhante revolução<sup>223</sup>.

Todo esse desacordo era latente pelo fato de a Sociedade achar as Instruções do Liceu um documento muito rígido e, de certa forma, desnecessário. O fiscal entende que, em alguns pontos, possa realmente ter ocorrido certa rigorosidade, mas que, neste caso, não era da Sociedade o poder competente para a observância de tais preceitos. E fica claro nas fontes, tanto da Sociedade quanto da fiscalização, que as questões de ordem econômica parecem ter sido problema recorrente. Nesse trecho de documento destacado, fica evidente que a Sociedade dos Artistas afronta o fiscal (e o governo conseqüentemente) com medidas que não condiz com a missão da Sociedade para administrar o Liceu. A sessão fúnebre que celebrou em homenagem à memória do benemérito Conselheiro Manoel Portela, cuja despesa se calcula em 500\$000,<sup>224</sup> (dinheiro das subvenções públicas) foi um agravo ao objetivo a que a instituição havia se proposto quando assumiu a responsabilidade de gerir o Liceu. Essa não era a meta da Sociedade de Artistas para com o Liceu de Artes e Ofícios: gastar o auxílio financeiro do governo com os seus assuntos particulares. É por esse ângulo que o fiscal critica a atitude da instituição mantenedora.

E relata ainda que a demissão do bibliotecário parece ter sido estranha, visto que foi demitido “sob o fútil pretexto de que se ausentara do Estado sem licença, e por não se ter apresentado no estabelecimento no dia da abertura das matrículas, para fazer o serviço das inscrições e expedir aos matriculados os bilhetes de admissão nas aulas”. Expõe Pereira da Costa que a demissão do bibliotecário foi feita sem, ao menos, respeitar o artigo XIII das Instruções

---

<sup>223</sup> Ibidem, p. 106.

<sup>224</sup> APEJE. **Diversos II-52, (1896-1897)**. Fiscalização do Liceu de Artes e Ofícios, 3 de fevereiro de 1896. p. 193.

para a Fiscalização do Liceu em que a exoneração de qualquer funcionário seria feita mediante consulta prévia do fiscal. Na análise do fiscal, a demissão foi injusta, pois

em primeiro lugar, o bibliotecário ausentou-se do Estado no período das férias do estabelecimento, que se compreende do 1º de novembro ao último de janeiro, e mediante conhecimento e anuência prévia do diretor da Sociedade então em exercício; e em segundo lugar, o serviço de inscrição das matrículas, que fazia, é verdade, não lhe competia, porque é da exclusiva atribuição de um secretário auxiliar e sócio artista da Sociedade que o diretor designa ao principio da cada ano<sup>225</sup>.

Com efeito, o bibliotecário estava ausente do Estado, contudo, respaldado pelo legítimo direito de férias. Pode parecer estranho um período tão grande de férias escolares (três meses), mas o Regulamento do Liceu de Artes e Ofícios estabeleceu tal período por muitos anos. No Regulamento de 1920, capítulo III – “Das Aulas” –, artigo 8ª, ainda se observa tal procedimento: “Todas as aulas do Lyceo terão início a 3 de fevereiro e encerrar-se-ão a 30 de outubro [...]”<sup>226</sup>.

Rebatendo as muitas acusações do fiscal, a Sociedade reclama que as subvenções para a manutenção são aquém das necessidades para se manter uma instituição de educação do porte do Liceu e o fiscal reclama, por sua vez, que, por a Sociedade não ter recursos suficientes para o seu custeamento, usa o dinheiro público para os meios particulares de sua manutenção. Compreende o fiscal que, em vez de o Liceu se servir da Sociedade dos Artistas é a Sociedade que vive do Liceu<sup>227</sup>. Essa parece ser uma crítica muito incisiva feita pelo fiscal à Sociedade. Isso nos mostra que, com esses desvios institucionais (de usar verbas públicas para custear os seus compromissos particulares), a instituição mantenedora do Liceu trouxe para si em alguns momentos a imagem de uma entidade descompromissada com a instrução das classes populares. Isso se evidencia, inclusive, nos seus próprios documentos. No Relatório de 1906, observa-se um total descaso dos diretores com a parte financeira da Sociedade:

---

<sup>225</sup> Ibidem, p. 193.

<sup>226</sup> APEJE. **Catálogo de Folhetos Raros III (400/900)**. Regulamento do Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco (1920). Recife, 1985. Cx 30. p. 4.

<sup>227</sup> APEJE. **Diversos II-52, (1896-1897)**. Fiscalização do Liceu de Artes e Ofícios, 10 de setembro de 1896. p. 107.

em vista do estado anárquico das finanças dessa Sociedade, propomos a nomeação de uma comissão especial composta de cinco membros a fim de estudar e dar parecer no menor prazo possível sobre o movimento econômico social da diretoria passada<sup>228</sup>.

Com essa postura negligente e em certos momentos até fraudulenta, a Sociedade ia de encontro ao pensamento republicano, segundo o qual a instrução era o motor da história, ou seja, o caminho pelo qual o Brasil acreditava poder chegar ao nível das grandes nações europeias. O sonho de que, pela instrução, poder-se-ia formar o cidadão cívica e moralmente, era o meio certo para o país se transformar numa nação à altura das mais desenvolvidas civilizações do seu tempo. A escolarização era concebida como a mais eficaz alavanca da história brasileira<sup>229</sup>. E, na visão do fiscal, a Sociedade dos Artistas, com esses deslizes, desvirtuava-se do princípio de contribuir para o Brasil chegar ao status de uma nação com baixos índices de analfabetismo.

O que deixava Pereira da Costa incomodado era de os estatutos da Sociedade dos Artistas nada determinarem em relação à idoneidade (e responsabilidade fiscal) dos seus tesoureiros e diretores, nem tão pouco coisa alguma eficaz e de força jurídica no sentido de garantir as subvenções que correm pelas suas mãos, e ficam pelo menos, temporariamente em seu poder, até que tenham o conveniente destino. Por isso, o fiscal acredita nas Instruções como um documento capaz de impor limites aos administradores do Liceu e de garantir resguardados os investimentos públicos. Isso porque,

dado o caso de extravio ou desfalque, basta uma simples alegação de perda, furto, incêndio ou outra qualquer circunstância, mesmo fortuita, para as absolver, não restando a Sociedade meio algum de ação para se indenizar dos prejuízos reais, ou artificialmente alegados<sup>230</sup>.

---

<sup>228</sup> APEJE. **Catálogo de Folhetos Raros III (400/900)**. Relatório da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco. 12 de fevereiro de 1906. Recife, 1985. Cx 30. p. 6.

<sup>229</sup> NAGLE, Jorge. op., cit., p. 117.

<sup>230</sup> APEJE. **Diversos II-52, (1896-1897)**. Fiscalização do Liceu de Artes e Ofícios, 10 de setembro de 1896. p. 108.

Em contraponto, a Sociedade entende que toda essa rispidez do fiscal se deu por questões institucionais e pessoais. Por isso, o diretor da Sociedade, José Antônio Vieira da Cunha se coloca muito insatisfeito e contesta veementemente as posições do Sr. Pereira da Costa. Primeiro, porque, segundo Antônio Vieira, não é concebível que apenas um indivíduo esteja responsável por fiscalizar financeiramente uma instituição de ensino como o Liceu, pois basta qualquer desentendimento que este venha a ter com a Sociedade para que possa legislar em causa própria. Segundo, porque bem se vê que, no Regulamento [a Instrução para a fiscalização do Liceu] em questão, Pereira da Costa revela todo o seu despeito com a Sociedade pelo fato de não ter sido eleito diretor<sup>231</sup>. E acreditamos residir aí algumas das desavenças. Terceiro, porque a Sociedade dos Artistas nunca aceitaria alguma doação que importasse dúvida ou falta de confiança a sua administração.

Além desse embate no campo da fiscalização dos recursos, outro enfretamento se deu entre a inspeção de Pereira da Costa e a Sociedade sobre o salário dos funcionários e de outras despesas. O quadro abaixo nos dá uma noção geral dessa situação.

**Quadro 8: Orçamento da despesa com o Liceu de Artes e Ofícios para o ano de 1898**

2 Professores primários	1,600\$000
1 Professor de português	500\$000
1 Professor de francês	500\$000
1 Professor de aritmética e geometria	500\$000
2 Professores de musica elementar	1000\$000
2 Professores de desenho	1000\$000
1 Professor de banda musical	500\$000
1 Porteiro	500\$000
1 Bedel (1ª)	400\$000
1 Bedel (2ª)	300\$000
1 Bibliotecário	500\$000
1 Servente	800\$000
1 Guarda livros	500\$000
Consumo de água e gás	1,100\$000
Expediente	554\$000

<sup>231</sup> APEJE. **Miscelânea (1893-1895)**. Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 21 de dezembro de 1895. p. 762. O documento em destaque está se referindo a uma possível tentativa de Pereira da Costa em se tornar novamente diretor da Sociedade, já que o mesmo exerceu essa função pelo menos três vezes antes de 1895. O ano de 1891, por exemplo, foi um dos seus mandatos como diretor da Sociedade. Cf. APEJE. **Miscelânea (1891-1892)**. Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 30 de março de 1891. p. 44.

Seguro do prédio	286\$000
Drenagem	60\$000
Obras de conservação	200\$000
Publicação da revista do Liceu	900\$000
Encadernação, impressão e compras Para a biblioteca	200\$000
Despesas gerais	1200\$000
<b>Soma</b>	<b>15500\$000</b>

Fonte: APEJE. **Diversos II – 53**, (1898-1900). Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 11 de março de 1898. p. 15.

O debate que se travou desse orçamento esteve muito ligado ao salário dos professores. Para Pereira da Costa, era inadmissível que os rendimentos dos professores primários fossem maiores que o dos professores secundários. E afirma não conhecer tabela de vencimentos de funcionários do corpo docente de estabelecimento literário algum que marque maiores honorários aos professores primários, e menores aos de matérias secundárias e superiores<sup>232</sup>. Outra análise que se pode fazer, observando o quadro 9, diz respeito à desproporcionalidade do salário dos professores e o de outros funcionários do estabelecimento. Enquanto o professor cujo perfil profissional é de um funcionário especializado e com grandes responsabilidades educacionais recebe o honorário de 500\$000 anuais – como, por exemplo, o de aritmética e geometria –, o servente e o guarda livros ganham, respectivamente, 800\$000 e 500\$000 anuais. O “guarda livros” era conhecido, de um modo geral, como o profissional de contabilidade e se encarregava da escrituração dos livros mercantis das empresas comerciais. Muito embora já se utilizasse há bastante tempo a nomenclatura "contador geral", esta era reservada àquele profissional que atuava na área pública. A antiga ocupação de guarda-livros, na verdade, deu origem ao atual profissional técnico em contabilidade<sup>233</sup>. Pereira da Costa, em seu relatório ao governo, afirma que não compreende, por exemplo, como o guarda livros recebe salário igual ao dos professores que trabalham muito mais e, cujas habilitações, importância e responsabilidade, comparadas com as funções de guarda livros, são por demais óbvias para se discutirem. E continua a sua justificativa dizendo que

<sup>232</sup> APEJE. **Diversos II -53**, (1898-1900). Fiscalização do Liceu de Artes e Ofícios, 09 de abril de 1898. p. 33.

<sup>233</sup> Disponível em: <<http://www.senac.br/BTS/263/boltec263d.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2013.



a escrituração do Liceu é pequena, requer apenas, uns dois dias de trabalho por mês para fazer os competentes lançamentos a vista das contas e folhas de pagamento do mês anterior, e portanto muito inferior a de muitas casas comerciais de negocio a varejo, cujo guarda-livros chamados avulsos, percebem muito menos e trabalham muito mais!<sup>234</sup>

Outra questão que pode ser muito discutida deste orçamento de 1898 se refere às despesas destinadas ao seguro do prédio e às obras de conservação. O fiscal estranha a verba de 280\$000 destinada ao seguro, pois ignora as vantagens do seguro em questão. Acredita o fiscal que só o fato de as aulas para crianças e rapazes serem à noite não se justificaria tal medida, mesmo “porque à noite também funciona o Instituto Benjamim Constant [nome dado ao Ginásio Pernambucano no período de 1893 a 1899], a Biblioteca Pública, a Sociedade Propagadora e o Gabinete Português, e nenhum destes estabelecimentos [tem] seguro, e são exatamente dos mesmos fins que o Liceu, igualmente frequentados por crianças e rapazes”<sup>235</sup>. O fiscal justifica serem indevidos os 200\$000 anuais para as obras de conservação, pois entende que por muito tempo não precisará o edifício do Liceu de obras de reparo. Isso porque, em fins de 1896, foi todo o prédio pintado e feitos alguns serviços de prevenção como: troca de traves e tábuas do assoalho; conserto de toda a cobertura e abertura de trapeiras para ventilação; execução de outros reparos de obra de pedreiro. Por isso, relata Pereira da Costa, não saber que obras de conservação são essas que a Sociedade necessita de 200\$000.

Esses confrontos entre o fiscal e a Sociedade se devem muito pelo fato de a instituição estar lidando com o dinheiro público e de ter se desvirtuado, por alguns momentos, do seu objetivo principal que seria formar jovens com habilitações técnicas para o mercado de trabalho. O fato de a Sociedade custear uma banda de música, por exemplo, parece sem sentido para uma instituição que se destina a instruir as classes artístico-operárias. Ou seja, a função da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais era cuidar para que os

---

<sup>234</sup> APEJE. **Diversos II -53, (1898-1900)**. Fiscalização do Liceu de Artes e Ofícios, 09 de abril de 1898. p. 33.

<sup>235</sup> *Ibidem*, p. 34.

jovens ingressassem com alguma qualificação técnica no mercado de trabalho em Pernambuco, especialmente, com uma formação que atendesse a instrução básica e a instrução técnica. E isso só podia acontecer se a Sociedade proporcionasse boas oficinas-modelos e não com a sustentação de uma banda de música para o Liceu, objeto de “mero luxo e recreio”, que serve para gerar mais despesas (fardamentos, instrumentos, salário dos músicos etc.). Entende-se que, para a época, era muito comum a utilização de bandas de música nas escolas, pois traziam bastante notoriedade e prestígio. Mas o fato de Pereira da Costa criticar a sustentação de uma banda de música foi por saber que a Sociedade dos Artistas já tinha bastante dificuldade para manter os cursos do Liceu que, a seu ver, eram mais importantes que a banda de música.

Foi por esses e outros desentendimentos que a Sociedade sempre questionou o Estado sobre a função de fiscal. Entendia os Artistas que

a manutenção do fiscal junto ao Liceu não tem, como não teve nunca, razão de ser, [...] em virtude do atual regulamento da Instrução, baixado por Vossa Excelência, todos os estabelecimentos de ensino particular, entre os quais o Liceu, estão sujeitos à fiscalização da Inspeção Geral da Instrução Pública<sup>236</sup>.

A Sociedade compreendia que, em relação ao fiscal (alguns documentos tratam o fiscal como inspetor), o Estado não estava usando o princípio da isonomia, pois os estabelecimentos de ensino, inclusive os particulares, tinham como instância de fiscalização apenas a Inspeção Geral de Instrução Pública. E, no caso do Liceu, além desta, havia o fiscal do governo encarregado de analisar a parte financeira. Apesar de os Artistas relutarem, sabe-se que, enquanto o Estado estivesse concedendo as subvenções, a Sociedade dos Artistas teria que ter um fiscal que comprovasse a idoneidade financeira do estabelecimento. E essa função, pelo que se pôde observar em nossa pesquisa, durou bastante tempo, já que, no documento “Regulamento Interno da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”<sup>237</sup> de 1939, ainda se

---

<sup>236</sup> APEJE. **Miscelânea (1911-1912)**. Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 15 de setembro de 1912. p. 335.

<sup>237</sup> Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), **Recife, Biblioteca Central/Livros Raros, Série Liceu de Artes e Ofícios, Regulamento Interno da Sociedade dos Artistas**

encontrava o cargo de inspetor do Liceu. Os artigos 13 e 14 do capítulo 1 do Regulamento Interno nos mostra isso:

Art. 13 – Caberá ao Inspetor do Liceu junto à comissão artística providenciar tudo que seja útil ao Liceu e a Escola Profissional, intervindo na organização das aulas e seu aparelhamento e terá com a comissão artística, sob sua vigilância o livro de ponto dos professores<sup>238</sup>.

Art. 14 – O Inspetor do Liceu poderá tomar parte nas sessões da diretoria e nas discussões quando tiver explicações a fazer relativamente ao desempenho das funções a seu cargo<sup>239</sup>.

Percebe-se que a função de fiscal teve uma respeitável relevância no desenvolvimento educacional do Liceu de Artes e Ofícios. O fiscal teve participação decisiva desde o início da história do Liceu, contribuindo, inclusive, com a construção de documentos como as “Instruções para a Fiscalização do Liceu de Artes e Ofícios”. Mesmo com os atritos existentes com a Sociedade dos Artistas, a figura do fiscal foi importante para que o Liceu pudesse primar pelo mínimo de qualidade administrativa e educacional.

## **2.2 O *Brazil Artístico*: o Jornal do Liceu de Artes e Ofícios?**

Um instrumento de muita importância para a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais foi o *Brazil Artístico*, jornal do Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco. Segundo a Sociedade dos Artistas, para uma instituição como o Liceu de Artes e Ofícios, tão dedicado ao ensino dos ofícios, era imprescindível um jornal que pudesse noticiar ao público os seus feitos. Um jornal que, como o seu próprio nome diz, pudesse promover a arte – a arte como marco da civilização brasileira e não apenas pernambucana.

---

**Mecanicos e Liberaes:** Mantenedora do Liceu de Artes e Ofícios, 30 de Novembro de 1939, fls. 1-10.

<sup>238</sup> Ibidem, fls. 1-10.

<sup>239</sup> Ibidem, fls. 1-10.

[...]

*No Brasil, os apóstolos da Arte tem encontrado não o Calvário da Glória, mas o caminho do desprezo e da miséria, não porque o povo fosse antagônico, mas porque nesse caminho, lá está a vedeta de emboscada, no patrocínio da ignorância crassa que sempre preponderou nas altas classes sociais do país.*

*Foi como arma de combate, que a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco ora desfralda na ponta de sua lança, bem alto o estandarte de Imprensa – o labarum da santa Cruzada em prol do progresso moral e material do nosso país.*

**A Redação**

[...]

**Trecho do Jornal *O Brazil Artístico*, 1896. p.2.**

O documento destacado acima nos mostra a Sociedade como um dos “apóstolos da arte”, ou seja, como os enviados para desbravar o caminho da ignorância. No entender da Sociedade, o jornal deveria se portar como o “estandarte da imprensa em prol do progresso moral e material” do Brasil. E os dirigentes da Sociedade colocavam que a elite do país, as altas classes sociais em contribuíram para essa ignorância. Sabe-se que a valorização da cultura não pode ser um atributo apenas dos ricos do país, como se mecenas fossem, mas de instituições que desejassem propagar as artes, a educação, o trabalho etc. Todos, de certa forma, devem se empenhar para dar a sua parcela de contribuição. Mas a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, quando se colocava como os enviada para desbravar o império das trevas, numa missão cruzadista, deixava claro que não só queria legitimar a existência da instituição, mas também justificar para o governo em que estavam sendo investidos os recursos concedidos pelo Estado.

O jornal, em sua primeira edição de 22 de novembro de 1896, apresenta ao público várias notícias que vão da lembrança dos fundadores da Sociedade até de informações sobre os artistas estrangeiros.

#### **Aos fundadores da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco**

*Diante da memória imorredoura dos grandes artistas:  
José Vicente Ferreira Barros, Francisco Martins dos Anjos,*

*João Romão Moura, Francisco da Cunha dos Prazeres, Izidoro de Santa Clara, Antonio Baptista Clemente, Cleitevio Pereira da Silva e Manoel Gomes de Oliveira, intrépidos fundadores da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, a atual diretoria da mesma Sociedade, hoje que comemora o 55º aniversário da sua fundação, vem reverentemente, de joelhos depositar no altar do reconhecimento as suas memórias, uma grinalda de eterna lembrança orvalhada com o bálsamo profundo do seu coração agradecido.*

#### **A Diretoria**

**Trecho do Jornal O Brazil Artístico, 1896. p.2.**

O diretor Mamede Justiniano dos Reis, em comemoração ao 55º aniversário de fundação da Sociedade, decide eternizar os nomes daqueles homens que um dia se preocuparam com a assistência e socorros mútuos dos Artífices da Província de Pernambuco. Um dos nomes dessa lista se destaca: Izidoro de Santa Clara. Segundo Itacir Marques, Izidoro (ou Izidio) de Santa Clara foi um carpina letrado que inspirou outros operários no gosto da leitura quando estes estavam em horário de folga no trabalho. Depois que percebeu que os operários estavam interessados, Izidoro Santa Clara passou a se reunir regularmente todas as noites em sua casa com o objetivo de ensiná-los a ler e a escrever. Ainda segundo Itacir, Izidoro tratava-se de um pernambucano de cor parda, carpina de profissão e morador da Rua do Padre, no bairro de Santo Antônio [...]<sup>240</sup>.

Outro ponto do jornal que merece destaque se relaciona a um texto que fazia referência aos artífices estrangeiros na Polônia.

#### **Os Artistas Estrangeiros na Polônia**

*La Chronique des Arts, de Paris, publicou há pouco sob esta epigrafe um excerto do Boletim da Academia de Ciência de Cracóvia sobre a influência dos artistas estrangeiros que ilustraram a Arte polaca antes do domínio russo.*

*Julgamos convenientes trasladarmos para as colunas do Brazil Artístico o importante tópico firmado por T. W. a quem pedimos permissão.*

*O Sr. T. W., diz que a Arte antiga da Polônia é uma arte original, de uma sabor particular, censura que a Europa ocidental não tenha estudado como o caso exige.*

---

<sup>240</sup> LUZ, Itacir Marques da. op. cit., p. 132.

*Ao mesmo tempo que eles tinham por mentor os artistas de Nuremberg, os polacos imitavam nas maneiras góticas alguma coisa de mais ligeiro, de mais discreto, de mais simples que os aproximaram dos antigos mestres franceses.*

T. W

[...]

Trecho do Jornal *O Brazil Artístico*, 1896. p.3.

Na leitura de todo este artigo, nota-se o quanto a arte estrangeira, principalmente a francesa, influenciava a arte brasileira. O artigo se presta a destacar a influência dos artistas estrangeiros que ilustraram a arte polaca antes do domínio russo. Além de fazer toda uma trajetória dos principais monumentos europeus entre os séculos XIII e XVI. O jornal do Liceu (ou revista<sup>241</sup>, como também era chamado) por essas e outras reportagens parece estar mais a noticiar informações de interesse para a Sociedade dos Artistas do que propriamente do Liceu. E isso se evidencia por todo o jornal quando observamos a Sociedade se utilizando deste instrumento para responder possíveis desentendimentos àqueles que, de alguma forma, não acreditavam em seu trabalho.

**22 de novembro de 1896**

**SALVE!**

*Salve! Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco!*

*Salve! Legião de lutadores do bem da pátria!*

*Eu, o mais humilde companheiro das vossas tradições gloriosas, não podia ficar indiferente ao vosso regozijo, hoje que vejo raiar mais um Sol brilhante nos anais da vossa história social!*

*É, pois, com coração rejubiloso de alegria e alma efervescente de emoção, que venho saudar a valente lutadora do bem pernambucano, a invejável e patriótica Sociedade dos Artistas.*

<sup>241</sup> Ao longo da pesquisa sobre a Sociedade dos Artistas e o Liceu, analisamos que, em alguns documentos, as pessoas se remetiam ao jornal como sendo uma revista. Havia, de fato, algumas confusões entre o termo revista e jornal. De acordo com Ana Martins, o uso indiscriminado da palavra revista dificulta a classificação rigorosa dos gêneros periódicos, obrigando privilegiarem-se outros critérios que particularizem melhor seu entendimento: a existência da capa; a periodização mais espaçada; a diversidade temática de seu conteúdo. Na revista dão-se a ler, sem risco de cansaço, artigos sobre todos os conhecidos assuntos por onde anda o pensamento, a imaginação, a análise, o ensino do homem. Não se trata ali de uma só matéria, como de ordinário no livro singular, ou de muitas matérias em rápido percurso como no jornal [...]. Cf. MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em Revistas: Imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)**. São Paulo: Ed. Edusp: FAPESP, 2008. pp. 61-63.

*Avante companheiros!  
O mar revolto da difamação em cujas águas navega o  
batel da cobiça e do despeito comandado por um nosso Caim,  
ao impedirá a nossa marcha no caminho do bem, do direito, da  
justiça e da honestidade em que trilhamos.*  
[...]

**Mamede dos Reis**

**Trecho do Jornal *O Brazil Artístico*, 1896. p. 4.**

Esse artigo, escrito pelo diretor Mamede dos Reis, nos parece em tom de resposta a alguma afronta sofrida pela Sociedade. Percebemos pelo texto um exagero ufanista, e isso, já começando pelo seu título: “Salve!”. No artigo, o diretor da Sociedade não só exalta os compatriotas a lutarem pela pátria, como também se dirige aos contrários a esse feito. O quinto parágrafo é um exemplo disso quando relata que “O mar revolto da difamação” não poderá impedir a marcha que segue a Sociedade. Marcha essa do direito, da justiça e da honestidade. Ao que parece, o jornal foi, desde o seu começo, motivo de muitas polêmicas para a Sociedade dos Artistas. E isso pelo fato de a Sociedade utilizar o jornal como instrumento de visibilidade sua, de afirmação coletiva e de não contribuir de forma aberta para a divulgação do Liceu. Por isso, questionamos se de fato o Jornal era mesmo do Liceu.

Além disso, pesou para a Sociedade o custo que esse jornal acarretava para o governo de Pernambuco. Segundo o orçamento da despesa com o Liceu de Artes e Ofícios para o ano de 1898, o jornal seria produzido com um custo anual de 900\$000. Valor bem acima do salário do professor de português, por exemplo, que ganhava 500\$000 anuais. Para muitos, o jornal tinha um valor alto, pois em seus quatro únicos volumes, em vez de tratar de assuntos peculiares à instituição que dirige, valorizando o progresso e o desenvolvimento das artes e dos ofícios, o jornal encheu as suas oito páginas com artigos sem importância para o Liceu, como contos e poesias, transcrições mal colhidas, divórcios, guerra e armamentos.



Parte frontal da primeira página do Jornal *O Brazil Artístico*, edição de de novembro de 1896. 22

A Sociedade, quando se viu denunciada pelo fiscal Pereira da Costa de que o jornal era órgão seu e não do Liceu, confessa que o jornal é da Sociedade<sup>242</sup>. Porém, entende que parte dessas críticas não passa da má vontade do fiscal. E justifica ao governador do Estado, Dr. Joaquim Correa de Araújo, que a Sociedade não tem capital com que possa satisfazer as despesas do Liceu. A Sociedade com este jornal também foi bastante criticada por se interessar mais pela informação literária do que a artística.

### Saudades

A língua portuguesa, esta – *língua tão dura como armas* – na frase do imortal Camões, sublime combinação de sons ora vibrantes como [...] das trombetas, ora suaves como o ciciar da brisa quando roça o copado das árvores concentra e reúne em si, predicados tão fortes, conceitos tão brandos que, às mais duras sensações da vida a que o coração sangra, os lábios expressam a palavra – Saudades. Saudades – não diz o francês com a ingenuidade que lhe é própria e nem bem a traduz a maior parte dos povos europeus: somente Portugal e Brasil [...].

[...]

**Ascendino de Souza**

**Trecho do Jornal *O Brazil Artístico*, 1896. p. 3.**

Esse artigo de título *Saudades* nos parece mostrar um pouco desse espírito literário. O texto faz uma breve discussão do significado da palavra ‘saudade’ comparando as suas definições entre o Brasil, Portugal e França. O autor, Ascendino de Souza, concebe que o vocábulo é bem mais entendido, sentido no Brasil e em Portugal do que mesmo em parte da Europa. Esse tipo de artigo num jornal que se propõe a divulgar as notícias do Liceu de Artes e Ofícios e do ensino profissionalizante, ao que tudo indica, evidencia, em certo momento, o despreparo da Sociedade para dirigir uma importante instituição de ensino ou que talvez a diretoria desejasse mostrar erudição (o que era bastante plausível, visto que queriam se distanciar do estigma de que os ofícios mecânicos “manchavam” a honra da Sociedade) e que, apesar de serem artífices, eram dotados de cultura mais ampla. De qualquer forma, não foram raros os casos de críticas feitas à Sociedade pelo mau gerenciamento do Liceu.

---

<sup>242</sup> APEJE. **Diversos II -53, (1898-1900)**. Fiscalização do Liceu de Artes e Ofícios, 30 de junho de 1898. pp. 74-75.



### 2.3A Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais e a contenda com sócios e alunos

A Sociedade dos Artistas sempre se propôs, desde a sua fundação, a atuar na assistência dos seus associados, bem como lhes proporcionar o ensino das primeiras letras. Mas, após a Sociedade ficar responsável administrativa e pedagogicamente pelo Liceu, muitos atritos se desencadearam. Não que antes não houvesse problemas, pois havia, a questão é que, sendo mantenedora de uma importante instituição de ensino, a Sociedade passou a ter mais visibilidade e, portanto, mais dificuldades de gerenciamento. Nesse ponto, a Sociedade enfrentou duras críticas por parte de alguns sócios e alunos.

Em setembro de 1901, a Sociedade enfrentou pesadas críticas feitas por um grupo de associados. Segundo esse grupo, o Liceu estava jogado à própria sorte nas mãos da Sociedade e o governo de Pernambuco deveria pôr um fim ao dano que estava devastando aquela casa de instrução. Ao que tudo parece, o problema dos associados era com os que comandavam a entidade.

A diretoria atual composta em sua maioria de indivíduos quase analfabetos tem praticado os maiores absurdos; obedecendo cegamente ao mando prepotente do ex-diretor Sant'Anna Castro, que tem transformado a casa de educação em campo de gladiadores... É assim que se tem dado cenas vergonhosíssimas! Desvirtuando completamente o fim nobre daquela Instituição<sup>243</sup>.

Como se pode inferir do trecho destacado, o ex-diretor Manoel de Joaquim Sant'Anna Castro<sup>244</sup> parece ter sido o foco das denúncias. Segundo o grupo de sócios, o ex-diretor e a maioria da diretoria eram pessoas sem capacidade de dirigir a Sociedade e o Liceu. E isso se evidenciou pelo fato de o

---

<sup>243</sup> APEJE. **Diversos II-54, (1901-1903)**. Funcionários do Liceu de Artes e Ofícios, 04 de setembro de 1901. p. 23.

<sup>244</sup> Sant'Anna Castro dirigiu a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais no mandato de 1900 e 1906. No ano de 1900, ele lançou uma edição de volume único do jornal "O LYCÊU DE ARTES E OFFICIOS" comemorando o 59º aniversário da Sociedade e o 19º do Liceu de Artes e Ofícios a seu cargo. O jornal deixa aparecer, até em tom de resposta para os críticos, que o mesmo foi criado para demonstrar, de forma pública, a preocupação da Sociedade com o Liceu e com a instrução popular. No entanto, o que se observa é um jornal voltado mais para exaltação da Sociedade do que para o próprio Liceu.

grupo chamar Sant'Anna e todo o corpo diretivo de analfabetos. Além disso, para os reclamantes, os dirigentes estavam transformando o Liceu em uma verdadeira disputa política, tirando, dessa forma, o propósito da instituição que era educar a mocidade nas artes mecânicas. O grupo diz, inclusive, que Sant'Anna chega a desobedecer a algumas atribuições do governo no que se refere à organização educacional. Sant'Anna Castro responde que o governo não tem que ver com o que se passa na Sociedade e que o regulamento da instrução pública não tem vigor sobre o Liceu<sup>245</sup>. E comete, segundo os reclamantes, alguns atos arbitrários, tais como: expulsão de alunos sem processo e intimidação de funcionários – registre-se o caso do professor Barros que, não aceitando a forma arbitrária como a Sociedade vinha gerenciado o Liceu, foi ameaçado de suspensão e até de demissão. A partir do momento em que a Sociedade dos Artistas se tornou a mantenedora do Liceu, a mesma teria de cumprir os requisitos administrativos e pedagógicos estipulados pela instrução pública<sup>246</sup>. Sant'Anna não poderia achar que, por ser o Liceu uma instituição particular, não deveria satisfação aos órgãos do Estado. A Sociedade de Artistas tinha um acordo social com a população e contábil para com o governo. Assim, deveria haver um compromisso ético por parte dos diretores da Sociedade em deixar o mais transparente possível a administração de um estabelecimento de ensino tão importante como o Liceu.

As críticas não pararam por aí, pois o grupo de sócios ainda ataca a Sociedade na sua administração financeira, afirmando que os dirigentes usavam as subvenções estaduais e federais para o uso próprio da Sociedade e até para favores particulares. O grupo chega a usar as instruções que o governo baixou em 5 de novembro de 1896 (quadro 8 deste capítulo) para mostrar as irregularidades da Sociedade. Destaca que as verbas recebidas deviam ser usadas em auxílio do Liceu de Artes e Ofícios e aplicadas, exclusivamente, no custeio do estabelecimento. E isso não estava sendo feito, porque, como a Sociedade dos Artistas não estava conseguindo cumprir as suas obrigações de ajudar os sócios como lhe impõem os seus Estatutos, parte das verbas que deveriam ser usadas para o Liceu estavam sendo utilizadas

---

<sup>245</sup> APEJE. **Diversos II-54, (1901-1903)**. Funcionários do Liceu de Artes e Ofícios, 04 de setembro de 1901. p. 24.

<sup>246</sup> A fiscalização que havia era a de Pereira da Costa como já mostrado. Mas esta se destinava mais aos requisitos financeiros do que pedagógicos.

para cumprir aquele papel. O Estatuto obrigava a Sociedade a “socorrer os associados em caso de moléstia; enterrá-los; dar pensão às viúvas”<sup>247</sup>, e isso não estava acontecendo, pois a mensalidade dos sócios era insuficiente para cobrir essas despesas. O grupo ainda critica a Sociedade por destinar parte da quota da subvenção federal para compra do fardamento da banda de música e pelo fato de a banda usar as subvenções em despesas de transporte e de jantar em hotel (a banda foi para uma excursão em Jabotão), tudo isso feito à surdina.

Cabem de nossa parte, neste momento, algumas análises: a primeira diz respeito ao fato de que este grupo de reclamantes não deve ser visto como ‘os certos da história’, pois eram comuns os atritos políticos para fazer parte da diretoria da Sociedade. Esse grupo de sócios pode muito bem se enquadrar numa facção da Sociedade que não conseguiu se eleger ou mesmo ter tido o dissabor de ficar de fora das decisões políticas da Sociedade. Por isso, tentou-se, a qualquer custo, encontrar irregularidades e divulgá-las ao público. A segunda se relaciona ao fato de que havia, sem dúvida, alguns desvios cometidos pela Sociedade e que os sócios reclamantes apenas estavam tirando a ‘poeira debaixo do tapete’. Mas uma pergunta compete neste momento: era dever da Sociedade pegar as subvenções públicas para ostentar uma banda de música ou mesmo utilizá-las para socorrer seus sócios? Certamente não, pois as subvenções públicas deveriam ser plenamente usadas em auxílio da instrução dos Artistas e de seus filhos, bem como para investimento físico e pedagógico do Liceu.

As críticas sofridas pela Sociedade dos Artistas não partiram somente dos associados ou do fiscal Pereira da Costa. Os alunos do Liceu de Artes e Ofícios entraram nesta lista de reclamantes. Isso nos dá a entender que os julgamentos não vinham apenas de setores ligados à administração da Sociedade ou da fiscalização do Estado, mas também dos que estavam subordinados a eles, como o corpo discente. Uma comissão de alunos – representados por Jacques da Costa Guimarães, Manoel Francisco de Carvalho Paes de Andrade, Armando Mario Garrido Pasini e Pedro Marçal –

---

<sup>247</sup> APEJE. **Diversos II-54, (1901-1903)**. Funcionários do Liceu de Artes e Ofícios, 04 de setembro de 1901. p. 24.

enviou ao governador do Estado, em 1905, uma carta com relatos dos abusos cometidos pela a Sociedade.

Excelentíssimo Senhor há neste Estado uma instituição que foi criada para os fins altamente nobres de educar a mocidade desprestigiada pela fortuna; entretanto foram desfeitos os seus princípios, atrofiados seus meios e adulterados seus fins, pela incompetência e intuitos criminosos de alguns homens que, esquecidos das imposições morais, atuam sobre ela com a ferocidade destruidora dos bárbaros. A Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, não tem a proficiência exigida para gerir um estabelecimento como o Liceu de Artes e Ofícios, e, nem tão pouco, a honorabilidade para administrar dinheiros que se lhe dão a título de auxílios<sup>248</sup>.

Dessa forma, pode-se constatar que a comissão se dirigiu ao governo do Estado talvez por não encontrar, nos líderes da Sociedade, alguma resposta satisfatória. Pode-se notar também que a questão financeira foi ponto comum de discussão da maioria dos reclamantes. A comissão de alunos acusa que a diretoria da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais desenvolveu uma série de medidas que prejudicaram o Liceu, tais como a supressão de aulas e o desrespeito a professores que em muito se destacavam por sua competência e anos de dedicação. O caso emblemático foi o do professor Rodolpho Lima que, segundo a comissão, sofreu punições por ser simpático à facção que dirigiu anteriormente a Sociedade. Para isso, apresentaram plano de negar-lhe tudo quanto pedisse para as funções de sua aula, inclusive luz, apesar das constantes reclamações do professor. E que, em virtude de tal ocorrência e na impossibilidade de solucionar o problema, deixou de ministrar as aulas durante quatro dias. Como consequência, os diretores o suspenderam por 90 dias. Outro problema se deveu ao fato de a Sociedade estar descumprindo sua obrigação de manter as despesas com o edifício do Liceu. Mesmo recebendo as subvenções para sustentar os gastos com água, luz, gás e drenagem, a Sociedade vinha se mostrando negligente neste aspecto, porquanto deviam grandes quantias às companhias de Drenagem, Beberibe e do Gás que já os haviam ameaçados cortar a canalização. Verifica-se que as críticas sofridas pela Sociedade se encontravam muito no âmbito da administração do Liceu e

---

<sup>248</sup> APEJE. **Diversos II-55, (1904-1905)**. Informe a Diretoria do Liceu de Artes e Ofícios. Palácio, 4 de Agosto de 1905. p. 344.

da própria entidade mantenedora e que tanto sócios quanto alunos, por estarem tendo alguns prejuízos. Colocaram-se na posição de lutar por melhorias e de responsabilizar a Sociedade pelos maus atos administrativos.

Diante de tais críticas, a Sociedade não ficou calada e respondeu ao governador as acusações perpetradas tanto pelo grupo de sócios como pela comissão dos quatro alunos. Em resposta às acusações do grupo de sócios anônimos, a Sociedade dos Artistas relatou ao governador que só o fato de serem anônimas já se provava sua improcedência e que a mínima importância não deveria ser dada a tais acusações. Em rebate à denuncia de que a diretoria era composta de analfabetos, a Sociedade descreve que não são literatos, mas que possuem a compreensão nítida dos seus deveres. E que o Liceu tem conquistado os mais elevados elogios, pois os diretores são conscientes da sua

obrigação de trabalhar pelo engrandecimento da pátria, [ e ] não recuam diante do sacrifício de tirar parte dos seus minguados salários, de arrancar um pedaço do pão de seus filhos e de reduzir as suas insignificantes economias para os depositar no cofre sagrado da instituição que filantrópica e profusamente derrama a luz da instrução nas camadas populares<sup>249</sup>.

Essa declaração dos diretores de “tirar uma parte dos seus salários” ou mesmo de “arrancar um pedaço do pão dos seus filhos” para ajudar na instrução do povo, por meio da Sociedade e do Liceu, parece-nos uma resposta pouco convincente para uma instituição que administrava dinheiro público e tinha a responsabilidade de desenvolver o ensino no Estado. O tom de “marketing” nas afirmações faz transparecer que os diretores atuavam como mártires e que se sacrificavam em prol da instrução do povo. E isso, sabe-se que não ocorria.

Quanto às acusações feitas ao ex-diretor Sant’Anna Castro, a Sociedade asseverava que bastava recorrer aos relatórios da instituição para ficar convencido dos relevantes serviços prestados por ele, não só com a Sociedade

---

<sup>249</sup> APEJE. **Diversos II-54, (1901-1903)**. Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 20 de dezembro de 1901. p. 83.

dos Artistas como em prol da instrução. No caso da banda de música, as despesas de transporte correram por conta dos associados e que os pormenores desta excursão foram publicados pela imprensa, não parecendo à Sociedade haver nenhum desvirtuamento aos fins da instituição. No caso dos fardamentos, a Sociedade relata que realmente parte da subvenção federal foi usada para a comprá-los, pois não seria decente, nem aproveitável que um estabelecimento de ordem superior como é o Liceu tenha uma banda de música para se apresentar com uniformes deploráveis, além do que o último fardamento havia sido comprado há mais de cinco anos.

Em contraposição à acusação dos quatro alunos, para a diretoria, a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais – mantenedora do Liceu de Artes e Ofícios – continuava a manter com invejável aproveitamento e severa regularidade não só as aulas constantes do contrato que firmou com o governo do Estado, em 1871, como também as de inglês, mecânica, música (vocal e instrumental) e oficinas com diferentes artes. Portanto, para a Sociedade, carecia de fundamento a queixa dos alunos relativa à supressão de aulas. Já o problema ocorrido com o professor Rodolpho Lima, o que ocorrera fora apenas uma troca de docente em virtude das inúmeras faltas e do pouco ou nenhum empenho do referido professor no desenvolvimento de seus alunos. Entretanto, não ficou claro por qual razão, em 1908, a Sociedade se reuniu em assembleia geral e decidiu indenizar o professor Rodolpho Lima<sup>250</sup> (Neste ano, Rodolpho Lima já não era mais professor do Liceu de Artes e Ofícios). Isso nos leva a crer que a Sociedade realmente tenha retaliado o professor e que foi obrigada por lei a indenizá-lo.

Todos esses enfrentamentos, conflitos e embates passados pela Sociedade dos Artistas foram corriqueiros em sua administração. E isso não deve ser visto apenas como algo negativo, pois várias instituições educacionais que recebiam verbas públicas na mesma época também passavam por problemas parecidos. Administrar uma instituição de ensino do porte do Liceu e com as responsabilidades de desenvolver a instrução profissional num momento em que o Estado de Pernambuco passava por grandes

---

<sup>250</sup> APEJE. **Miscelânea, 1908**. Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 21 de julho de 1908. p. 308.

transformações econômicas (crescimento de indústrias e a consequente necessidade de mão de obra) não era tarefa fácil. Contudo, entendemos que, mesmo com as suas contribuições, não deixaremos de fazer as críticas necessárias à Sociedade de Artistas Mecânicos, pois sabemos que isso serve de exemplo para o desenvolvimento de qualquer estabelecimento que cuide da educação popular.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente trabalho, buscou-se, a partir de um recorte delimitado de pesquisa e análise, compreender como se desenvolveu a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais desde a sua fundação, na primeira metade do século XIX, até a sua postura educacional nas primeiras décadas do século XX. Para isso, fez-se uma análise não só do propósito inicial da Sociedade cujas metas vinculavam-se à assistência e ao ensino das primeiras-letas para os seus sócios, mas também se discutiu a concessão outorgada à Sociedade como mantenedora do Liceu de Artes e Ofícios.

Esse projeto inicial foi se alargando até o momento, meados da década de 1840, em que se fez premente a necessidade de se ampliar a instrução e o auxílio mútuo para as camadas mais desfavorecidas da população. Foi a partir daí que a Sociedade de artífices passou a oferecer ao grande público cursos voltados para o aperfeiçoamento técnico. A ideia era criar um corpo de operários qualificados para atender ao mercado de trabalho da província pernambucana. Como não havia uma sede própria para acomodar os cursos abertos, a Sociedade se estabeleceu em um dos consistórios da Irmandade São José do Ribamar. Isso foi possível em função de a Irmandade, sediada no Recife, ser também uma importante confraria que reunia profissionais das artes mecânicas. Todavia, com o passar dos anos, a relação entre ambas às instituições – irmandade e Sociedade – foi se deteriorando até o ponto da definitiva separação, ocorrida em 1866. Mudou-se, então, a Sociedade dos Artistas para um prédio na Rua da Imperatriz. Era a Sociedade, por esta época, uma instituição com sérios problemas, principalmente, financeiros.

Foi nesse cenário de decadência educacional e de poucos recursos por que passava a Sociedade dos Artistas e também a Província de Pernambuco que as elites letradas decidiram criar um centro escolar cujo objetivo maior relacionava-se ao atendimento aos filhos das classes operárias: o Liceu de Artes e Ofícios. Uma escola profissionalizante, como um Liceu de Artes e Ofícios, foi construída pelas classes dirigentes por entenderem que as famílias pobres eram incapazes de reproduzir uma força de trabalho que viesse a assegurar o futuro da nação brasileira. Solicitava-se, então, a intervenção do governo e das instituições educacionais, que deveriam assumir o papel de



“pais das crianças pobres” da nação, com a finalidade de produzir uma força de trabalho barata e dócil<sup>251</sup>. Coube a Sociedade dos Artistas administrar o Liceu e promover o seu crescimento educacional. De uma instituição que nasceu no Império para dar assistência e ensino das primeiras-letas aos seus associados, a Sociedade se tornara – no final do século XIX, e, principalmente, com o advento da República – um estabelecimento com a missão de formar novos braços operários para a crescente industrialização que se processava em Pernambuco.

E, para que o Liceu pudesse vir a ser um modelo de instituição profissional, o governo destinava à Sociedade uma verba<sup>252</sup> com o intuito de que fosse realizada uma série de medidas, tais como: pagamento de funcionários, obras de conservação, organização e aprimoramento dos cursos etc. O trecho abaixo do discurso de inauguração nos mostra um pouco o que os Artistas esperavam do governo no que diz respeito à ajuda financeira:

Preciso terminar senhores, dizendo-vos o que tem feito a Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, habilito-vos a conhecer o muito a que se propõe e pode fazer, se, como espera, não lhe faltar o apoio do poder público e o auxílio daqueles que se interessam pela instrução e futuro da classe artística<sup>253</sup>.

Com o Liceu em funcionamento, além desta verba governamental, a Sociedade também recebia dinheiro das matrículas dos alunos do Liceu e das entregas dos diplomas ao final de cada curso. Isso fazia do Liceu uma instituição não tanto popular, pois nem todos os alunos tinham a possibilidade de pagar matrículas ou mesmo de custear o curso escolhido com materiais didáticos.

Em virtude dessas rendas recebidas pela Sociedade dos Artistas foi direcionado para a Sociedade um fiscal que verificasse se o dinheiro estava

---

<sup>251</sup> Cf. WADSWORTH, James E. **Moncovo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil**. In: **Scielo – Eletronic Library On line**. Acesso em: 08 mar. 2013.

<sup>252</sup> É importante salientar que a verba governamental era recebida pela Sociedade bem antes da fundação do Liceu. Mas que, com o advento do Liceu, a Sociedade se tornou mais dependente das verbas públicas.

<sup>253</sup> APEJE. **Catálogo de Folhetos Raros III (400/900)**. Recife, 1985. Sessão de inauguração do Liceu de Artes e Ofícios. Cx 30. p. 23.

sendo destinado aos propósitos educacionais. A relação entre o fiscal e a Sociedade dos Artistas, como se viu, nem sempre se pautou de forma amistosa, pois o fiscal Pereira da Costa foi não apenas bastante minucioso em suas observações e análises, mas também denunciou às autoridades competentes os caminhos fraudulentos tomados pela Sociedade dos Artistas. O que se pôde observar nas entrelinhas dos documentos analisados foi que a Sociedade dos Artistas não cumprindo seu compromisso com os sócios e pensionistas, “usava e abusava” dos recursos destinados ao Liceu. Fez, muitas vezes, dos recursos recebidos utilizações particulares, como: pagamento de pensões para as viúvas mantidas pela Sociedade; celebrações de sessões fúnebres; compra de objetos exclusivamente para uso da Sociedade etc. Por isso Pereira da Costa, em um dos seus relatórios de fiscalização ao governo de Pernambuco, afirmou que “em vez do Liceu se servir da Sociedade dos Artistas é a Sociedade que vive do Liceu”<sup>254</sup>.

Essas atitudes desvirtuaram, em alguns momentos, o objetivo da Sociedade que era desenvolver o ensino técnico em Pernambuco através do Liceu; e o que se viu mesmo em muitas situações foram administrações negligentes e cobiçosas. O Relatório de 1900 apresentado à Assembleia Geral da Sociedade dos Artistas, por exemplo, denuncia o mau gerenciamento das finanças da Sociedade por parte dos diretores:

Ao ser empossado o tesoureiro eleito em sessão de Assembleia Geral [...], o Sr. Affonso da Silva, o ex-tesoureiro Manoel Francisco de Souza declarou que em seu poder não tinha o saldo em dinheiro pertencente ao fundo de socorro que acusa o balanço [...]. Chamado na mesma ocasião o guarda-livros, o Sr. Melchiades de Santa Rosa, este declarou ter feito a escrituração nos livros pelas notas fornecidas pelo Sr. Manoel Francisco de Souza.

[...]

Posta a questão no prisma por que deve ser encarada, resulta que o Sr. Manoel Francisco de Souza deu um desfalque nos cofres do fundo de socorro de 3:105\$650. Interpelado o diretor do ano, o Sr. Antonio Macario de Assis, porque não exigiu que o Sr. Souza desse cumprimento ao disposto no § 5º do Art. 34,

---

<sup>254</sup> APEJE. **Diversos II – 52**, (1896-1897). Fiscalização do Liceu de Artes e Ofícios, 10 de setembro de 1896. p. 107

[...] este respondeu que, para ele, o desfalque cometido pelo Sr. Souza era uma surpresa<sup>255</sup>.

O documento aponta para o entendimento de que houve, por parte de alguns dirigentes ou membros da diretoria, como o tesoureiro, atitudes fraudulentas de desvios de dinheiro. Não é coerente que o diretor da Sociedade esclareça que o desvio do dinheiro foi para ele uma “surpresa”. Esse desleixo na administração da Sociedade fez com que fiscal, sócios e mesmo alunos denunciassem os vários deslizes cometidos pelos dirigentes. Por isso, em virtude dessa fiscalização “ao pé da letra”, a Sociedade, por vários anos, solicitou ao governo a extinção do cargo de fiscal (inspetor). Seria muito mais fácil para os Artistas “administrarem as verbas recebidas” para o Liceu de Artes e Ofícios sem ter de prestar as devidas contas ao fiscal. Entretanto, até onde se verificou, a Sociedade teve um fiscal por bastante tempo e isso pode ser comprovado com o que registrava o Regulamento Interno da Sociedade de 1939. Assim é que, nesse ano, o cargo de fiscal ainda estava ativo. Contudo, não se sabe se os fiscais, após o período de 1908<sup>256</sup>, exerciam a mesma postura criteriosa de Pereira da Costa. Se se contar da criação do Liceu – 1880 a 1939 –, podem-se demarcar 59 anos de fiscalização. Isso mostra que, mesmo com as petições da Sociedade para acabar com o cargo de fiscal, o governo não se intimidou e manteve a função por um tempo expressivo.

Foi possível, por meio da pesquisa realizada, que a fiscalização destinada à Sociedade dos Artistas era para que o Liceu proporcionasse às classes operárias uma formação profissional que atendesse ao mercado de trabalho. Em uma análise comparativa dos números do Liceu de 1881, ano em que se iniciaram as atividades escolares, até 1900, constatou-se um total de 11.868<sup>257</sup> matriculados nas diversas matérias ofertadas pelo estabelecimento de ensino. Isso comprova que, nos anos seguintes, o Liceu foi entregando à sociedade pernambucana um número significativo de jovens para o exercício de atividades laborais nos setores industriais e de serviços. Entretanto, o que

---

<sup>255</sup> APEJE. **Catálogo de Folhetos Raros III (400/900)**. Relatório apresentado a Assembleia Geral da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais (1900). Recife, 1985. Cx 30. p. 15.

<sup>256</sup> Ano em que termina a fiscalização de Pereira da Costa para com o Liceu de Artes e Ofícios.

<sup>257</sup> APEJE. **Catálogo de Folhetos Raros III (400/900)**. Relatório apresentado à Assembleia Geral da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais (1900). Recife, 1985. Cx 30. p. 24.

as fontes analisadas não permitem confirmar é se essa mão de obra que chegava ao mercado de trabalho era de fato qualificada, uma vez que a Sociedade dos Artistas enfrentou sérios problemas administrativos para conduzir o Liceu. Segundo o Relatório de 1900 da Sociedade dos Artistas, dentre os 11.868 matriculados, 5.723 eram menores de 15 anos e 4.805 estavam entre 15 e 21 anos. Percebe-se claramente que parcela expressiva do público do Liceu era de jovens que representavam a matéria-prima, a partir da qual a futura força de trabalho poderia ser moldada, disciplinada. Desse modo, o que a Sociedade dos Artistas, através do Liceu de Artes e Ofícios, pôde legar ao Brasil da Primeira República foi um estabelecimento educacional que, repousando na pedagogia do trabalho, produziu uma mão de obra para atender aos setores da indústria e do comércio.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A loucura da história: Ciência, ética e política no pensamento de Michel Foucault**. In: RESENDE, Haroldo (org.). **Michel Foucault: transversais entre educação, filosofia e história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

ALMEIDA, Suely Creuza Cordeiro de. **Normatização e resistência feminina no império Português, XVI-XVIII**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Pereira da Costa: o homem e a obra**. Recife: CEPE, 2001.

ANJOS, João Alfredo dos. **A Roda dos enjeitados: enjeitados e órfãos em Pernambuco no século XIX**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1997.

ARRAIS, Raimundo. **O Pântano e o Riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

Bauman, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 1999.

BARROS, Fernanda. **Lyceu de Goyas: elitização endossada pelas oligarquias goianas 1906-1937**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

BELLO, Ruy. **Subsídios para a história da educação em Pernambuco**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura; Departamento de Cultura, 1978.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. **Decreto n. 7.566, de 23 setembro 1909**. Coleção de Leis do Brasil, Rio de Janeiro, 23 set. 1909.

BRASIL. **Decreto n. 439, de 31 maio 1890**. Coleção de Leis do Brasil, Rio de Janeiro, 31 maio 1890.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico**. Lisboa: Livraria Martins Fontes, v. I e II, 1984.

CASTRO, César Augusto. **Infância e Trabalho no Maranhão Provincial: uma história da Casa dos Educandos Artífices (1841-1889)**. São Luís: EDFUNC, 2007.

CASTRO, Josué de. **Documentário do Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1965.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 9ed – São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CARVALHO, Alexandre Filordi de. **Função-educador: em busca de uma noção intercessora a favor de experiências de subjetividades ativas**. In: RESENDE, Haroldo (org.). **Michel Foucault: transversais entre educação, filosofia e história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. **Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas**. In: **História social da infância no Brasil**. Marcos Cezar de Freitas (org.). 6ª ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. **A construção da ordem: a elite imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. 3ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

COUCEIRO, Sylvia Costa. **Artes de viver a cidade: conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos 1920**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. 2ª Ed. – São Paulo: Editora UNESP. Brasília, DF: FLACSO, 2005.

\_\_\_\_\_. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília: Flacso, 2000.

CAVALCANTI, Bartolomeu. **Colégio dos Órfãos**. CLIO, Revista de Pesquisa Histórica, nº 12, 1989.

DEMARTINI, Zeila de Brito. **Crianças como Agentes do processo de alfabetização no Final do Século XIX e Início do XX**. In: **Educação da infância brasileira: 1875-1983**. Carlos Monarcha (org.). Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

DUARTE, Luiz Vital. **A educação em Pernambuco: pesquisa histórica**. Recife, Ed. Do Autor, 1986.

DUARTE, André. **Biopolítica e resistência: o legado de Michel Foucault**. In: **Regras de Foucault**. Margareth Rago e Alfredo Veiga-Neto (organizadores). 2. Ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

DURKHEIM, Émile (1934). **Éducation et sociologie**. Paris: Librairie Félix Alcan. apud. GINGER, Helena. **República de crianças: sobre experiências escolares de resistência**. Ed. ver., atual. e ampl. – Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010.

DONZELOT, Jacques. **A Polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Edição Graal, 2ª Ed., 1986.

DORNELAS, Bruno. **Infância e caixeiragem: ritos de passagem para a idade adulta no mundo do trabalho no Recife do século XIX**. In: MIRANDA, Humberto; VASCONCELOS, Maria Emília. **História da infância em Pernambuco**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 2ª ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FARIAS, Rosilene Gomes. **O Khamsin do deserto: cólera e cotidiano no Recife (1856)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História. Recife, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população: curso no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. 37. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 16ª ed. São Paulo: Graal, 2005.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da Sociedade**. São Paulo; Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de novembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FREITAS, Marcos Cezar de. **Por uma sociologia histórica da infância no Brasil**. In: **História Social da infância no Brasil**. 6 Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 15ª ed. – São Paulo: Global, 2004.

GERALDINI, Janaína R. **O monitoramento eletrônico como dispositivo de controle no sistema prisional brasileiro**. Florianópolis, 2009. 224 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina.

GINGER, Helena. **República de crianças: sobre experiências escolares de resistência**. Ed. ver., atual. e ampl. – Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010.

GONDRA, José Gonçalves. **Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2004.

GUERRA, Flávio. **História de Pernambuco**. 2ª edição. Recife, Editora: Assembleia do Estado de Pernambuco, 1979.

LUZ, Itacir Marques da. **Profissionais negros entre instrução e ofício no Recife (1840-1860)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

MAC CORD, Marcelo. **Andaimos, casacas, tijolos e livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880** / Marcelo Mac Cord. - Campinas, SP: [s. n.], 2009.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em Revistas: Imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)**. São Paulo: Ed. Edusp: FAPESP, 2008.

MARTINEZ, Alessandra Frota. **Educar e Instruir: a instrução popular na Corte Imperial – 1870 a 1889**, Niterói, UFF, 1997, Dissertação de Mestrado em História.

MATTOS, Ilmar Rohloff. **O tempo Saquarema: a formação do Estado imperial**. São Paulo: Hucitec, 2004.

MATTOS, Sergio Túlio Generoso de. **A noção de interesse na Escola Nova: formulações teóricas e a interpretação de Anísio Teixeira (1924-1932)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Uma Nova Lusitânia**. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). **Viagem incompleta. A experiência brasileira**. Formação: histórias. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1999.

MENEZES, Antonio Basílio Novaes Thomaz. **Foucault e as novas tecnologias educacionais: espaços e dispositivos de normalização na sociedade de controle**. In: **Cartografias de Foucault**. Durval Muniz de Albuquerque Júnior, Alfredo Veiga-Neto, Alípio de Souza Filho, (organizadores). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. – (Coleção de Estudos foucaultinanos).

MIRANDA, Humberto da Silva. **Meninos, moleques, menores: Faces da infância no Recife (1927 – 1937)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco. DLCH. História, 2008.



MONARCHA, Carlos. **A reinvenção da cidade e da multidão: dimensões da modernidade brasileira: Escola Nova**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideias de Brasil: formação e problemas (1817-1850)**. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). **Viagem incompleta. A experiência brasileira**. Formação: histórias. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1999.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 3 ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo , 2009.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **A sorte dos enjeitados. O combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789 – 1832)**. São Paulo: Ed. Annablume, 2008.

OLIVEIRA, Leila de Andrade. **A Experiência Educacional de Ulisses Pernambucano**. In: **Educação da infância brasileira: 1875-1983**. Carlos Monarcha (org.). Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

PEREIRA DA COSTA. Francisco Augusto. **Anais Pernambucanos (1834-1850)**. Arquivo Público Estadual, Recife-PE, 1966. Vol. 10.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

REZENDE, Antônio Paulo. **Desencantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX**. Recife: Fundarpe, 1997.

ROCHA, Heloísa H. P.; GONDRA, José G. **A escola e a produção de sujeitos higienizados**. Perspectiva, Florianópolis, V. 20, n. 2.

SANTOS, Manuela Arruda dos. **Recife: entre a sujeira e a falta de (com)postura (1831-1845)**. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco. DLCH. História, 2009.

\_\_\_\_\_. **A cidade em desordem: O cotidiano insalubre no Recife Oitocentista (1831-1845)**. In: SILVA, Giselda Brito; SCHURSTER, Karl. **Histórias do Recife: entre narrativas do passado e interpretações do presente**. Rio de Janeiro, Editora Multifoco, 2011.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. **Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e a primeira metade do século XIX**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

SILVA. Jaílson Pereira. **O encanto da velocidade: automóveis, aviões e outras maravilhas no Recife dos anos 20**. 2002. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Recife: 2002.

SILVA FILHO, Paulo Alexandre da. **Desvalorização do Trabalho e Consumo Honorífico em Recife (1837-1844)**. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

SILVA, Maciel Henrique. **Pretas de honra : trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do Século XIX (1840-1870)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2004.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. **Crianças e escolas na passagem do Império para a República**. In: **SciELO - Scientific Electronic Library on line**. Acesso em: 13 abr. 2011.

STUART, B. Schwartz. **“Gente da terra brasileira da nação”**. **Pensando o Brasil: a construção de um povo**. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta. A experiência brasileira**. Formação: histórias. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1999.

TAVARES, Olga. **Fernando Collor: o discurso messiânico, o clamor do sagrado**. Ed. Annablume.

TAVARES, Celso. **Análise do contexto, estrutura e processos que caracterizaram o Plano Piloto de Peste em Exu e sua contribuição ao controle da peste no Brasil**. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, 2007.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de campos. **Infância, escola e pobreza: ficção e realidade**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

ZACARIAS, Audenice Alves dos santos. **Legalidade e autoridade: a implantação da república no Estado de Pernambuco (1889-1893)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2009.

WADSWORTH, James E. **Moncovo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil**. In: **SciELO – Eletronic Library on line**. Acesso em: 08 mar. 2013.